

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA**

Sabrina Schultz

**TERRORISMO DE ESTADO:
O CASO DA OPERAÇÃO CONDOR E A PARTICIPAÇÃO DO
GOVERNO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Ciências
Sociais da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito parcial
para a obtenção do título de Graduado
em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Ponte
de Sousa.


Florianópolis
2011

Sabrina Schultz

**TERRORISMO DE ESTADO:
O CASO DA OPERAÇÃO CONDOR E PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO**


Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do Título de "Bacharelado em Ciências Sociais", e aprovada em sua forma final pelo Departamento de Sociologia e Ciência Política.

Florianópolis, 03 de agosto de 2011.



Prof., Dr. Julian Borba
Coordenador do Curso

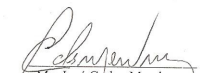
Banca Examinadora:



Prof., Dr. Ferriando Pontje de Sousa,
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof., Dr. Ricardo Gaspar Müller,
Universidade Federal de Santa Catarina



Ms. José Carlos Mendonça,
Memorial dos Direitos Humanos

Ao Tiago e Estevão

Ao Carlinhos,
(In memoriam).

AGRADECIMENTOS

Escrever as linhas deste trabalho me permitiu refletir no sentido de que uma monografia é escrita a várias mãos. No caso, esta, foi tecida ao longo dos anos, desde 2005, entre amigos e professores, a partir das disciplinas cursadas e, principalmente, por meio das experiências adquiridas extra-salas de aula, no momento em que pude assimilar toda a teoria nas atividades de militância política. Por isso, sem citar nomes para não correr o risco de me perder no esquecimento, agradeço a amizade e companheirismo de todos que me acompanharam durante minha trajetória nas Ciências Sociais, esta que está apenas em seu início.

Meus amigos queridos, com quem pude compartilhar inúmeras “Horas Felizes”, que me acompanharam na militância dentro do CALCS e na ocupação da reitoria de 2007, na luta por uma Universidade de qualidade, pública e verdadeiramente gratuita. Experiências que me possibilitaram um importante amadurecimento político e pessoal.

Meus hermanos da querida e inesquecível RAE – Santa Fe (2008/1), com quem tive o privilégio que conviver durante o intercâmbio na Argentina os momentos mais loucos e intensos. À saudosa Cooperativa.

O pessoal do LASTRO e do Memorial dos Direitos Humanos, pela parceria no desenvolvimento das pesquisas, em um ambiente amistoso e saudável.

Professora Marisol, que me apoiou durante minha empreitada e colocou-me em contato com Adriana Goñi, quem muito gentilmente colocou-se à minha disposição para ajudar na busca por informações.

Professores Remy Fontana e Waldir Rampinelli, por contribuírem significativamente para a qualificação do projeto inicial desta pesquisa.

Professor Ricardo Müller, por sua sabedoria e postura crítica. A quem sou grata também por ter aceitado integrar a banca avaliadora.

Zé e Valcionir. Presenças indispensáveis na pesquisa e em minha vida!

Tiago, meu companheiro e cúmplice. Meu amigo, meu revisor. Com quem compartilho muito mais do que uma “vida a três”. Não há palavras que resumam minha gratidão pelo seu esforço para me ver bem e a conclusão deste trabalho.

Agradeço a meu irmão pelas generosas palavras de apoio. À minha mãe, pela ajuda prestada nos últimos momentos da conclusão deste trabalho, o que me permitiu dedicação exclusiva aos ajustes finais.

D. Lourdes, Elaine, prof. Julian Borba, que em suas atribuições dentro da Secretaria e Coordenadoria do curso de graduação de Ciências Sociais, facilitaram os trâmites burocráticos e, compreensivamente, me concederem um tempo diferenciado para o término desta monografia.

Especial agradecimento ao meu orientador, Prof. Fernando Ponte, pelo seu compromisso com uma sociologia verdadeiramente crítica, por sua sabedoria e humildade. Pela coerência entre o agir e o pensar. Postura que tomei como exemplo nesses longos anos de universidade.

Para finalizar, sou grata e solidária àqueles que foram vítimas das “garras” do Estado brasileiro. Ecos que permitem outra versão da história!.

A juventude já não aceita refugiar-se no intelectualismo vazio de outros tempos, mas também recusa-se a compactuar, por assentimento ou omissão, com uma ordem social que desumaniza o indivíduo e destina à fome e à mais completa ignorância quase dois terços da humanidade. [...]

Este mundo de guerras, de sobressaltos e insegurança, do lucro como motor de desenvolvimento dos grandes monopólios, subordinado aos interesses de uma minoria em todos os aspectos da vida social, este mundo dividido em explorados e exploradores, em que a fome elimina anualmente milhares de vezes mais vidas do que a criminoso guerra do Vietnã, este mundo perdeu sua razão de ser; quando se consomem milhões de dólares para matar a outro homem, quando os orçamentos militares são constantemente aumentados em detrimento das necessidades vitais, quando a separação entre humildes e poderosos atinge proporções de um verdadeiro cataclismo, quando as mais ponderadas manifestações de alerta são silenciadas à bala, quando o descontentamento se torna universal e o indivíduo desfalece nas tramas de forças materiais que ele não dirige e muitas vezes não compreende.

(Luís Eurico Tejera Lisboa*, jun. 1968)

*Luis Eurico Tejera Lisboa (19/01/1948-09/1972) foi um dos primeiros desaparecidos políticos cujos restos mortais foram localizados.

RESUMO

SCHULTZ, Sabrina. **Terrorismo de Estado: o caso da Operação Condor e a participação do governo brasileiro**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2011.

O presente trabalho encaixa-se dentro de uma reflexão histórico-dialética, cujo objetivo consiste em identificar a participação do governo brasileiro, durante a vigência da ditadura civil-militar (1964-1985), nas articulações e práticas terroristas coordenadas entre as demais ditaduras do Cone Sul na chamada Operação Condor. Tomou-se como principal referência teórica as contribuições do sociólogo Florestan Fernandes, as quais permitem interpretar o terror de Estado enquanto instrumento de uma espécie de fascismo, específico à realidade dos países latinoamericanos. Para isso, realizamos um breve resgate histórico da consolidação da classe burguesa brasileira e latino-americana, procurando elucidar os reais motivos da efetivação do golpe de Estado em 1964 e a respectiva implementação do regime civil-militar, assim como sua conexão com os demais regimes do Cone Sul, no bojo da Guerra Fria. Isto feito, procuramos trazer à luz da análise sociológica a importância da Operação Condor, enquanto organização clandestina que permitiu a execução do terrorismo de Estado em nível supranacional e coordenado entre os países do Cone Sul. Nesse ínterim, visamos apreender as contribuições do Estado brasileiro para a intensificação da violência e da repressão na região, enquanto membro desse aparato internacional que, sobre tudo, representava a efetivação de uma aliança de classes para consolidar na região latinoamericana um capitalismo dependente, voltado ao capital externo, e uma economia subdesenvolvida.

Palavras-Chave: Terrorismo de Estado; Ditadura Civil-Militar; Subfascismo Latinoamericano.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O TERRORISMO DE ESTADO E A EXPERIÊNCIA SUBFASCISTA NAS DITADURAS CIVIL-MILITARES DA AMÉRICA LATINA (1960-1980)	21
2.1 O CAPITALISMO DEPENDENTE E O GOLPE DE 64 SOB A ÓTICA DE FLORESTAN FERNANDES	22
2.2 O TERRORISMO: O APARATO REPRESSIVO ESTATAL PARA ALÉM DA VIOLÊNCIA LEGAL	28
2.2.1 O subfascismo da América Latina	30
2.2.2 O terrorismo de Estado enquanto categoria explicativa dos regimes civil-militares	35
3 A IMPLEMENTAÇÃO DAS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL NO CONE SUL	43
3.1 O CASO BRASILEIRO	50
3.2 AS DEMAIS DITADURAS DO CONE SUL – UM BREVE PANORAMA	70
3.2.1 O Paraguai de Stroessner	72
3.2.2 O Chile de Pinochet	75
3.2.3 A “Suíça da América” que se tornou ditadura: o caso uruguaio	79
3.2.4 O caso argentino: do antiperonismo ao anticomunismo	81
4 A ARTICULAÇÃO DOS APARATOS REPRESSIVOS DAS DITADURAS CIVIL-MILITARES NA PROMOÇÃO DO TERROR NA AMÉRICA LATINA (1960-1980)	85
4.1 OPERAÇÃO CONDOR: A ALIANÇA CLANDESTINA DO TERRORISMO DE ESTADO	86
4.1.1 Dina, o embrião do sistema repressivo supranacional	87
4.1.2 O nascimento da Operação Condor	91
4.2 BRASIL, UMA SUCURSAL DO TERROR: A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NA OPERAÇÃO CONDOR	99
4.3 A ABERTURA DOS ARQUIVOS: UM ÍMPASSE HISTÓRICO E TEÓRICO	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
FONTES E REFERÊNCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

Em 2010 a ditadura brasileira esteve em pauta no Supremo Tribunal Federal (STF) devido ao pedido de reinterpretação da Lei de Anistia. A ação foi apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e questionava a não aplicação da lei aos agentes do Estado que praticaram tortura durante o regime ditatorial brasileiro (1964-1985). Em abril daquele ano, a ação foi julgada e, por sete votos contra e dois a favor, decidiu-se por sua improcedência (UNIVERSO ON LINE, 2010). O Estado, portanto, posicionou-se contrário à punição destes agentes, por entender a tortura e os demais crimes cometidos durante o regime civil-militar como tendo caráter político e por isso passíveis de anistia.

Ao final do mesmo ano, o Estado brasileiro foi julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e condenado a investigar criminalmente os envolvidos na repressão da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), que deixou como saldo setenta desaparecidos, desde membros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) a camponeses da região. Segundo a declaração da Corte:

As disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil. (CORTE INTERAMERICANA DOS DIREITOS HUMANOS, 2010).

Como sentença, determinou-se que o Brasil deve proceder à investigação penal dos fatos pertinentes à guerrilha a fim de esclarecê-los, determinar as responsabilidades penais e aplicar as sanções previstas em lei. Dentre as demais determinações, o Brasil ficou obrigado a localizar as vítimas desaparecidas, identificar e entregar os restos mortais aos familiares; realizar um ato público de reconhecimento de sua responsabilidade perante os atos julgados e promover cursos obrigatórios de direitos humanos direcionados a todos os integrantes das

Forças Armadas (CORTE INTERAMERICANA DOS DIREITOS HUMANOS, 2010, p. 115-116).

Estas duas ações demonstram que há muito por ser resolvido quanto ao período civil-ditatorial, e reforçam a compreensão de que esta ainda seja uma etapa de todo não superada na história brasileira. Ao mesmo tempo, evidenciam uma divergência entre a postura da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a do Estado brasileiro quanto à aplicação da Lei de Anistia. A posição do Estado, representada pelo mais alto tribunal de justiça, corresponde a uma séria transgressão aos direitos humanos, indo na contramão do propugnado pela Convenção Americana. Conforme consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário desde 1945, é assegurado a todo ser humano direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (artigo III), além de o termo ainda asseverar que ninguém deverá ser submetido à tortura, a castigo ou tratamento cruel, desumano ou degradante (artigo V) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Interpretar como improcedente a revisão da Lei de Anistia permite identificar um caráter ideológico na postura do Estado, que atua com parcialidade ao privilegiar alguns em detrimento de outros, no momento em que protege criminosos. Além disso, atua com descompromisso e falta de ética em relação à sociedade civil, pois amputa parte da memória coletiva que permitiria à sociedade firmar um posicionamento crítico quanto ao sucedido entre 1964-1985, negando-lhe, assim, o acesso a uma outra versão dos fatos, ao mesmo tempo em que mantém impunes indivíduos que praticaram crimes de lesa-humanidade. Ainda, no que tange à prática de tortura, sua tolerância acaba por consentir não somente com sua reprodução, como também a legítima na atualidade, uma vez que pressupõe sua utilização como instrumento nos casos de crimes políticos, ou crimes comuns, contra partícipes de movimentos sociais, em prisões e delegacias, por exemplo.

O terror praticado pelo Estado durante a ditadura civil-militar segue na impunidade, em função da não responsabilização de seus agentes civis e militares, ao passo em que a sociedade civil tenta se organizar em comitês, organizações não-governamentais (ONGs) e associações em busca de justiça, e também pela localização daqueles que lutaram contra o regime e que ainda hoje se encontram desaparecidos. Nesse cenário, deve-se também considerar os que sobreviveram às “masmorras do poder”, contudo tendo duramente ferida a sua dignidade enquanto pessoa humana. Assim como os traumas psicológicos das crianças que cresceram com a ausência de seus pais, assassinados pelo regime ditatorial.

Por meio da lei nº 9.140/95, o aparelho estatal reconheceu sua responsabilidade nos casos de seqüestro e assassinato de mais de cento e trinta e seis pessoas que lutaram contra a ditadura, entre setembro de 1961 e agosto de 1979. Também previu a criação de uma comissão especial responsável por realizar o reconhecimento de outros desaparecidos e a localização dos corpos. Em julho de 2004, decretou e sancionou uma lei que permitiu ampliar os critérios de reconhecimento das vítimas da repressão (lei n.º 10.875/04) (BRASIL). Segundo dados oficiais da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, hoje, no Brasil, são mais de cento e quarenta os casos de mortos e desaparecidos políticos reconhecidos.

Apesar de importantes, tais iniciativas se tornam medidas insuficientes se, em contrapartida, não forem acompanhadas pela abertura dos arquivos sobre o período. Pois somente assim se teria acesso integral ao conteúdo das atividades executadas pelos órgãos de repressão, sendo então possível precisar a localização dos corpos e reconstituir minuciosamente a trajetória das vítimas torturadas e executadas. Percebe-se, assim, a postura contraditória do Estado, que reconhece ser responsável pelo assassinato de inúmeros cidadãos ao mesmo tempo em que impede que se tenha conhecimento da história em sua totalidade. Posicionar-se contrariamente ou postergar a abertura de tais arquivos não somente dificulta a reconstrução da memória acerca da ditadura, como também permite identificar as limitações do processo de redemocratização da sociedade brasileira.

Destacamos a importância dos aspectos acima pontuados, uma vez que o presente trabalho teve como objetivo analisar a prática terrorista da ditadura civil-militar brasileira no âmbito da Operação Condor.

Vale ressaltar, no entanto, que esta pesquisa não visa ser um trabalho denunciativo ou um “acerto de contas” com o passado, ainda que não deixe de responsabilizar os agentes, órgãos, instituições e, principalmente, o Estado pelo terror aplicado constante e sistematicamente contra civis, militares, políticos e militantes nos países latinoamericanos, durante seus respectivos regimes ditatoriais vigentes, majoritariamente, entre as décadas de 1960 e 1980.¹ Apesar de estar

¹ Para fins desta pesquisa, tomamos o intervalo entre as décadas de 1960 e 1980 como a periodização padrão para se referir à época das ditaduras no Cone Sul, pois entendermos este como o espaço de tempo que compreende a vigência da maioria dos referidos regimes na região. Faz importante ressaltar, no entanto, que a implantação da ditadura paraguaia ocorreu ainda em 1954 e o desmantelamento do regime no Chile, que se deu somente em 1989, quando ocorreram as eleições presidenciais.

permeado de acontecimentos históricos, também não pretende reconstruir a história dos “Anos de Chumbo”. Entretanto, de maneira indireta, não deixa de apontar o papel que a história oficial desempenha ao colocar o passado como consolidado e cristalizado, reflexo da política de não abertura dos arquivos sobre o período. Entendemos que tal atitude do governo brasileiro contribui para a manipulação do pretérito por parte da classe dominante, permitindo não somente o controle do presente, mas também a reprodução deste como futuro. Dessa forma, tem-se uma sociedade com sujeitos históricos construídos de forma fragmentada e reprodutores de uma ideologia que conserva valores e aspectos vigentes no período ditatorial.

Isto posto, o presente estudo encaixa-se dentro de uma reflexão sociológica histórico-dialética, cujo objetivo consiste em identificar a participação do governo brasileiro, durante a vigência da ditadura civil-militar, nas articulações e práticas terroristas coordenadas entre as demais ditaduras do Cone Sul na chamada Operação Condor. Tomou-se como principal referência teórica as contribuições do sociólogo Florestan Fernandes, as quais permitem interpretar o terror de Estado enquanto instrumento atinente a uma espécie de fascismo, específico à realidade dos países latinoamericanos. Considerando que se trata de uma monografia de conclusão de graduação, os propósitos aqui abordados não serão esgotados, tampouco nos propomos a isso. Desse modo, procuramos trazer à luz das Ciências Sociais a importância da Operação Condor, enquanto organização clandestina que permitiu a execução do terrorismo de Estado em nível supranacional. Ela é expressão última da aliança estabelecida entre setores conservadores da burguesia latinoamericana e internacional, que visavam à estabilidade política e social para um rearranjo das forças produtivas da região, de modo a conservar as prerrogativas de ambas, num processo que ficou marcado pela consolidação de um capitalismo dependente e por uma economia subdesenvolvida.

Cabe salientar as dificuldades encontradas ao longo de seu desenvolvimento. Isto porque a Operação Condor se apresenta como um objeto inédito nas Ciências Sociais, e as informações divulgadas sobre a relação do Brasil com suas atividades são escassas. A maioria dos documentos que nos permitem afirmar tal vínculo encontra-se no exterior. Em função disso, não nos foi possível encetar uma análise mais aprofundada sobre o assunto.

Em relação à estrutura da exposição, esta monografia está organizada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No capítulo dois, realizamos uma abordagem teórica da ditadura-

civil militar, sem descolá-la de sua fundamentação histórica. Para tanto, partimos das contribuições de Florestan Fernandes para compreender as transformações estruturais e os agentes sociais em disputa no bojo do processo de consolidação do golpe de 1964. A partir desta perspectiva, tomamos o terrorismo de Estado como principal categoria analítica à interpretação do período, tendo em vista o grau de violência exercido pelo aparato estatal. Ao mesmo tempo, apontamos a conexão que se estabelece entre o terrorismo de Estado e um tipo específico de fascismo, atinente às condições estruturais da América Latina – sem a pretensão de construir uma análise comparativa entre os casos de fascismo clássico, da Itália (1922-1943) e da Alemanha (1933-1945), e as ditaduras do Cone Sul (nas décadas de 1960-1980).

No terceiro capítulo, recorremos a uma abordagem histórica a fim de contextualizar os motivos que levaram ao golpe de Estado de 1964 e o estabelecimento de uma ditadura, por conseguinte, de modo a desconstruir a visão desta como sendo apenas um episódio isolado dentro da história da república brasileira. Nessa via, procuramos demonstrar a conexão existente entre os regimes civil-militares do Cone Sul, consoante a visão de que sua emergência tenha sido produto das disputas estabelecidas entre as classes dirigentes internacionais e os setores burgueses em ascensão na América Latina, dentro de um contexto marcado pela Guerra Fria. De modo resumido, discutimos o processo de constituição de cada regime ditatorial do Cone Sul, tendo em vista a existência de pontos em comum entre eles, no que toca à eclosão de cada um, sintetizados em três eixos: busca pela contenção das reivindicações sociais das camadas historicamente marginalizadas; reorganização discricionária da estrutura socioeconômica destes Estados, em aliança com o capital estrangeiro, a partir da ação de um governo de exceção, com poderes ilimitados; e aplicação dos pressupostos atinentes à Doutrina de Segurança Nacional, através da execução do terrorismo de Estado, empregado contra a população civil submetida a estas ditaduras.

O quarto capítulo foi dedicado à exposição acerca de nosso objeto de investigação, a Operação Condor, tomada enquanto aparato repressivo clandestino que empregou o terror de Estado de forma articulada e integrada entre as ditaduras civil-militares do Cone Sul. Assim, apresentamos uma síntese de seu funcionamento, passando pela criação do órgão da repressão chilena (DINA) e por sua oficialização. Posteriormente, procuramos identificar a participação do governo brasileiro na coordenação da prática repressiva internacional empreendida pela organização. Para tanto, utilizamos como fonte parte

dos documentos que compõem o *Centro de Documentación y Archivo para La Defensa de los Derechos Humanos*, conhecido como *Archivo Del Terror*, disponibilizado pelo Memorial dos Direitos Humanos e pelo próprio sitio eletrônico do referido centro. Tomamos também a obra *Os Anos do Condor*, do jornalista John Dinges, como principal referência para reconstruir o funcionamento da organização, além de outras pesquisas que nos deram suporte para o complemento das informações.

Para finalizar, procuramos trazer a discussão em torno da abertura dos arquivos sobre o regime ditatorial, ainda mantidos como segredo de Estado em prol da “ordem social”. Além da discussão sobre a importância do acesso a esses arquivos enquanto condição para construção de uma memória política acerca do período, para que o mesmo não se torne novamente realidade às novas gerações.

2 O TERRORISMO DE ESTADO E A EXPERIÊNCIA SUBFASCISTA NAS DITADURAS CIVIL-MILITARES DA AMÉRICA LATINA (1960-1980)

O período da ditadura civil-militar (1964-1985), como parte da história política do Brasil, não pode ser entendido como fato isolado e exclusivo à própria realidade brasileira. Embora cada regime ditatorial do Cone Sul tenha apresentado singularidades e especificidades – que variam de acordo com as diferentes condições estruturais que configuravam a vida econômica, sócio-cultural e política de cada país –, estas se inserem num contexto mais amplo, caracterizando-se, em termos macrossociais e macroeconômicos, por pertencerem a uma região que sempre esteve imersa em condições políticas e econômicas de baixa autonomia internacional.

Assim sendo, a ditadura civil-militar brasileira deve ser analisada conforme sua inserção no contexto geral da América Latina, de acordo com as orientações da política internacional do período, cujos propósitos coincidem com os das demais ditaduras do Cone Sul. Resumidamente, esses governos atuaram como instrumentos das classes exploradoras, nacionais e internacionais, para coagir setores da sociedade que divergiam da reestruturação do sistema capitalista na região, a qual se relacionava ao desenvolvimento com segurança de uma economia de mercado sem permitir alterações profundas dos laços de exploração já existentes.

Isto posto, para melhor compreender o processo de assunção destas ditaduras, as forças sociais em disputa e o terrorismo aplicado como política de Estado, lançamos mão das contribuições do sociólogo Florestan Fernandes, por entender que este nos proporciona um estudo ímpar da América Latina, apontando as peculiaridades inerentes ao processo sócio-histórico da região. Esse autor esclarece os fatores que, conjugados, atribuem a esta parte do continente americano a conformação de um capitalismo dependente, característico dos países tidos como periféricos. Nessa nova modalidade de capitalismo, ele também incluí a formação de uma classe burguesa típica, associada ao capital estrangeiro, e a configuração de um fascismo específico – conforme o que será exposto neste capítulo.

Para esta pesquisa, a abordagem dessas peculiaridades é fundamental na medida em que permite elucidar o processo de implementação dos regimes ditatoriais em sua totalidade, bem como avaliar o comprometimento do Estado brasileiro em suas práticas terroristas contra a sociedade civil a fim de manter as condições

estruturais de uma sociedade capitalista e desigual – em nível nacional, na repressão exercida pelas próprias estruturas institucionais, e internacional, naquela promovida através da Operação Condor.

2.1 O CAPITALISMO DEPENDENTE E O GOLPE DE 64 SOB A ÓTICA DE FLORESTAN FERNANDES

Conforme já mencionado, para se entender o processo histórico que origina a ditadura civil-militar no Brasil, assim como a tensão entre as diferentes forças e atores sociais, devemos situar o período em questão dentro de um contexto mais amplo, que compreende aspectos nacionais e internacionais que precedem, em muito, o golpe de 1964.²

Fernandes toma como ponto de partida a necessidade de se compreender o processo de formação da classe burguesa e a consolidação do capitalismo dependente na América Latina. Para isso, remonta suas análises ao passado colonial da região: ex-colônias européias resultantes da “expansão do mundo ocidental” (FERNANDES, 1981c), quando a Europa buscava novas rotas comerciais, na tentativa de superar a crise que assombrava o Velho Mundo, no findar da Idade Média – o que marcaria o fim do feudalismo e o início da Idade Moderna, com o advento do capitalismo.

Florestan Fernandes rompe com a visão eurocentrista, hegemônica dentro das ciências sociais e humanas ao analisar os processos históricos da América Latina, alertando para a especificidade da região sem dissociar pesquisa e teoria.³ Isto porque, segundo ele,

não se pode[...] estabelecer paralelos rígidos entre o “velho” e o “novo” mundos. Cada um possui *a sua história*, apesar do padrão comum de civilização e das tendências substanciais de transformação convergentes, condicionadas por essa civilização. (FERNANDES, 1981b, p. 49. Grifo do autor).

² Conforme expõe Florestan Fernandes em *A revolução Burguesa no Brasil* (1981a) e *Poder e Contrapoder na América Latina* (1981b).

³ A ruptura apresentada por Fernandes consiste em analisar o processo que implementa o capitalismo nos países periféricos a partir das condições histórico-sociais e socioculturais destes, e não como sendo um processo passivo de readequação do sistema, antes colonial, para o capitalismo. Nesse sentido, a relação de dependência que tais países mantinham com o centro partia da coadunação de interesses entre classes burguesas locais e internacionais. (FERNANDES, 1981c).

E complementa que, antes de mais nada, “trata-se [...] da história do capitalismo nos países de origem colonial” (FERNANDES, 1981b, p. 72), a qual difere do processo europeu, originário da crise do feudalismo.

A independência e a afirmação do Estado-Nação nos países latino-americanos se caracterizam por não produzirem o desaparecimento histórico das antigas estruturas de produção e organização da sociedade colonial. Ao contrário, os resíduos coloniais foram mantidos sob a nova sociedade de classes, obedecendo a interesses tanto das elites locais, que visavam conservar suas prerrogativas “mandonistas”, quanto dos países imperialistas. Os antigos laços político-jurídicos foram superados e, em contrapartida, cederam lugar à dependência econômica, fundamentando um novo tipo de colonialismo, dependente não mais das metrópoles originais, mas das novas potências econômicas – Inglaterra e Estados Unidos, sucessivamente (FERNANDES, 1981c).

Para Fernandes, “[...] o complexo institucional Estado-Nação praticamente se converteu num sistema especializado de exercício de livre arbítrio” (FERNANDES, 1981b, p. 46), no qual minorias privilegiadas se mantiveram aptas a conservar e reproduzir seus interesses particularistas. E, ainda, “[...] mesmo quando a lei logrou prevalecer, ela exprimia a vontade coletiva de minorias, de estratos privilegiados dominantes, estrategicamente encastelados no comando da economia, da sociedade e do Estado”. (FERNANDES, 1981b, p. 46).

Nesses termos, em relação à América Latina, podemos perceber que, desde sua formação, o Estado é monopolizado e utilizado como instrumento de defesa das classes exploradoras, sejam elas aristocratas, oligárquicas ou burguesas. Esta aparelha o Estado não só para a preservação exclusiva de seus interesses, como também se utiliza do aparato estatal para dificultar a construção de “estruturas verdadeiramente coletivas e democrático-nacionais de poder.” (FERNANDES, 1981b, p. 46). Nesse ponto, vale frisar que, para manter constantes as disparidades entre as classes sociais, ou até para ampliá-las ainda mais, as elites dirigentes fizeram uso indiscriminado da violência estatal, direta ou indiretamente. Pois, consonante Fernandes, “quando privilégios sociais *extremos* e iniquidades sociais *extremas* formam uma rotina, somente a violência pode reforçar os privilégios ou destruir as iniquidades.” (FERNANDES, 1981b, p. 43, grifo do autor). Poder-se-ia dizer que *é pelo* Estado e *através* deste que se dá a perenidade do governo das elites na América Latina (FERNANDES, 1981b, p. 50).

A substituição do antigo regime colonial pelo modelo capitalista ocorreu de modo paulatino, orientado pela manutenção de privilégios da burguesia local nascente associada à burguesia imperialista, sem gerar profundas transformações sociais. A burguesia, no Brasil e em toda América Latina, nasce como sujeito histórico com o específico papel de modernizar as estruturas produtivas de acordo com os padrões do novo sistema econômico, sem permitir o desencadeamento de revoluções e instabilidades sociais (FERNANDES, 1981a). Essa distorção de sua “função histórica” (FERNANDES, 1981b, p. 94) permitiu assegurar a transformação da divisão social do trabalho no Cone Sul sob os auspícios das economias imperialistas, que, por sua vez, não permitiriam o desenvolvimento de um capitalismo concorrencial na região.

Deste modo, a transição para o modelo capitalista ocorreu em condições estáveis, conservando prerrogativas e mantendo as classes menos abastadas longe das estruturas decisórias de governo. Os novos Estados latino-americanos incorporaram-se à nova ordem capitalista nas condições de

[...] uma economia de mercado capitalista duplamente polarizada, destituída de auto-suficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada. [...] Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas. (FERNANDES, 1981c, p. 36).

Sob a égide de um capitalismo dependente⁴ e do subdesenvolvimento econômico, a existência concomitante de velhas e

⁴ Neste trabalho, não pretendemos explorar a fundo a “teoria da dependência”. Limitamos-nos às contribuições de Florestan Fernandes, enquanto opção metodológica, por entender que este atribui as condições de dependência e de subdesenvolvimento da América Latina, em primeiro lugar, ao desenvolvimento das próprias condições internas de produção dessa região – e não apenas como mera resposta aos estímulos e necessidades das economias imperialistas.

novas estruturas de produção – possível através de um “ [...] desenvolvimento desigual e combinado de tais estruturas [...]” (FERNANDES, 1981b, p. 94) – permitiu uma ampliação da exploração da força de trabalho e a extração máxima dos excedentes econômicos no Cone Sul. Essa estratégia foi vantajosa tanto para as classes burguesas do centro quanto da periferia.⁵ Isto porque os países imperialistas necessitavam dos periféricos para a reprodução e expansão de suas relações de dominação, em busca de novos mercados consumidores, ao mesmo tempo em que esses países demandavam uma readequação de suas forças produtivas, de modo a criar uma industrialização em curto prazo e um mercado consumidor em potencial. O que ocorreria via investimentos internacionais, que, por sua vez, permitiriam a intervenção internacional nos assuntos internos (FERNANDES, 1981b). Por outro lado, havia a própria dinâmica interna das sociedades latino-americanas, que absorveu o conflito entre a ética estamental (tradicional) e a ética burguesa, agravando o conflito entre “elites” e “massas” locais, sempre deixadas à margem dos processos decisórios. A rigidez do antigo sistema somada à incapacidade das classes dirigentes em ampliar suas bases ameaçava sua própria estabilidade, enquanto classe dominante. Esta concebeu na modernização das estruturas produtivas um método para incorporar setores mais amplos da população ao sistema econômico e político sem permitir transformações agudas na esfera social, possibilitando, assim, a permanência de suas relações “mandonistas” de classe (VIOTTI DA COSTA, 1978).

Para Fernandes, o desenvolvimento capitalista, em situação de dependência, não possibilitaria por si mesmo o incremento da autonomia destes países no cenário internacional (FERNANDES, 1981b, p. 73). Ele também destaca que a burguesia, recém-nascida nos países latino-americanos, não seria capaz de liderar uma revolução, seja *nacional* ou *democrática* (FERNANDES, 1981b, p. 51), sem colocar em risco seus interesses e os das potências econômicas hegemônicas, em função da possibilidade de que estas transformações pudessem fomentar o crescimento de grupos contestatórios da própria ordem burguesa.

⁵ Para Fernandes, países centrais e países periféricos são elementos constituintes de um mesmo padrão civilizatório, o capitalismo moderno. A diferenciação decorre devido aos níveis de concentração de poder e de vantagens econômicas que cada um detém no bojo das relações internacionais, os quais criam uma relação hierárquica entre os países. Deste modo, os *países do centro* correspondem aos que possuem capitalismo desenvolvido e auto-suficiente, com condições de se ajustarem ao mercado internacional segundo seus próprios interesses. Já os *países periféricos* correspondem aos países dependentes, os quais não dispõem de uma economia autônoma e têm seus interesses regidos pelas limitações impostas pelos países do centro (FERNANDES, 1981c, p. 37-38).

No que tange à análise do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, Fernandes (1981a) aponta duas características peculiares na consolidação da burguesia.

Em primeiro lugar, a burguesia brasileira foi composta por várias “burguesias”, ou “ilhas burguesas”: as oligarquias agrárias que buscavam adaptar-se à nova divisão de trabalho; e o surgimento de industriais, banqueiros e comerciantes urbanos, como resultado de uma industrialização mais desenvolvida. Ainda que dentro dos marcos do capitalismo dependente, esses subgrupos, “[...] que se formaram em torno da plantação e das cidades, mais se justapõem do que se fundem, e o comércio vem a ser o seu ponto de encontro e a área dentro da qual se definem seus interesses comuns”. (FERNANDES, 1981a, p. 204).

Em segundo lugar, essa especificidade da classe burguesa fez com que ela sempre tivesse o aparato estatal como meio de unificação de seus setores internos. Ao contrário de outras experiências históricas, em que a burguesia se formou enquanto poder fora do Estado, e só depois de estabelecida utilizou-se de sua estrutura.

Esse conflito no interior da classe burguesa é um fator que caracteriza a própria forma com que esta se constituiu historicamente. Aqui, cabe destacar não somente o surgimento de industriais, banqueiros, comerciantes – fruto da modernização da produção –, mas principalmente a predominância da tradicional oligarquia rural, a antiga aristocracia do período imperial. Esta, que sempre controlou o Estado para seus próprios fins, através da flexibilização de alguns de seus interesses, logrou permanecer no poder durante a transição para a economia moderna. Cabe destacar, ainda, que ela correspondia ao setor majoritário da burguesia.

Nesse sentido, convém pontuar que “A burguesia como um todo (incluindo-se nela a oligarquia), se ajustara segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora”. (FERNANDES, 1981a, p. 205). Dessa forma, aproveitava-se do “atraso” e do “avanço” do país para conduzir as próprias transformações universais de maneira a amortecê-las perante a sociedade brasileira (FERNANDES, 1981a, p. 204-205). No entanto, esse método gerava a necessidade de se conter o descontentamento daqueles setores sociais que ficavam à margem dos interesses burgueses, os quais poderiam se organizar contra o capitalismo e à ordem estabelecida.

Essa heterogeneidade de suas forças componentes criou contradições políticas que somente se agravaram. Por um lado, o

surgimento de *idéias democratizantes* (FERNANDES, 1981a, p. 208) originou novas possibilidades de se investir no desenvolvimento nacional, o que acirrou as oposições no interior da classe burguesa – embora sem o fito de contestar o sistema capitalista em si. Essa disputa no interior da burguesia abriu espaço para a contestação “dos de baixo”, ou seja, das classes dominadas, os trabalhadores. De maneira resumida, o cenário brasileiro contava tanto com contestações dos grupos “dentro da ordem” – expressas por aqueles que almejavam o desenvolvimento de um capitalismo nacional –, quanto dos “de fora da ordem”, opositores do sistema capitalista. Por outro lado, a franca estagnação econômica que se alastrava pelo país fez com que parte da oligarquia – que anteriormente não pretendia modificar o caráter social essencialmente agrário do país – passasse a investir na industrialização, apoiando os emergentes setores industriais.

Essa manobra favoreceu “[...] um rápido deslocamento do poder decisivo da oligarquia ‘tradicional’ para a ‘moderna’ [...]” (FERNANDES, 1981a, p. 208-209), no interior da classe burguesa. Em contrapartida, exigiu deste setor a contenção do ímpeto reformista da burguesia nacionalista, que pretendia desenvolver a economia nacional de forma autônoma, ao mesmo tempo em que precisava frear as reivindicações por mudanças sociais da classe trabalhadora.

É nessa “crise” da oligarquia – que Fernandes afirma ser nada menos do que “um processo normal de diferenciação e de reintegração do poder”, e fortalecimento dos setores burgueses ligados à modernização do país – que se sustentará, posteriormente, “a *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil” (FERNANDES, 1981a, p.208-209). Os anos 1930 ficaram marcados, desse modo, pela manutenção tanto dos interesses da oligarquia tradicional quanto dos setores modernos, possibilitando certa ascensão econômica aos setores sociais marginalizados no transcurso de todo o processo histórico brasileiro.

No entanto, mesmo consolidado, o poder burguês não adquiriria hegemonia suficiente para superar a situação de crise, com a qual se depararia em seguida. Esta, oriunda de uma dupla pressão, poderia colocar em xeque sua própria dominação enquanto classe burguesa. De um lado, havia a pressão externa, gerada pelo capitalismo monopolista mundial, cujo objetivo estava atrelado ao “*desenvolvimento com segurança*” do país, de modo a preservar os interesses do capital estrangeiro. De outro, tem-se a pressão interna, subdividida em dois tipos: aquela exercida pelo proletariado e pelas “massas” que reivindicavam um novo *pacto social* com o poder burguês, na busca por

melhorias nas condições de vida, a qual era prevista pela “revolução dentro da ordem”, mas temida pela burguesia tradicional; e aquela referente à presença de um forte Estado intervencionista, principalmente nas questões econômicas, o que preocupava a iniciativa privada, tanto nacional quanto internacional (FERNANDES, 1981a, p. 216-217).

Essa dupla pressão, que poderia prejudicar todos os setores da burguesia, exigiu dela uma unificação de interesses. Dessa forma,

[...] para conter as forças revolucionárias, o setor dominante da classe burguesa fez uso de sua hegemonia política, sempre ligada ao Estado, utilizando tanto da propaganda, forjada especificamente para pregar sua ideologia, e assim legitimar sua dominação, quanto do aparato opressivo e repressivo. (SCHULTZ; Et alii, 2007, p. 90).

Ainda de acordo com o autor, “[...] a ditadura surgiu de necessidades convergentes das várias classes burguesas, em suas ramificações nacionais e estrangeiras, e tornou-se possível graças a um rápido movimento histórico de centralização da dominação de classe”. (FERNANDES, 1982, p. 95). Nesse sentido, o golpe de 1964, dirigido pelo tripé que associava burguesia nacional, Estado e multinacionais (FERNANDES, 1981b, p. 31), foi erigido sob uma forte orientação conservadora e reacionária, cujo objetivo consistia na eliminação do ímpeto revolucionário das massas e do projeto nacional desenvolvimentista de parte da burguesia.

2.2 O TERRORISMO: O APARATO REPRESSIVO ESTATAL PARA ALÉM DA VIOLÊNCIA LEGAL

Exposto o processo sócio-histórico que levou à implantação das ditaduras civil-militares no Cone Sul, podemos concluir que tal processo visou à adequação da região ao novo enquadramento exigido pelos países centrais em associação com setores burgueses locais, consoante uma perspectiva de desenvolvimento capitalista dependente, associado ao capital externo, de modo a não permitir o desenvolvimento de um capitalismo concorrencial na região. O essencial consistia em tornar a periferia “segura” e “estável” para que o capitalismo monopolista pudesse continuar a expandir seus laços de dominação pelo mundo (FERNANDES, 1981b).

Para Fernandes, no Brasil, os vinte e cinco anos de ditadura

[...] compreendem uma ampla transferência de capitais, tecnologia avançada e quadros empresariais técnicos e dirigentes, pela qual a economia e a sociedade brasileira foram *multinacionalizadas*, através de uma cooperação organizada entre capitalistas, militares e burocratas brasileiros com a burguesia mundial e seus centros de poder. O Estado burguês converteu-se numa ditadura civil-militar e promoveu a centralização do poder que iria garantir a base econômica, a estabilidade política e a segurança dos investimentos na escala requerida pelo imenso “negócio da China” em que se tornou a internacionalização dos recursos materiais e humanos no Brasil.(FERNANDES, 2000, p. 125 apud CORRÊA, 2010, p. 102)

Para atingir essas metas, o regime ditatorial utilizou-se da persuasão direta, da violência organizada e institucional, e do terror ocasional ou sistemático, aplicados de diversas formas. O Estado, mais uma vez utilizado como instrumento das classes exploradoras, atuou com seu aparato repressivo, controlando os meios de comunicação, oprimindo e neutralizando a oposição e extinguindo seus dissidentes, ao mesmo tempo em que mantinha eleições rituais e o parlamento, que era simbólico. Ainda, com vistas à reprodução das orientações totalitárias das classes dominantes, Fernandes acrescenta: o controle central da economia, da educação, dos movimentos sociais, das greves dos trabalhadores e dos estudantes, em suma, da desobediência civil. Este controle centralizado foi possível por meio da aplicação calculada da força por meio da polícia, das Forças Armadas e do sistema jurídico – tudo “supervisionado pelo aparato repressor do Estado”. (FERNANDES, 1981b, p. 23).

Este é o ponto que queremos ressaltar: a ditadura civil-militar evidencia o caráter terrorista do Estado, num país em que as classes exploradoras procuraram conservar suas condições enquanto setores dirigentes desde a emancipação nacional, tendo no próprio aparato estatal o mecanismo para isso.

Conforme se poderá observar no segundo capítulo deste trabalho – em que se aborda o período estudado a partir de fatos históricos –, além de ter atuado como instrumento de classe, o Estado terrorista se

caracterizou pela institucionalização e legalização do uso da violência contra os próprios cidadãos em nome da “segurança nacional”. Utilizou-se amplamente da tortura, dos atos institucionais e da criação de órgãos de repressão – como o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Serviço Nacional de Informação (SNI) – como mecanismos para exercer controle social e, assim, permitir, mais uma vez, a preservação da classe dirigente.

No entanto, antes de nos dedicarmos ao debate exclusivo sobre o terrorismo de Estado, faz-se oportuno mencionar outra contribuição de Florestan Fernandes: o *subfascismo*,⁶ conforme apresentado na obra *Poder e Contrapoder na América Latina* (1981b), como elemento constituinte dos regimes civil-militares da América Latina. Essa nova categoria analítica nos é pertinente na medida em que a interpretamos como associada ao conceito de terrorismo de Estado, por considerarmos que o subfascismo se manifesta como realidade histórica nas ditaduras do Cone Sul (1960-1980) por meio de práticas terroristas.

2.2.1 O subfascismo da América Latina

Para muitos autores, a discussão em torno do conceito de fascismo já está superada, porque se trataria de um processo histórico exclusivo a Itália e Alemanha durante os governos de Mussolini e Hitler, respectivamente. No entanto, Leandro Konder, em *Introdução ao fascismo* (1991), atenta para a vastidão de pesquisas que abordam o fascismo como objeto de estudo e apresentam contradições nas diferentes formulações que o definem. Conclui, inclusive, que algumas dessas definições tendiam a “impedir que o fascismo fosse efetivamente compreendido, [o que] implicava confundir e enfraquecer as forças capazes de se opor com firmeza às tendências fascistas”. (KONDER, 1991, p. 3). Em outras palavras, pode-se dizer que há um confronto teórico dentro das Ciências Sociais no que tange ao debate do conceito, o qual apresenta em muitas situações diferentes intenções político-ideológicas como pano de fundo.

⁶ Embora o seu conteúdo seja discutido no capítulo 1 da obra *Poder e Contrapoder na América Latina*, intitulado *Notas sobre o fascismo na América Latina*, Fernandes não utiliza o termo “subfascismo”, fazendo sempre uso de sinônimos, tais como: “o fascismo na América Latina”; “fascismo específico”; “fascismo difuso e fluído”; “fascitização”. A palavra “subfascismo” só nos foi apresentada a partir da leitura do artigo *O significado da ditadura militar*, do próprio autor, que compõe a obra *1964: Visões críticas do Golpe*, organizado por Caio Navarro de Toledo. Por este motivo, neste trabalho fazemos uso de tal denominação em referência ao fascismo presente na América Latina durante as décadas de 1960 e 1980.

Desta forma, assim como Fernandes (1981b), Konder também compartilha da concepção de perenidade do fascismo nas ditaduras civil-militares da América Latina. Ainda na obra *Introdução ao fascismo* (1991), o autor apresenta um esboço dos mecanismos e finalidades do sistema fascista, desmistificando – a partir de critérios científicos – a definição de que seja um processo histórico exclusivo às experiências clássicas da Itália e da Alemanha.⁷ Nesse sentido, entendemos que o Golpe de 1964 também possui características fascistas, dentre as quais se sobressai o *terrorismo de Estado*.

Konder caracteriza o fascismo como um movimento essencialmente de direita, conservador, reacionário e elitista, que tem por objetivo a manutenção dos interesses de classe da burguesia tradicional, embora politicamente seu discurso expresse “princípios generosos”. Ou seja, esse setor da classe burguesa dissimula a manutenção de seus interesses através de um discurso comprometido com o “bem-estar social de todos”, ou – como em uma das justificativas do Golpe de 1964 – preocupado com a manutenção da “ordem”.

Entretanto, por ser um discurso contraditório, este não se sustenta perante a realidade. Para isso, torna-se necessária a união das forças sociais de direita, que “[...] só se unem para os objetivos limitados da luta contra o inimigo comum”. (KONDER, 1991, p. 6). Dessa maneira, o fascismo, caracterizado por seu pragmatismo radical, surge como alternativa para superar a fragmentação em que se encontrava a classe burguesa, a qual poderia conduzi-la a uma crise interna, colocando em risco os interesses de seus diferentes segmentos.

Ainda segundo Konder (1991, p. 16), o chauvinismo⁸ corresponde a uma categoria central nos casos de fascismo “e se manifesta em todos os movimentos desse tipo, independentemente dos países em que se realizam e independentemente das formas particulares que assumem”. Tal categoria, portanto, permite difundir um tipo de nacionalismo de caráter fascista à população, através da criação de um inimigo comum à sociedade.

Nos casos clássicos da experiência fascista, a propaganda exerceu papel central na disseminação do “sentimento nacionalista”. Já nas

⁷ Ainda quanto ao debate sobre a perenidade do fascismo pós-Segunda Guerra Mundial, ver VÍZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. O Ressurgimento da Extrema-direita e do Neonazismo: A Dimensão Histórica e Internacional. In: VÍZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; MILMAN, Luis. (Orgs.). *Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político*, 2000. p. 19-50.

⁸ Termo utilizado para designar de forma pejorativa uma espécie de nacionalismo exacerbado. Deriva do nome do francês Nicolas Chauvin, soldado do Primeiro Império liderado por Napoleão Bonaparte.

ditaduras latino-americanas, conforme nos demonstra Fernandes (1981b), o uso exacerbado do autoritarismo e do totalitarismo de classe foram os mecanismos de dominação que predominaram. Em outras palavras, no lugar da doutrinação de massa, fez-se veemente uso da guerra civil e do terrorismo de Estado. No entanto, isto não significa que não tenha havido manipulação da opinião pública. Pelo contrário, podemos constatar que houve uma forte e eficaz elaboração ideológica, chauvinista, de acordo com Konder, materializada na construção de um *inimigo comum*, a “ameaça comunista”. Tal ameaça serviu para unificar os diferentes setores da burguesia em torno de uma única ideologia, considerada como de toda a nação, em nome da manutenção da “ordem social”. Aqui, convém recordar Marx, quando sustenta que

[...] só em nome dos interesses gerais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar a supremacia geral. Os seus objetivos e interesses devem verdadeiramente ser os objetivos e interesses da própria sociedade, da qual se torna de fato o cérebro e o coração social. (MARX, 2004, p. 56).

Ainda, de acordo com Fernandes, deste modo,

[...] o caráter fascista das ações e processos políticos não se funda somente na contradição entre o uso institucionalizado da violência para negar direitos e garantias sociais estabelecidas e as imposições “universais” da ordem legal; mas na existência de uma ordem constitucional que é menos simbólica ou ritual, pois só tem validade para a autodefesa, o fortalecimento e a predominância dos “mais iguais” (ou os privilegiados) [...]. Ele se corporifica e atualiza quotidianamente na conexão política, reproduzida constantemente, entre o totalitarismo de classe, a “salvação nacional” (ou “defesa da ordem”) por meios autocráticos, reacionários e violentos, e a “revolução institucional” (ou seja, a dupla ação revolucionária, que se desdobra simultaneamente, de fato, contra a democracia, nominalmente, contra o comunismo). Nesse sentido, o elemento essencial das ações e processos políticos parece ser a contra-revolução, que afirma a totalidade por

sua negação, isto é, uma “unidade” e uma “segurança” da Nação que não passam de uma unidade e segurança dos interesses, valores e estilo de vida das classes dominantes, bem como do seu reflexo na concepção totalitária da onipotência de tais classes. (FERNANDES, 1981b, p. 21-22).

A partir desse trecho, depreendemos que, para Florestan Fernandes, o totalitarismo de classe e o caráter contra-revolucionário das ações políticas das ditaduras são as chaves que conferem ao fenômeno “fascismo” uma espécie de metamorfose, ao longo de seu processo histórico. E que, por conseguinte, nos permitem aferir a ocorrência de um subfascismo na América Latina.

O totalitarismo de classe⁹ torna desnecessária uma elaboração ideológica rebuscada, pois permite que o controle das forças econômicas, sociais, culturais e políticas seja exercido por uma minoria privilegiada. A qual também pode utilizar direta e permanentemente a violência institucional objetiva, legitimada e monopolizada pelo Estado, em função da extrema concentração de riqueza e poder em suas mãos (FERNANDES, 1981b, p. 22). Para Fernandes, o totalitarismo de classe é responsável pela configuração de um tipo próprio de fascismo, difuso (não sistemático) e fluído (não concentrado), tendo seu nexos “dentro do Estado e do governo” – e, da mesma forma que nos casos clássicos, impregna socialmente todas as estruturas de poder “no seio da sociedade”. Desse modo, o autor conclui que, na medida em que o uso do espaço político é organizado e dirigido pelas forças totalitárias, o Estado e o governo são projetados numa tendência de fascistização em todos os níveis de decisão que envolvam Estado e governo (FERNANDES, 1981b, p. 21).

Por outro lado, tem-se o intento contra-revolucionário da ditadura, que garantiu à burguesia autodefesa e manutenção do *status quo*, permitindo empregar a guerra civil em dois níveis: primeiro, “[...] contra a democratização como um processo social de mudança estrutural

⁹ Fernandes sintetiza o *totalitarismo de classe* como um fenômeno possível apenas em sociedades estratificadas nas quais o poder econômico e político é monopolizado por uma única classe social (ou setor deste), sendo a cultura desta classe imposta como se fosse aquela de toda a sociedade (FERNANDES, 1981b, p. 16). Essa concepção difere do *totalitarismo* defendido por Hannah Arendt, por exemplo, que na obra *As origens do totalitarismo* destituiu o conteúdo de classe na formulação do conceito. Para Arendt, resumidamente, o fenômeno totalitário é resultado da subjetivação do poder, sendo que os princípios de exclusão das massas e das arbitrariedades políticas obedecem obrigatoriamente às vontades de um Chefe, e não de uma classe social.

[...]” (FERNANDES, 1981b, p. 17), ou seja, contra a revolução dentro da ordem capitalista; e, segundo, contra os movimentos revolucionários questionadores da ordem existente. Esse perfil contra-revolucionário impede qualquer tipo de mobilização social e tem na violência estatal, mediante a exacerbação do aparato repressivo legal, o mecanismo mais contundente para alcançar seus resultados.

Nesse sentido, o subfascismo inerente às ditaduras do Cone Sul tinha por objetivo manter a ordem política e estabelecer novas correlações de forças, de modo a garantir os privilégios e o controle estável do poder a partir de cima (FERNANDES, 1981b, p. 20). Segundo Fernandes (1981b, p. 23), o grau de fascistização é variável segundo o nível de resistência cívica, podendo-se fascistizar apenas algumas funções estratégicas e essenciais do Estado. No entanto, essa fascistização da instituição estatal é oculta pela manutenção da constituição e do aparato jurídico, que, contudo, permanecem funcionais apenas às minorias que estão no poder.

O autor ainda ressalta que tais manifestações do subfascismo não devem ser entendidas como produto remanescente de uma estrutura de poder arcaico. Nesses termos, o fenômeno se apresenta como uma força moderna (FERNANDES, 1981b, p. 18), cujos objetivos relacionam-se à Doutrina de Segurança Nacional, no “desenvolvimento com segurança” de uma região caracterizada pelo capitalismo dependente e sob forte influência das potências capitalistas hegemônicas, em meio ao contexto de polarização do mundo em dois grandes eixos político-ideológicos, sustentados pela Guerra Fria – o conflito entre “comunismo” e capitalismo.

Em suma, entendemos que o subfascismo, como fenômeno específico à realidade das ditaduras civil-militares da América Latina, atua como importante força organizadora dos setores sociais tradicionais no interior do Estado, fascistizando algumas de suas estruturas – não todas –, de acordo com o grau de resistência popular. Nesse processo sobressai-se o terror, sistematicamente aplicado como política estatal em nome da defesa da ordem social. A exacerbação do aparato repressivo legal, monopolizado por setores da burguesia tradicional, garante a estes a preservação e a reprodução de seus interesses, num contexto histórico marcado pela reestruturação do sistema capitalista nos países periféricos. Em função disso, importa analisar o conceito de terrorismo de Estado enquanto fenômeno ligado ao subfascismo das ditaduras do Cone Sul.

2.2.2 O terrorismo de Estado enquanto categoria explicativa dos regimes civil-militares

O terrorismo de Estado ainda é um conceito pouco utilizado entre os pesquisadores brasileiros para interpretar a ditadura pós-1964. São poucas as formulações e sistematizações que podemos encontrar em torno de seu conteúdo teórico, a partir de critérios científicos. Essa restrição do seu campo de discussão, somada ao fato de os estudiosos, em sua maioria, limitarem as análises ao emprego do conceito “regime autoritário”, contribui ainda mais para minar seu debate conceitual. Dessa forma, o terrorismo de Estado acaba tendo pouca aceitação entre os pesquisadores enquanto categoria científica para analisar os “Anos de Chumbo” no Brasil.

Entendemos que abordar o período em questão tão somente a partir do autoritarismo seria demasiado genérico para explicar as ações e políticas adotadas pelo Estado brasileiro. A categoria *terrorismo de Estado* nos permite definir as especificidades deste período, que se distingue de outros também autoritários registrados na história política do Brasil, por ter elevado ao máximo o nível de violência e de desrespeito aos direitos humanos cometidos através do aparato estatal. Nesse sentido, no momento em que nos propomos a interpretar o regime civil-militar brasileiro sob a ótica desta categoria analítica, estamos procurando focar nossa análise no tipo de relação que se estabelece entre o Estado e a sociedade – a qual se fundamenta numa permanente e cotidiana situação de violência, psíquica ou física, amplamente aplicada pelo Estado brasileiro contra seus próprios cidadãos.

O historiador Enrique Serra Padrós, em sua tese de doutoramento *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar* (2005), interpreta a ditadura uruguaia como um caso de Terror de Estado, ao mesmo tempo em que sistematiza o conceito. Embora o utilize para explicar o caso uruguaio, Padrós sustenta que o terror estatal esteve presente em todas as outras ditaduras do Cone Sul, mediante a aplicação das premissas da Doutrina de Segurança Nacional.

Importa esclarecer que o terrorismo perpetrado pelo Estado corresponde a apenas uma modalidade de terrorismo. O termo *terrorismo* ou *terrorista* ganhou especial difusão a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. No entanto, sua aplicação geralmente se deu de forma arbitrária, sem maiores preocupações conceituais, e muitas vezes acaba sendo utilizado como simples adjetivo para desqualificar opositores políticos.

Resumidamente, Padrós (2005, p. 62-63) elenca algumas tipologias que nos permitem identificar variações do fenômeno *terrorismo*, o qual pode ser classificado segundo: a) a definição ou não de quem é o “inimigo” para a opinião pública (tem-se o terrorismo seletivo ou aleatório); b) o agente terrorista, seja individual, grupal ou estatal; c) o alcance das ações, nacional (quando executado dentro das fronteiras de um país), internacional (quando empregado fora das fronteiras nacionais) ou transnacional; d) a modalidade das ações; e e) os objetivos visados.

Isto posto, o terrorismo de Estado é assim classificado pelo fato de o aparato estatal ser o responsável, nesse caso, pela execução das ações terroristas. Ele também está associado ao primeiro ponto apresentado por Padrós, que diz respeito à definição de um determinado perfil de “inimigo” à opinião pública. No regime civil-militar, conforme já pontuado, o “inimigo oficial” era o “comunismo”. No entanto, é sabido que, na prática, o aparato repressivo combateu todos aqueles que propunham ideias divergentes das propostas pelo regime.

Nesse íterim, antes de se analisar a definição de inimigo comum e os limites entre aparato repressivo legal do Estado e Estado terrorista, cabe esclarecer que o Estado não é uma estrutura neutra que intermedia os conflitos sociais, como propõem algumas concepções dentro do debate sociológico. Entendemos que este

[...] é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição consigo mesma e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, torna-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e distanciando-se cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1986, p. 227).

Entretanto,

[...] Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu no seio do conflito entre delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. (ENGELS, 1986, p. 229).

Logo, o Estado surge, originalmente, como estrutura necessária à moderação dos conflitos de classe, através da legalização do domínio de uma sobre as outras e da organização “especial” da força e do uso da violência para repressão (PADRÓS, 2005, p. 67, aspas do autor). Desse modo, limita-se o seu entendimento enquanto representante dos “interesses coletivos”. Pois, no âmbito da produção da riqueza e de sua distribuição, o Estado contribui para a manutenção e a consolidação da situação de desigualdade, privilegiando os setores sociais dominantes que o conduzem. Consonante Engels (1986, p. 229-230), “[...] se vê claramente que o Estado é um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem”.

Para Padrós, é de responsabilidade do Estado o monopólio do uso da violência, na medida em que se destina à defesa da ordem interna e do território – no caso de guerras ou invasões. Mas, embora haja um entendimento de que um determinado nível de violência é necessário e consentido pela população no que tange ao combate à delinquência, o autor nos lembra que a mesma repressão também é direcionada contra setores sociais que questionam a ordem estabelecida. É neste ponto que o Estado atua como protetor dos grupos dominantes da sociedade contra a suposta subversão. Tal dinâmica aponta a “exclusão presente e a criminalização do protesto social com o agravante de que cabe ao próprio Estado que reprime definir, em última instância, os critérios que identificam a delinquência”. (PADRÓS, 2005, p. 68). Nesses termos, são os próprios setores dominantes que, por meio do Estado, traçam o perfil daquele que será tido como o “inimigo” da sociedade.

Num regime de estruturas democráticas, por exemplo, o recurso à violência estatal é utilizado pelo governo quando se têm esgotados os canais para diálogo. Padrós (2005, p. 69) coloca que “há um entendimento de que a força da repressão pode ser desencadeada com alto grau de legitimidade se ocorre o convencimento de amplos setores da população”. Contudo, num momento de crise de legitimidade do

governo estabelecido, definir o limite da aplicação do poder coercitivo estatal adquire uma margem tênue:

Constatada a existência real ou potencial de uma determinada ameaça, global, total, profunda aos interesses dos setores dominantes, estes embasam a ruptura da legalidade como mecanismo ao qual se deve recorrer urgentemente para defender o “conjunto da sociedade”. Nesse marco, a violência constitucionalmente legitimada, função monopolizada pelo Estado, poder ser convertida para uma configuração mais complexa que, em vez de julgar e punir, pode também semear o terror. (PADRÓS, 2005, p. 69-70).

Há situações em que, em função de determinadas conjunturas históricas, o conflito entre proprietários e excluídos se radicaliza e a mediação do Estado para contornar o impasse se torna insuficiente. Então, para conter a instabilidade política e social, o Estado utiliza outros instrumentos de contenção – jurídicos, administrativos, tributários etc –, destacando-se o aparato repressivo legal. Se tais instrumentos ainda se mostrarem insuficientes, o Estado pode recorrer a mecanismos repressivos “especiais”, como decretar Estado de Sítio ou leis de exceção, por exemplo, para conter a ameaça ao *status quo* existente (PADRÓS, 2005, p. 71).

Padrós coloca que a diferença entre aparato repressivo legal e terrorismo de Estado reside no fato de que aquele pode ser mensurado e previsto por regras estabelecidas constitucionalmente, como, por exemplo, o Código Penal. O que significa dizer que “[...] a sociedade sabe que a violência punitiva atinge os desvios de conduta que foram determinados com *antecipação e que são castigados através de ações físicas normatizadas* pela superestrutura *jurídica*, conforme a gravidade da falta”. (PADRÓS, 2005, p. 73-74, grifo nosso).

Logo, ao ser conhecida, a lógica da violência institucional permite à população calcular os custos da desobediência. Já no que tange ao terrorismo de Estado, o mesmo não ocorre porque a lógica de sua dinâmica e dos critérios norteadores é desconhecida pela população, gerando uma imprevisibilidade de sua ação. Ele corresponde a uma “[...] violência que *atinge indiscriminadamente comportamentos não prefixados* [...]” (PADRÓS, 2005, p. 74, grifo nosso), que manifestam de forma direta ou indireta uma crítica ou oposição ao governo instituído. Também se caracteriza pelo alto grau de brutalidade das

ações, que tendem a gerar um medo irracional na população. Padrós (2005) ainda conclui que, a partir de uma percepção baseada no senso comum, para a maioria dos cidadãos a melhor maneira de se proteger é assumir uma postura de passividade e se abster de demonstrar qualquer tipo de desconformidade, visando não provocar o aparato repressivo.

Tal conclusão do autor demonstra o grau de eficiência que o terror de Estado pode adquirir. Ou seja, embora a intensidade da ação repressiva diminua, esta atinge seu objetivo ao conseguir paralisar imediatamente a oposição real e, preventivamente, a oposição potencial. Segundo Padrós, em muitas circunstâncias o indivíduo percebe o adesismo ao regime como garantia de proteção diante da violência estatal. Em síntese, o terrorismo de Estado, através do medo irracional, consegue conter a oposição e “[...] transformar posturas inertes em forças de colaboracionismo ativo”. (PADRÓS, 2005).

Assim sendo, Padrós evidencia como a violência institucional extrapola os limites constitucionais, quando os mecanismos coercitivos “legais” se mostram insuficientes para persuadir e neutralizar os setores sociais descontentes. O grau de intensidade do terrorismo de Estado se relaciona diretamente à “[...] dimensão da percepção da ameaça a que se vêm expostos os setores dominantes frente ao questionamento popular do sistema de legitimidade em que se tem fundado a dominação de classe”. (PADRÓS, 2005, p. 76). Em outras palavras,

[...] enquanto parte integral da luta de classes, o objetivo do TDE [Terror de Estado] tem propósitos políticos específicos: derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do *status quo* da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição de riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas. (PADRÓS, 2005, p. 76).

Nesses termos, esse tipo de terrorismo se apresenta como ferramenta fundamental da qual dispõem as classes exploradoras para garantir a dominação e o disciplinamento das classes sociais subalternas, num contexto em que a sociedade precisa passar por um reordenamento do processo de acumulação de riqueza – ditado pelas imposições e pelas “[...] novas necessidades econômicas dos setores dominantes [locais] e do capital internacional”. (PADRÓS, 2005, p. 75).

Sinteticamente, Padrós (2005, p. 94) identifica três objetivos principais do terrorismo de Estado: a) a destruição da mobilização social

e política; b) a interrupção do processo de *recâmbio* e transmissão geracional dessa experiência de mobilização política e consciência crítica; e c) a reprodução, nas novas gerações, de passividade e consciência acrítica. Esses três fins são elementos constituintes de um processo ainda maior, que visa à “destruição do estado de consciência coletiva”. Ressalte-se, outrossim, que a violência cometida pelo Estado contra sua própria população logra não somente a destruição de qualquer mobilização social imediata, como também a destruição desta em longo prazo, mesmo após o término das ações terroristas.

Para implementar tais objetivos, o terrorismo de Estado adota como metodologia de ação

[...] o abandono ou anulação do processo legal para a determinação da autoria de um delito e das conseqüentes responsabilidades cabíveis, assim como torna impreciso os fatos puníveis. A aplicação de métodos repressivos “não-convencionais” implica no abandono dos marcos legais e leva à clandestinização de ações estatais, na medida em que o seqüestro e a tortura [...] são constitucionalmente proibidos. Conjuntamente ocorre a sonegação de informações sobre o destino dos detidos e a omissão da aplicação de medidas e garantias de salvaguardar aos cidadãos. (PADRÓS, 2005, p. 88).

A forma clandestina com que atua o sistema repressivo do Estado permite tanto neutralizar os controles internos da sociedade quanto aumentar o efeito psicológico da repressão ao torná-la anônima e onipresente, além de preservar os governos das denúncias que lhe são imputadas sobre transgressão dos direitos humanos. Nesse sentido, o terrorismo de Estado alimenta e reforça a presença do medo na sociedade, pois a percepção de uma repressão anônima, clandestina e onipresente dissemina ainda mais a sensação de insegurança, que tende a enfraquecer a luta da população pelos seus direitos civis e por reivindicações sócio-econômicas (PADRÓS, 2005, p. 93).

Em suma, Padrós pontua que o terrorismo de Estado atinente às ditaduras do Cone Sul correspondeu a um mecanismo utilizado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional, com a finalidade de defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro, de modo a destruir qualquer tendência de

questionamento social que buscasse uma mudança estrutural da sociedade.

No que tange à Doutrina de Segurança Nacional, faz-se oportuno lembrar sua adoção pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria. Tal doutrina correspondeu a um conjunto de premissas que visavam conter a expansão do suposto comunismo em todas as partes do mundo e garantir a segurança nacional, através da estabilidade política e econômica do país. No entanto, também buscava combater aqueles Estados que de algum modo se opusessem aos Estados Unidos, ou que mantivessem postura internacional de neutralidade. Sob a justificativa de que a “[...] a segurança dos Estados Unidos está em jogo em qualquer lugar onde o comunismo ameace impor-se a povos livres” (COMBLIN, 1978, p. 111), a Doutrina de Segurança Nacional exerceu influência em países ditos periféricos a serviço da hegemonia estadunidense, constituindo-se num importante elemento da política de dominação externa desta potência. De Truman até Nixon, todos os presidentes estadunidenses a promoveram, permitindo-se, assim, livre acesso aos mercados mundiais, às fontes de matéria-prima, bem como liberdade para o comércio mundial. Em termos gerais, a aplicação de seus postulados caracterizou-se pela intensa militarização dos governos que a adotaram, pelo emprego da contra-revolução e da violência generalizada contra a própria população civil, do que destacamos os países da América Latina no período entre as décadas de 1960 e 1980 (COMBLIN, 1978, p. 106-119).

No caso das ditaduras do Cone Sul, os elementos mais importantes que compunham o terror de Estado correspondiam à violência irradiada, ao fomento e à consolidação da “cultura do medo”, à configuração do “inimigo interno”, à imprevisibilidade da dinâmica e à violência das ações estatais, ao isolamento dos indivíduos e à política de controle e ampliação das funções de vigilância (PADRÓS, 2005, p. 95-102).

O Estado terrorista, nesse sentido, converte o terror em peça chave de sua política, aplicando-o para conservar o poder e, ao mesmo tempo, impedir as transformações políticas que poderiam comprometer as estruturas básicas de dominação de classe. O medo se transforma em um problema político e é instaurado pelo Estado na sociedade de modo a exercer controle sobre os cidadãos e mantê-los sob constante sensação de vigilância.

No início, os regimes civil-militares da América Latina aplicaram, indiscriminadamente, o terrorismo estatal como política de

controle da chamada subversão social no interior de seus territórios – atingindo diferentes proporções em cada país. No entanto, inicialmente tais regimes também passaram a coordenar suas práticas terroristas através de acordos bilaterais. Posteriormente, erigida a maioria das ditaduras do Cone Sul, os chefes de cada governo começaram a articular e promover o terror através da Operação Condor – sob ampla influência e investimento do governo estadunidense.

A Operação Condor operou como mecanismo clandestino, permitindo que a violência estatal fosse estendida para além das fronteiras nacionais, na captura e execução daqueles que fugiam da repressão e buscavam asilo político em outros países da região. O terrorismo passou a ser empregado não somente em nível nacional, mas também em nível supranacional, dissolvendo as fronteiras políticas entre Paraguai, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Bolívia.

Durante o período de vigência desse aparato repressivo, importa destacar como o Brasil contribuiu, enquanto país-membro, para conduzir a transnacionalização do terror de Estado no Cone Sul. O país não somente atuou no exterior capturando e exterminando os opositores brasileiros, como também permitiu que outros Estados agissem livremente no interior de suas fronteiras, fazendo o mesmo aos cidadãos das demais nacionalidades.

Porém, antes de analisarmos a participação do Brasil na coordenação supranacional do terror de Estado por intermédio da Operação Condor, abordaremos no próximo capítulo o processo histórico que propiciou a implantação do regime civil-militar brasileiro, apontando sua inserção no contexto político do Cone Sul, ao qual igualmente se encontram ligadas as ditaduras paraguaia, boliviana, chilena, uruguaia e argentina no período em questão. Consoante tal objetivo, construiremos, ainda, um breve panorama geral destes outros regimes ditatoriais, buscando estabelecer os seus principais pontos de convergência em relação ao processo regional subjacente.

3 A IMPLEMENTAÇÃO DAS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL NO CONE SUL

A função política exercida pelos militares na América Latina liga-se ao próprio processo de independência da região frente às metrópoles européias, que marcaram uma tradição histórica de intervenção do aparato militar na sociedade civil (SODRÉ, 1984, p. 16-17). Este é, portanto, um traço perene e anacrônico das sociedades latino-americanas. Seu substrato relaciona-se com a própria função que as forças militares assumiram no âmbito dessas sociedades a partir da emancipação política: atuar quase sempre no meio interno, focando a contenção das contradições sociais que possam colocar em risco a estabilidade do Estado, ou seja, das classes dirigentes (SODRÉ, 1984, p. 15).

Diferentemente do processo estadunidense, em que a independência política lançou as bases do seu posterior desenvolvimento capitalista, nos jovens Estados latino-americanos, após o desenlace com a Europa, nada mudou no que se refere à sua estruturação sócio-econômica, marcada pela supremacia dos grandes latifundiários, pela confusão entre as noções de estatal e privado e, na esfera da economia, pela continuidade da dependência da região a suas antigas metrópoles. Pois, consoante Fernandes,

[...] a formação de um Estado nacional independente desenrolou-se sem que se processassem alterações anteriores ou concomitantes na organização da economia e da sociedade. [...] ela se deu sem que o regime de castas e estamentos sofresse qualquer crise, pois ele constituiu a base econômica e social da transformação dos “senhores rurais” numa aristocracia agrária. (FERNANDES, 1981c, p. 22).

Ou seja, na América Latina, a emancipação política não representou uma revolução, mas a estruturação de um aparelho de Estado intimamente ligado aos interesses das classes dominantes. Nesse contexto, “A importância política dos militares latino-americanos estava vinculada ao subdesenvolvimento, ao predomínio das relações pré-capitalistas em seus países, quando as ações de violência armada eram exercidas no interior”. (SODRÉ, 1984, p. 19-21). As forças militares

agiam, portanto, como representantes dos interesses dos grandes proprietários. Dessa forma, contribuíam diretamente para o desenvolvimento de um capitalismo dependente na região, caracterizado por “uma economia de mercado [...] destituída de auto-suficiência e possuidora, no máximo, de uma autonomia limitada”. (FERNANDES, 1981c, p. 36).

A segunda metade do século XIX registra uma importante expansão econômica da região, principalmente nos casos do Brasil, Argentina, México e Chile. Como consequência desse processo, o Estado passa a modernizar-se em prol da centralização e da estabilidade política, ocorrendo paulatinamente a liquidação do caudilhismo. O esmaecimento das contradições políticas internas, nesse período, permitiu que a organização militar se voltasse à sua função externa, profissionalizando-se e integrando-se ao Estado ao mesmo tempo em que mantinha sua função de contenção interna. Além disso, aparelhou-se de acordo com os parâmetros das grandes potências, principalmente nos países latino-americanos mais desenvolvidos. É em meio a este processo de profissionalização e organização das forças armadas que também eclodem no Cone Sul a Guerra do Paraguai (1865-1870) e a Guerra do Pacífico (1879-1884) (SODRÉ, 1984, p. 19-21).

Desde a primeira metade do século XIX os Estados Unidos paulatinamente suplantaram a Europa para se tornar o maior explorador da região, de acordo com o lema da Doutrina Monroe, “a América para os americanos”. A história registra uma série de intervenções estadunidenses, diretas e indiretas, na América Latina: ilhas Malvinas, Argentina (1831); Peru (1835); Buenos Aires (1852); Nicarágua (1853); Uruguai (1855); Colômbia (1856). Passando ao século XX, podemos citar as seguintes ocupações: Cuba (1906-1909); Honduras (1909-1910); Nicarágua (1912-1926); Haiti (1915-1934); República Dominicana (1916-1922); Panamá (1918-1920); Nicarágua novamente (1926 -1933) (SODRÉ, 1984, p. 18). Com a doutrina Monroe, o que se verifica é a transformação da América Latina em área de tutela e expansão dos interesses estadunidenses.

Na primeira metade do século XX, o desenvolvimento do capitalismo e a modernização econômica da região paulatinamente substituíram às relações pré-capitalistas de produção, com a progressiva formação de um proletariado urbano que entrava na cena política sob o cunho de reivindicações em prol de transformações sociais. Tal processo coincidia com a concretização da alternativa socialista pela Revolução Russa de 1917 e, posteriormente, com a intensificação da contradição entre capitalismo e o que era considerado como socialismo,

consubstanciada na chamada Guerra Fria. Nesse ínterim, por meio da difusão da Doutrina de Segurança Nacional no continente, os Estados Unidos trabalharam junto aos Estados da região no sentido de eliminar a possibilidade de a América Latina adotar o “socialismo” e alinhar-se à União Soviética – o que ocorreria posteriormente com Cuba, em 1959. Este processo alterou o papel das forças armadas dos países latino-americanos, que passaram a reger-se por sua doutrina ideológica, principalmente no que tange à ação política de coerção no plano interno. Esta se alicerçava numa aparelhagem de recursos ideológicos e numa crescente propaganda em relação ao inimigo interno – o anticomunismo – a partir da doutrina de segurança nacional (SODRÉ, 1984, p. 21-22).

No período imediatamente posterior ao final da Segunda Guerra Mundial, um mundo assombrado pela magnitude deste conflito e pela bomba atômica assistia à transferência da hegemonia mundial de uma Europa em escombros para os dois novos pólos de dominação internacional: os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A intensificação das rivalidades entre estes dois Estados – inerentes à sua estruturação ideológica, política e econômica antagônicas – cindiu o plano internacional a partir de uma perspectiva bipolar, na qual o mundo resultou dividido em dois blocos ou áreas de influência atinentes à supremacia destas potências. De modo geral, podemos dizer que o continente americano e a Europa ocidental alinharam-se aos Estados Unidos, a partir dos ditames da democracia burguesa. O Leste Europeu e boa parte do continente asiático, por sua vez, passaram à órbita do “comunismo soviético”. Paulatinamente, o pós-1945 instaurava dessa forma o marco histórico do período posterior à Segunda Guerra Mundial, fruto da contraposição ideológica entre os dois sistemas sociais, políticos e econômicos atinentes a estes Estados – a Guerra Fria, que despontou concretamente a partir da crise atômica de 1953 e que só iria propriamente conhecer o seu fim com a queda da URSS em 1991.

A Guerra Fria foi um conflito encetado em diversos âmbitos, desde o plano cultural, econômico, tecnológico e, acima de tudo, ideológico até o embate militar de fato – o que se encaixa no conceito de “guerra total”. Não envolveu diretamente o combate armado dentro do espaço territorial dos Estados hegemônicos, em função da alta periculosidade de uma possível batalha com armas atômicas, contudo, caracterizou-se pelo envolvimento estadunidense e soviético em guerras localizadas em outras regiões do globo – como nos casos das guerras da

Coreia (1950-1953), do Vietnã (1962-1975)¹⁰ e do Afeganistão (1979-1989), assim como na crise dos mísseis em Cuba (1962). Paralelamente aos conflitos armados em outros territórios e às corridas armamentista e espacial, Estados Unidos e União Soviética buscavam também aumentar as suas áreas de influência e predomínio nos planos econômico, político e ideológico sobre os países do chamado terceiro mundo. No bojo e como saldo deste processo, foi internacionalmente intensificada a polarização entre os modelos de sociedade capitalista e “comunista” e ressaltada a política de eliminação do outro, o inimigo externo.

Entre 1950-1956, enquanto o macartismo¹¹ grassava com virulência nos Estados Unidos, a América Latina, historicamente sob a esfera de influência estadunidense desde as premissas da Doutrina Monroe, não passou incólume por esta escalada da polarização política entre Estados Unidos e URSS. Durante o desenrolar da década de 1950, verificou-se paulatinamente no continente a intensificação da já existente ideologia anticomunista – mormente após a Revolução Cubana (1959). A queda do ditador Fulgêncio Batista – apoiado por Washington – frente às forças revolucionárias cubanas comandadas por Fidel Castro, bem como a adesão deste ao bloco soviético, fizeram com que os Estados Unidos amargassem uma derrota política no seio de seu próprio continente, tornando concreto, ao menos na propaganda, o fantasma da propalada ameaça comunista.

Paralelamente a isso, a polarização ideológica inerente à guerra fria, bem como o crescimento dos movimentos contestatórios de cunho popular – fomentado pelo próprio desenvolvimento do capitalismo e aumento da massa proletária nos países latinoamericanos – intensificavam os conflitos sociais do período. Boa parte destes movimentos tinha um caráter reivindicatório de cunho apenas reformista, mas sua presença e importância no palco social já eram suficientes para alarmar não somente o centro do sistema capitalista, como também as elites burguesas destes mesmos países, ciosas de sua posição de dominação. O impacto da Revolução Cubana também agravava a situação de tensão social, mostrando a possibilidade da tomada do poder mediante um levante armado e servindo, portanto, como fomento à atividade revolucionária no continente.

Nesse ínterim, convém salientar que, desde o final da década de 1940, já ganhava corpo no contexto político relativo aos países

¹⁰ A periodização se refere à participação do Estados Unidos no conflito.

¹¹ Campanha de intenso patrulhamento anticomunista no interior dos Estados Unidos, entre 1950 e 1956, no qual um grande número de estadunidenses foi perseguido pelo Estado por suposta ligação com o Comunismo. O termo derivou do nome do senador Joseph McCarthy.

latinoamericanos a chamada “Doutrina de Segurança Nacional”. Dentre outras formas, esta ideologia era veiculada pelas escolas estadunidenses voltadas a oficiais latino-americanos, e difundida no plano interno por órgãos de formação especializados, como a Escola Superior de Guerra, no Brasil, e a *Escuela de Defensa Nacional*, na Argentina, a partir da perspectiva de repressão aos movimentos internos de mote “subversivo” (VIZ QUADRAT, 2008). De forma resumida, esta doutrina significava que o não-alinhamento dos países da América Latina às regras da política externa dos Estados Unidos – ou mesmo a tomada de um posicionamento de “neutralidade” em relação à disputa com a União Soviética – seria considerada uma agressão a esta potência. Dessa forma, qualquer foco de perturbação política na região seria tomado como pretexto para a intervenção política e militar estadunidense, de forma direta e indireta, dentro do objetivo de restabelecimento da ordem. O que aconteceu com Cuba, expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA) e vítima de um embargo comercial após a crise dos mísseis de 1962.

Acerca da difusão da ideologia anticomunista na América Latina, Sodré salienta que esta

[...] consistiu, sumariamente, em doutrinação simplista: o mundo estava dividido em duas partes, ou hemisférios, inconciliáveis: o ocidental, “democrático”, “cristão”, “livre”, e o oriental, socialista, a que eram atribuídos malefícios numerosos; o comunismo representava o materialismo mais grosseiro, a violência, a violação de todos os princípios humanos, a agressão, a catástrofe, uma espécie de inferno bíblico. [...] Os países geograficamente situados no ocidente [...] estavam, por isso mesmo, obrigados a acompanhar a liderança norte-americana. Qualquer dúvida representava uma traição à pátria, à religião e à família. Isso foi buzinado, ano a fio, minuto por minuto, pelos meios de comunicação de massa, de sorte a gravar-se indelevelmente. (SODRÉ, 1984, p. 23).

O anticomunismo expresso pela doutrina de segurança nacional acabava servindo, portanto, como justificativa à pressão que os países latinoamericanos sofriam para aderirem aos ditames imperialistas da política de Washington. A aliança entre as oligarquias destes países e o

centro do sistema visava à eliminação da ameaça comunista no plano interno, ao mesmo tempo em que buscava forjar as condições institucionais para a implantação de uma determinada estrutura de desenvolvimento e controle econômico, baseada na dependência do capital externo e na subserviência à orientação política imposta pelo governo estadunidense. O que se contrapunha diretamente ao chamado modelo nacional-desenvolvimentista adotado por alguns países do continente, que previa o fortalecimento da burguesia nacional através de seu desenvolvimento mais autônomo em relação ao centro do sistema capitalista, bem como uma postura de maior independência política em relação aos Estados Unidos no cenário das relações exteriores.

Dessa forma, importa também pontuar que, no plano interno destes países, em muitos casos a chamada “ameaça comunista” referia-se mais à emergência de movimentos sociais de cunho reformista e dentro da ordem capitalista do que propriamente a grupos ligados de fato à revolução proletária – embora também existissem. Ainda assim, a propaganda anticomunista financiada pelas elites alinhadas com os Estados Unidos fazia questão de eliminar as distinções entre estes grupos, situando todos como possuidores da mesma postura política, tida como ameaçadora ao sistema. Isso se somava à própria polarização ideológica do período, que acabava não deixando margem à existência de um meio termo em relação aos dois pólos: ou se era capitalista ou “comunista”.

No plano continental, os Estados Unidos utilizaram-se da mesma simplificação ideológica no sentido de eliminar ou minar os governos daqueles países que não obedecessem às disposições políticas e econômicas de Washington – ou que por ventura colidissem com os interesses do capital estrangeiro situados em seus territórios –, estigmatizando-os sob a pecha do comunismo e agindo no sentido de sua derrubada do poder, diversas vezes pelo golpe de Estado. Durante a década de 1950, por exemplo, a associação entre as elites nacionais de direita e o centro do sistema foram responsáveis por intervenções na Bolívia (1952), pela interrupção das reformas implementadas por Jacob Arbenz na Guatemala (1954), além da destituição dos presidentes Getúlio Vargas (Brasil, 1954) e Juan Domingo Perón (Argentina, 1955) – no caso guatemalteco, destaca-se a participação mais clara do governo estadunidense e da empresa multinacional *United Fruit* (PADRÓS, 2008).

O processo já em curso nos anos 1950 seria mais intensificado ainda nas duas décadas seguintes, com a eclosão e solidificação das denominadas ditaduras civil-militares de segurança nacional.

Especificamente em relação ao Cone Sul, podemos listar em ordem cronológica a emergência dos seguintes casos, que abordaremos mais adiante: Paraguai (1954), Brasil (1964), Argentina (1966), Bolívia (1971), Uruguai (1973) e Chile (1973).

Com forte amparo e em íntimo intercâmbio ideológico com os Estados Unidos, a partir da adesão às premissas da Doutrina de Segurança Nacional, o aparato repressivo inerente a estes regimes ditatoriais baseou-se na visão militar francesa de que a forma mais profícua de combate à guerra revolucionária de esquerda seria a utilização das mesmas técnicas de combate empregadas pelos “subversivos” – a guerra em território difuso. Sob esta lógica, no desmonte dos grupos de oposição aos regimes autoritários, o aparelho estatal utilizou-se amplamente da tortura, da busca incessante por informações pessoais e políticas, da contra-propaganda e da infiltração nos meios contestadores, em suma, de práticas terroristas. Argentina e Brasil foram os pioneiros no emprego de tais estratégias na região (VIZ QUADRAT, 2008).

Portanto, de modo geral, podemos afirmar que a assunção dos regimes ditatoriais embasados na doutrina de segurança nacional no Cone Sul passou pela montagem de um forte e complexo aparelho repressivo de caráter fascista – sob os auspícios do terrorismo de Estado –, pelo combate às guerrilhas revolucionárias de esquerda e pela desmobilização dos movimentos reivindicatórios de cunho popular, ao mesmo tempo em que a condução da política econômica privilegiava o papel do capital externo no âmbito do desenvolvimento nacional. Com enormes lucros para os investidores estrangeiros.

Analizando este processo, o paraguaio Martin Almada, ativista e defensor dos direitos humanos responsável pela ampla divulgação dos arquivos do terror, ressalta que:

La enérgica intervención militar norteamericana dio como resultado: un retroceso del movimiento obrero; se impone una era de TERRORISMO DE ESTADO; destrucción de los espacios de participación democrática; destrucción física de los militantes y líderes de los movimientos revolucionarios; control de la sociedad civil y desarticulación de la sociedad política y relaciones privilegiadas con el sector empresarial multinacional que culmina con el establecimiento del modelo económico neoliberal, salvaje y criminal. (DOC 03, [1992]).

O objetivo do presente capítulo constitui-se justamente em analisar, dentro de uma perspectiva histórico-dialética, o processo de implantação da Doutrina de Segurança Nacional a partir da emergência das ditaduras civil-militares do Cone Sul, enfatizando os elementos políticos e econômicos que estruturaram a nova ordem institucional vigente nestes países, bem como sua ligação, no plano internacional, com as diretivas impostas desde Washington. Para tanto, utilizaremos como fio condutor o caso brasileiro para traçar, de forma sintética, um panorama geral do embasamento ideológico destes regimes, desde os golpes de Estado que os implantaram até o período de consolidação da chamada Operação Condor, tema do terceiro capítulo.

3.1 O CASO BRASILEIRO

O golpe de Estado não pode ser considerado um episódio tão incomum dentro da história da república brasileira – sua própria instauração deu-se dessa forma. Os militares têm um longo histórico de intervenções na vida política brasileira, desde a sua mais efetiva organização, durante a guerra do Paraguai. A partir de então passou também a chocar-se com a Guarda Nacional, a força armada mantida pelos grandes proprietários de terra. Criada em 1831, esta organização visava combater a série de revoltas que eclodiram no país após a independência. Durante o período imperial, em detrimento da Guarda Nacional, o Exército assumia postura progressista, identificando-se com os setores liberais da sociedade, numa plataforma política de adoção da república e abolição da escravatura. Por outro lado, com a queda de Dom Pedro II, as forças armadas passaram paulatinamente a demonstrar um caráter francamente repressivo às reivindicações das massas populares, como nos casos de Canudos e Contestado. Depois dos conturbados anos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, o pacto oligárquico da República Velha serviu para arrefecer o caos político inerente à consolidação do novo regime, conferindo maior estabilidade à cena política por quase três décadas, nos moldes da política “café com leite” e do coronelismo. Posteriormente, a partir da década de 1910, surgiria no seio da base do exército o chamado movimento tenentista, opositor da dominação oligárquica que marca a República Velha, porém distante dos movimentos operários de base popular (ARNS, 1985, p. 53-55).

Considerado um episódio de revolução burguesa (FERNANDES, 1981a, p. 209), o movimento de 1930 dinamizou o avanço das relações

capitalistas no país, em superação da velha estrutura oligárquica, conjugando as aspirações do tenentismo. O novo governo encabeçado por Getúlio Vargas, no entanto, pautou-se pela aliança entre as velhas oligarquias rurais e os setores industriais em emergência – os setores oligárquicos excluídos deste conchavo buscaram a anulação desta situação através do levante constitucionalista de 1932, e depois com a organização da Ação Integralista Brasileira (AIB), ambos reprimidos. Como base de sustentação do governo, as forças armadas consolidavam o pacto entre estes setores. A aliança entre Vargas e as oligarquias, contudo, incompatibilizou sua relação com o tenentismo, mormente a Aliança Nacional Libertadora (ANL), de caráter reformista de esquerda. O levante de 1935-1936, reprimido pelo governo, não somente marca o início da postura anticomunista da organização militar, como também deu margem à supressão das garantias democráticas, retiradas pelo Estado Novo (1937) (ARNS, 1985, p. 55). Engendrado dentro do próprio aparelho de Estado, a partir do pretexto da ameaça comunista, a instauração do regime ditatorial objetivava a construção de um ambiente favorável à execução de reformas vitais à dinamização do capitalismo brasileiro, porém a partir da exclusão da participação popular neste processo de transformação da sociedade – de acordo com Sodré, consistia em “[...] uma revolução burguesa contra o povo e não em aliança com ele”. (SODRÉ, 1984, p. 49).

O Estado Novo pode ser considerado um bom modelo para a interpretação dos golpes reacionários no Brasil e na América Latina. Seu embasamento fundamental é o estabelecimento de um regime estruturado a partir da força militar institucional do próprio aparelho de Estado. “Os golpes, pois, geram-se no interior do aparelho de Estado, para servir às forças a que o Estado serve”. (SODRÉ, 1984, p. 43).

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas oscilava entre a adesão ao nazi-fascismo do Eixo ou aos Aliados. A opção por seguir os Estados Unidos – com a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em batalhas na Europa –, no entanto, não impediu que a postura nacionalista do regime estadonovista ferisse interesses estadunidenses no Brasil, sobretudo por sua postura de buscar o desenvolvimento econômico autônomo do país. Com o final da guerra, os setores ligados ao imperialismo urdiram a queda de Vargas com o apoio dos Estados Unidos (ARNS, 1985, p. 56).

Deposto em 29 de outubro de 1945, Vargas deixava o governo assim como entrou: pela mão dos militares. Após a derrota do nazi-fascismo, o Brasil acabou por perder a oportunidade de concretizar um regime democrático que na verdade nunca possuía. Após eleição

indireta, assumia a presidência o general Eurico Gaspar Dutra – artífice da deposição de Vargas.

O governo Dutra pautou-se pela anuência aos interesses estadunidenses e uma política anti-popular e autoritária (SODRÉ, 1984, p. 50). Nesse sentido, destacou-se também pela criação, por inspiração da chefia do Estado Maior das Forças Armadas, da Escola Superior de Guerra (ESG) – similar do estadunidense *National War College*. Sua origem remonta à participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos combates da Segunda Guerra Mundial na Itália, sob comando estadunidense. Após o fim da Segunda Guerra, muitos oficiais brasileiros passaram a freqüentar cursos militares nos Estados Unidos, retornando ao país ciosos dos postulados de defesa nacional defendidos pela potência. Explica-se, assim, a estreita aliança entre os oficiais deste país e os militares brasileiros, substancialmente no que se refere à adesão ao anticomunismo e a Doutrina de Segurança Nacional, em oposição franca à União Soviética (ARNS, 1985, p. 69-70).

Contando com a assistência de consultores estadunidenses e franceses, a ESG representava a alta cúpula da esfera militar brasileira. Diferentemente de sua correspondente dos Estados Unidos, no entanto, a instituição brasileira congregava também muitos civis, os quais posteriormente assumiram cargos importantes dentro da hierarquia estatal pós-1964. Baseada na ideologia da guerra fria, a ESG não definia somente uma ideologia de segurança nacional, como também construía postulados acerca do processo de desenvolvimento brasileiro (ALVES, 2005, p. 28-29).

A impopularidade do governo Dutra foi decisiva para o retorno de Vargas pelo voto popular, em 1950. Sua plataforma política pautou-se na não aliança com o capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que também não ampliava os espaços de participação popular no processo decisório. Pretendendo prosseguir com as reformas necessárias à dinamização do capitalismo brasileiro sob viés nacionalista – como o monopólio nacional do petróleo e a maior participação do Estado nos investimentos nas indústrias de base –, Vargas logo colidiria com os interesses do imperialismo. Em meio à crise criada após intensa campanha da oposição golpista, o presidente acabaria cometendo o suicídio em 1954. A comoção popular com sua morte acabou por abortar a conspiração urdida pela oposição em prol da emergência de um novo regime de características autoritárias. Assim, assumia o poder o vice-presidente Café Filho, aliado da ala conservadora e participante das tratativas golpistas que culminaram com a queda de Vargas (ARNS, 1985, p. 57; SODRÉ, 1984, p. 51).

Eleito a partir da herança política de Vargas, e vencendo Juarez Távora, o candidato dos setores golpistas, Juscelino Kubitschek assumia o governo em 1956 apesar da tentativa de parte das altas cúpulas militares ligadas à Escola Superior de Guerra de impedirem sua posse. Caracterizado pelo slogan “Cinquenta anos em cinco”, seu governo procurou fomentar o desenvolvimento econômico do país com a abertura à participação do capital estrangeiro em investimentos em setores estratégicos – como a indústria automobilística –, associados ao capital nacional. Dessa forma, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil assumia paulatinamente um caráter de dependência em relação ao centro do sistema capitalista, baseando-se na aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital de Estado. Este tripé econômico seria ainda mais intensificado durante a vigência do regime civil-militar (ALVES, 2005, p. 21).

Seu governo notabilizou-se ainda pela construção de Brasília. O surto desenvolvimentista durante esse período colaborou para que seu mandato transcorresse sem as crises políticas agudas que marcaram a presidência de seu predecessor, mormente no que se refere às investidas dos setores golpistas.

Kubitschek seria sucedido por Jânio Quadros em 1961, candidato ligado politicamente aos grupos que haviam tanto trabalhado pela deposição de Vargas quanto para impedir a posse de Juscelino. Assumindo-se candidato do povo, umas das primeiras medidas do novo presidente seria a liberação do câmbio, que teve impacto extremamente negativo sobre a economia brasileira. Sete meses após assumir, frente à grande instabilidade porque passava o Executivo, resultado de várias iniciativas polêmicas do presidente – como a condecoração dada ao guerrilheiro Ernesto Che Guevara – e do péssimo estado da economia, Quadros renuncia à presidência, uma manobra tida como uma tentativa de golpe de Estado, que acabou mal-sucedida. A crise política do país intensificou-se com a recusa dos militares de concederem ao vice-presidente, João Goulart – herdeiro político e cunhado de Getúlio Vargas –, o direito de ser empossado presidente (ARNS, 1985, p. 52-53).

Os altos círculos militares justificavam tal postura afirmando que a presidência de Goulart levaria o País ao caos, à “anarquia” e à luta civil, por suas ligações com o comunismo. Apesar disso, uma análise mais detida da plataforma político-ideológica de Jango desmente seu pretenso viés comunista. Um rico proprietário de terras, Goulart era antes de tudo um defensor do capitalismo. Sua atuação como ministro do trabalho no segundo governo Vargas baseou-se na implantação de medidas que visavam aumentar os direitos adquiridos pelos

trabalhadores, mantendo, contudo, a dependência destes em relação ao aparelho estatal – o chamado “[...] capitalismo mais humano e patriótico”, com base na ideologia populista de “Estado acima das classes”. (TOLEDO, 1983, p. 11-16).

Os setores ligados ao nacionalismo reformista, a liberal-democracia e a esquerda revolucionária, no entanto, assumiram uma postura favorável à posse de Goulart no que constituiu a “Rede da Legalidade”, com destaque para o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e pelas manifestações populares em apoio ao presidente. Mesmo assim, a solução de consenso construída pelo congresso nacional foi a adoção do regime parlamentarista. Tal postura dos parlamentares visava enfraquecer a tensão causada pela questão da posse de Jango, detendo igualmente o avanço da mobilização popular fomentado pela situação política conflituosa, o que garantiu o apoio da maioria conservadora. Goulart aceitou a mudança de regime e, no simbólico 7 de setembro de 1961, era empossado como presidente da república. Ficava marcada para nove meses antes do fim de seu mandato a realização de um plebiscito para a manutenção ou não do parlamentarismo, que posteriormente levaria à volta do presidencialismo (TOLEDO, 1983, p. 17-21).

Jango assumia um país com as finanças em crise em função das conseqüências do endividamento externo empreendido por Juscelino Kubitschek e das fracassadas medidas econômicas do governo Quadros. O descompasso entre o crescimento da indústria e da agricultura verificado com Juscelino Kubitschek somado ao aumento da população urbana e ao crescimento do poder de compra da massa assalariada ocasionou não somente a elevação da inflação, como também as inquietações sociais. Paralelamente a isso, a instituição do regime de liberdade cambial por Quadros acarretou uma grande alta do custo de vida da população mais pobre (TOLEDO, 1983, p. 22-24).

O Brasil passava por uma grave crise estrutural, fruto da superação das formas antigas frente à nova realidade do desenvolvimento do país. A industrialização sob modelo periférico introduzida a partir de meados da década de 1950 acarretou um processo de desenvolvimento distorcido, caracterizado pela permanência de problemas sociais como a desigualdade entre as regiões, a concentração de renda, alto índice de desemprego e péssimas condições de vida para maior parte da população. A situação econômica de dependência fez com que o processo de desenvolvimento do país fosse monopolizado pela aliança e cooperação entre o capital estrangeiro dominante e as classes clientelísticas locais, que viam nessa relação uma estratégia de

consecução de seus próprios interesses enquanto classe. Ainda que não fossem propriamente o interesse nacional (ALVES, 2005, p. 22-24). Para a mudança deste quadro, havia um consenso geral entre os setores populares e nacionalistas da necessidade das reformas de base, embora não houvesse clara definição sobre como ocorreria este processo (SODRÉ, 1984, p. 56). Capitaneada pela reforma agrária, foi esta a plataforma política utilizada por Goulart como alternativa ao enfretamento da crise por que passava o país no período.

O governo, contudo, agia de forma pendular, na oscilação entre o atendimento aos interesses do capital estrangeiro e às demandas impostas pelos movimentos sociais de cunho reivindicatório, o que, ao final, desagradava a ambos os grupos e tendia ao isolamento de Goulart. Durante a vigência do parlamentarismo sucederam-se três gabinetes e todos sucumbiram frente à turbulência política do período, sem que o país avançasse em direção às reformas de base, principalmente em função da polarização de poderes entre presidente e conselho de ministros, que atravancava a rápida execução dos projetos de que o Brasil necessitava com urgência. Além disso, o caráter conservador do congresso nacional obstava as políticas de cunho reformista propugnadas tanto pelo presidente quanto pelo gabinete, levando à estagnação do Executivo. Apesar de ter brechado o avanço das medidas reformistas de João Goulart, o regime parlamentar não conseguiu resistir às várias crises inerentes à sua própria vigência (TOLEDO, 1983, p. 36-40).

Apesar de o governo não conseguir levar adiante as reformas de base, durante toda a presidência de Goulart o Brasil viveu um clima de liberdade democrática singular no que se refere à possibilidade das organizações populares manterem sua agenda de manifestações sociais em prol das grandes transformações de que necessitava a sociedade brasileira. Este processo se intensificou após o plebiscito, com o crescimento dos movimentos por reformas estruturais tanto em meio urbano, com os sindicatos, quanto no meio rural – em 1964, o número de ligas camponesas no país chega a 2181 (ANRS, 1985, p. 57-58).

Organismos como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) tiveram uma intensa participação política por meio de diversas greves. Embora mantivesse uma certa independência, o CGT sempre apoiou o governo, com base na ideologia nacional-reformista do Partido Comunista Brasileiro (PCB). De qualquer forma, importa salientar que as greves políticas gerenciadas pelo CGT foram exitosas apenas junto às empresas estatais e frente ao governo, sendo quase nula a participação do operariado paulista. Boa parte destas greves também só teve sucesso

devido ao apoio dos militares. A fragilidade do CGT, bem como da classe operária brasileira, ficou patente com a ineficiência das greves erigidas como reação ao golpe de 1964.¹² Paralelamente a isso, no campo as ligas camponesas e os sindicatos rurais tinham um grande crescimento, principalmente no nordeste, contestando a opressão política e econômica a que eram submetidas. Sua bandeira principal era a reforma agrária radical. Além dessas organizações de trabalhadores urbanos e rurais, o Movimento Nacional dos Sargentos e a União Nacional dos Estudantes (UNE) também tiveram uma importante participação neste processo.

Membros dos setores subalternos da ordem militar, os sargentos defendiam seu direito constitucional de disputarem eleições e uma postura política anti-imperialista, tendo realizado vários atos de rebeldia e insubordinação à hierarquia militar até o golpe. Já a UNE propugnava pela formação de uma aliança operária-estudantil-camponesa com o fito de levar a cabo as reformas de base ao país. As várias facções em que se dividia opunham-se basicamente ao reformismo do PCB e à política conciliadora do governo Goulart, defendendo a agudização do movimento de esquerda numa frente ampla, e não única. Embora mantivessem seu apoio ao presidente, estas correntes condenavam a postura do PCB de aliança do proletariado com a fração progressista da burguesia brasileira como condição para a revolução democrático burguesa, entendida como etapa prévia e necessária à emergência do socialismo (TOLEDO, 1983, p. 72-82).

Obviamente, este quadro desagradava às elites brasileiras. De acordo com Alves:

Embora continuasse a expandir-se o poder do capital multinacional e dos setores nacionais e ele associados, grupos cada vez melhor organizados exigiam participação e uma reforma da altamente distorcida estrutura social brasileira. A rápida organização da classe trabalhadora e do campesinato assustou as classes mais altas, que nunca antes haviam sido forçadas a mínimas concessões em questões como salários, condições de trabalho ou mesmo de organização sindical. O exemplo de Cuba aumentou o medo de uma revolução que derrubasse o sistema e ocasionasse

¹² Sobre os movimentos grevistas no contexto do pré-1964 ver MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca. In: Revista Lutas Sociais. São Paulo: NEILS, v.5, s.d.

sérias perdas para o capital nacional e multinacional (ALVES, 2005, p. 25).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que a importância dos movimentos populares crescia na cena política, os mesmos setores militares e civis que haviam trabalhado pelo impedimento da posse de João Goulart, em 1961, passaram a articular-se visando à desestabilização do presidente e a implantação de um novo regime político, baseado na Doutrina de Segurança Nacional, via golpe de Estado. Para tanto, difundiu-se amplamente a propaganda anticomunista no seio da sociedade brasileira. Nesse sentido, a ação articulada do empresariado, dos militares e de setores da Igreja Católica organizou-se principalmente por meio do complexo IPES/IBAD e da Escola Superior de Guerra.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi criado ao final da década de 1950 com o propósito de defender a democracia, agindo, durante o governo Goulart, como instrumento de apoio de diversas organizações paramilitares e anticomunistas, além de ter financiado os candidatos ligados à ADP (Ação Democrática Parlamentar) nas eleições de 1962. Neste ano, o IBAD uniu-se ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em fins do ano anterior por um bloco do empresariado que defendia que a direção do país deveria caber a lideranças técnico-burocráticas burguesas, mesmo que para tanto fosse necessário afastar-se dos mecanismos tradicionais de representação junto ao Estado. Dessa forma, o complexo IPES/IBAD tinha, sucintamente falando, dois objetivos claros: impedir a organização dos movimentos sociais de cunho reivindicatório e trabalhar pela imposição de uma nova ordem sócio-política sob os auspícios do capital multinacional, uma espécie de “estado-maior” para a ação política, ideológica e militar da direita. Financiando boa parte da grande imprensa, editando várias publicações e realizando uma série de conferências de debate e discussão, o complexo intensificava sua atuação conspiratória disseminando, pela propaganda, a ideologia anticomunista. Os recursos para sua manutenção vinham de proprietários rurais, empresários e banqueiros, tanto nacionais como estrangeiros.¹³

Organizada no Governo Dutra, sob suporte dos Estados Unidos, a

¹³ O IBAD teria recebido doações da Texaco, Shell, Coca-Cola, IBM, Esso, Souza Cruz, General Motors, dentre outras empresas. Já o IPES conseguiu auxílio financeiro de quase trezentas corporações estadunidenses, além de empresas européias, obtendo também recursos da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) (TOLEDO, 1983, p. 83-88).

Escola Superior de Guerra tornou-se o principal centro difusor da doutrina da segurança nacional no país, a partir da qual se constituiu uma vasta rede organizativa baseada em seus postulados, que participou ativamente na tentativa de impedir a posse de Kubitschek, em 1955, e Goulart, em 1961. Além disso, a ESG vinha desde a década de 1950 operando a formulação de uma teoria que justificasse a intervenção autoritária no processo político nacional, a partir dos ditames da Doutrina de Segurança Nacional. Após o golpe, colaboraria também intensamente na formação de novos quadros ao regime bem como para a efetivação do Sistema Nacional de Informações (SNI). De acordo com Golbery do Couto e Silva, expoente da ESG e depois chefe do SNI, o fundamento básico da Doutrina de Segurança Nacional poderia ser assim definido: “na verdade, não há como fugir à necessidade de sacrificar o Bem-Estar em proveito da Segurança, desde que essa se veja realmente ameaçada. Os povos que se negaram a admiti-lo aprenderam no pó da derrota a lição mais merecida”. (SODRÉ, 1984, p. 34-35).

Discutindo as funções exercidas pela Escola Superior de Guerra no processo de difusão e consolidação da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, Sodré assevera que esta

[...] deveria agrupar e doutrinar convenientemente os altos chefes militares das três armas, os funcionários graduados dos ministérios e instituições estatais e paraestatais e os grandes empresários. Assim doutrinados, e uniformizados na doutrinação, eles interpretariam adequada e solidariamente os acontecimentos políticos, velariam para que as bases da “guerra fria” fossem mantidas e proveriam o aparelho de Estado, em diferentes níveis e diferentes áreas, de elementos em que se poderia confiar para a manutenção do *status quo*. O mais importante da doutrina estava, precisamente no controle da doutrina militar. Se a situação apresentasse algum perigo, a solução consistiria em estabelecer governos fortes, exercidos por militares filtrados naquela cuidadosa preparação. (SODRÉ, 1984, p. 24).

Em 23 de janeiro de 1963, João Goulart reassumia os plenos poderes de presidente em meio à crise política, econômica e social do país. Havia um consenso geral de que a superação deste quadro só poderia ser conseguida mediante a resolução dos demais problemas da

sociedade brasileira. Os diversos setores postulavam soluções diferentes e por vezes antagônicas para tanto, registrando-se no governo Goulart uma intensificação de um amplo debate político sobre quais caminhos o Brasil deveria tomar para a resolução de seus graves desafios. Com um ministério de perfil “conciliador”, Goulart apresentava seu Plano Trienal focado no combate à inflação e impulso ao desenvolvimento do PIB. Considerando que a inflação se dava em função da drenagem de recursos para o exterior, os setores mais à esquerda, no entanto, criticavam o plano por considerar que os remédios propostos – refinanciamento da dívida externa e novos empréstimos para pagamento de anteriores – tinham também efeito inflacionário, aumentando também o nosso endividamento. Para estes setores, portanto, o plano era apenas mais uma capitulação do governo aos interesses do latifúndio e do imperialismo (TOLEDO, 1983, p. 40-45).

Tidas como fundamentais ao avanço do capitalismo brasileiro e ao esfriamento da ebulição social que o país vivia, as reformas de base¹⁴ (agrária, fiscal, administrativa, eleitoral etc.) eram o principal embasamento do Plano Trienal. Nesse ínterim, destacava-se a importância da reforma agrária, vital ao processo de incremento da produção agrícola, assim como ao enfrentamento das tensões camponesas. Aguardadas com muita ansiedade pelos setores mais à esquerda com a volta do presidencialismo, no entanto, as reformas acabariam não avançando. Carro-chefe desse processo de reordenamento institucional do Estado brasileiro, o projeto de reforma agrária encaminhado por Jango, mesmo não sendo revolucionário, esbarrou na dura oposição dos partidos conservadores (UDN e PSD), majoritários no congresso, além de pressão de setores civis como a Igreja Católica e os grandes proprietários de terras, que denunciavam um pretenso ataque ao estatuto da propriedade privada no país com tais medidas. Por sua vez, a rejeição do congresso à proposta de reforma agrária levou a um grande clamor popular por sua aprovação, gerando novamente grande instabilidade política. A tentativa malograda de

¹⁴ As reformas de base eram um conjunto de iniciativas para promover mudanças estruturais na esfera política, econômica e social. Dentre elas podemos destacar as reformas: fiscal, administrativa, agrária, urbana, bancária, universitária, eleitoral. Esta última visava estender o direito ao voto aos analfabetos e às patentes subalternas das formas armadas (sargentos e marinheiros). Já a reforma agrária era tida como a mais polêmica por prever alterações na estrutura da propriedade privada de então: ela propunha a alteração de um dos pontos da Constituição brasileira de 1946, o qual condicionava a desapropriação de terras à prévia e justa indenização em dinheiro, de modo a viabilizar a redistribuição de terras improdutivas, sem promover a extinção dos latifúndios. Além disso, estendia aos assalariados do campo os mesmos direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos.

Goulart de aliar-se ao PSD para a construção de um novo projeto, menos “revolucionário”, paulatinamente afastava o governo dos movimentos sociais de cunho reivindicatório, levando o presidente a uma situação de isolamento político e de inoperância em meio à turbulência institucional, enquanto a direita mais agressiva o atacava por sua “crise de autoridade” (TOLEDO, 1983, p. 52-59).

Paralelamente a isso, a agudização das tensões sociais e a fraca repressão das forças federais aos movimentos populares deixavam as classes dominantes paulatinamente mais apreensivas com a situação do país. Os grupos ligados ao capital multinacional e aos credores estrangeiros ficaram ainda mais descontentes com a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros. Para a direita e a embaixada dos Estados Unidos, portanto, o governo Goulart revelava seu “esquerdismo” com essas medidas. Passou-se, então, ao exercício de uma guerra psicológica com denúncias dos setores da direita sobre a iminência da tomada do poder pelos comunistas, embora nenhuma prova tenha sido divulgada. Outras denúncias imputavam ao presidente o objetivo de perpetuar-se no poder, com a mudança na regra da reeleição a partir da reforma constitucional. Os setores conservadores julgavam que, com as reformas de base, a extensão do voto aos analfabetos e o apoio das organizações populares e de esquerda, Jango seria praticamente imbatível no pleito eleitoral de 1965 (TOLEDO, 1983, p. 89-94).

Para as esquerdas, no entanto, a verdadeira guinada do governo Goulart se deu com o grande comício do dia 13 de março, o “Comício das Reformas”. Contando com a presença de cerca de 200 mil pessoas, o Executivo pretendia com este comício demonstrar o apoio popular às reformas de base, pressionando o congresso por sua aprovação. Ao final de três horas de discursos, em que Goulart atacou severamente os setores reacionários da sociedade brasileira, o presidente anunciava duas medidas: a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e a desapropriação das propriedades de terras com mais de cem hectares que ladeavam as rodovias e ferrovias federais, além dos açudes públicos federais. Ainda assim, tais medidas tinham efeitos bastante limitados, visto que a lucrativa distribuição do petróleo continuava nas mãos de empresas multinacionais, e que a desapropriação de terras decretada era apenas um primeiro passo em direção à reforma agrária. Por isso mesmo, os setores esquerdistas cobravam atitudes ainda mais drásticas do Executivo, como o afastamento dos militares suspeitos de “golpismo”, congelamento de preços, intervenção federal nos estados da Guanabara e de São Paulo etc. (TOLEDO, 1983, p. 94-99).

Em contrapartida às iniciativas à esquerda, sob a bandeira do

anticomunismo e da defesa da propriedade privada, da religião e da moral, as camadas médias e a burguesia organizaram manifestações em várias capitais pedindo a destituição de João Goulart, com destaque para a “Marcha da Família com Deus, pela liberdade”, em São Paulo, que contou com a presença de cerca de 500 mil pessoas. Tais eventos públicos, encetados pela sociedade civil, objetivavam a criação de um clima político favorável à intervenção política dos militares por meio de um golpe de Estado, sendo estimulados pelos grupos conspiradores das Forças Armadas (TOLEDO, 1983, p. 99-100). De acordo com Sodré:

Nunca o trinômio Deus, Pátria e Família, que têm servido às maiores infâmias no mundo moderno, foi tão solentemente apregoado como ungiendo ao regime democrático que, embora muito imperfeito, ia permitindo, aos trancos e barrancos, o andamento do processo de mudança política que a realidade brasileira estava a exigir. (SODRÉ, 1984, p. 59).

Neste sentido, outro analista ainda assevera que

Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos Estados Unidos, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa, e enseja as célebres “marchas da família, com Deus, pela liberdade”. (ARNS, 1985, p. 59).

Iminente desde a chegada de Jango à presidência, o golpe acabou sendo precipitado pelo comício de 13 de março. Juntamente com as sucessivas quebras de hierarquia dos setores militares subalternos – que contavam com a proteção do governo –, o comício teve como consequência principal a criação de uma maior coesão dentro da alta cúpula das forças armadas sobre a derrubada do governo civil, sob a liderança do marechal Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército. Previsto para 02 de abril, data em que ocorreria uma grande manifestação civil no Rio de Janeiro pela destituição do presidente da República, o golpe acabou antecipado para 31 de março pela ação do

general Mourão Filho, que, partindo de Minas Gerais com o apoio de seu governador e do estado de São Paulo, intentava atingir o Rio de Janeiro. Ciente do movimento para derrubá-lo, João Goulart, no entanto, preferiu não opor resistência armada, fazendo com que os generais que ainda o apoiavam, ou que ainda oscilavam quanto ao golpe, passassem de uma vez à esfera dos conspiradores. Assim, em 2 de abril de 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumia o governo da República, recebendo saudações do presidente estadunidense Lyndon Johnson por telegrama. Dois dias depois, Goulart deixava o Brasil rumo ao exílio no Uruguai (TOLEDO, 1983, p. 100-106).

O telegrama do presidente Johnson não se constitui surpresa se tomarmos as inúmeras interferências estadunidenses durante o governo Goulart, como a renitente intromissão do embaixador Lincoln Gordon nos assuntos governamentais e disponibilização de recursos do governo dos Estados Unidos aos estados que faziam oposição ao Executivo federal. Além disso, é preciso também citar o caso da Operação Brother Sam, um plano tecido pelo Departamento de Estado estadunidense numa reunião do dia 31 de março de 1964 com o objetivo de fornecer todo o apoio necessário às forças golpistas, em meio a uma iminente guerra civil. No entanto, alguns poucos telefonemas foram suficientes para o sucesso do golpe de Estado, e a operação acabou cancelada. A revolução fora “um produto cem por cento nacional”, afirmou o embaixador dos Estados Unidos no Brasil (TOLEDO, 1983, p. 107-109).

A maior participação dos grupos sociais outrora marginalizados no cenário político brasileiro desde o fim do Estado Novo levava a um acirramento das reivindicações por transformações estruturais da sociedade brasileira.

O governo Goulart se caracterizou pela tentativa de levar a cabo as grandes reformas de base, que, no entanto, não vingaram naquele momento. Quando o presidente demonstrou mais empenho em sua aprovação, acabou destituído do poder. Tais reformas visavam superar os impasses do capitalismo brasileiro da década de 1960, não possuindo, portanto nenhum caráter revolucionário – a reforma agrária, por exemplo, deveria construir melhores condições para o desenvolvimento industrial do país, sem afetar a ordem burguesa então vigente. Goulart supunha possuir o apoio da burguesia nacional, por representar seus interesses, expressos em sua política nacional-reformista. Contudo, ficaria provado com o golpe que a tentativa de aliança da esquerda nacionalista com a burguesia fora infrutífera. Isto porque, “*dependendo das circunstâncias e das suas conveniências, setores da burguesia brasileira se opõem ou se associam ao capital multinacional*”

(TOLEDO, 1983, p. 116-120). Mesmo o nacional desenvolvimentismo de Goulart sempre fora muito mais retórico do que realmente efetivo, o que se evidencia nas constantes concessões que o governo fazia ao capital estrangeiro e ao imperialismo estadunidense, embora, por outro lado, se aproximasse das organizações populares e de esquerda, reticentes quanto à efetividade das medidas do governo no atendimento de suas reivindicações. A intensificação da crise econômica e o acirramento das reivindicações da classe trabalhadora afiguraram-se como ameaças à hegemonia social das classes abastadas. Para a solução desta crise, portanto, as classes exploradoras brasileiras trabalharam pela montagem de uma forma autoritária de capitalismo de Estado, em consórcio com os interesses externos. As reformas necessárias à modernização do capitalismo brasileiro seriam daí por diante implementadas, porém sob um modelo conservador focado na militarização do Estado burguês, com a exclusão das classes populares da cena política e o consequente fim da democracia populista (TOLEDO, 1983, p. 116-120). Nesse sentido, a doutrina de segurança nacional – conforme os pressupostos ideológicos difundidos pelo complexo ESG/IBAD/IPES – surgia como “[...] um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente”. (ALVES, 2005, p. 25-27).

Ainda, de acordo com Alves:

Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado. (ALVES, 2005, p. 31).

Assim, a Doutrina de Segurança Nacional justificava a imposição de um sistema de controle e dominação através da necessidade de combate ao “inimigo interno” – por meio da “guerra psicológica” – e da intensificação do desenvolvimento econômico. A ênfase dada a imagem do inimigo interno tinha o objetivo de produzir no seio da população um clima de medo e divisão que permitisse ao Estado realizar campanhas

repressivas que de outra forma não seriam toleradas. Ou seja, trata-se de uma ideologia de dominação de classe (ALVES, 2005, p. 31-32).

Por outro lado, o golpe não representou somente o fim da possibilidade das reformas de base, como também a implantação de um modelo econômico baseado na concentração de renda e na desnacionalização da economia. Estes elementos se conjugavam numa política de achatamento salarial que, ao mesmo tempo em que deteriorava as condições de vida da população mais pobre, maximizava os lucros das empresas multinacionais aqui instaladas, e do capital estrangeiro em geral, através dos benefícios fiscais e de créditos que eram concedidos, bem como a facilitação da remessa de lucros ao exterior. Nesse ínterim, expressivas porções de terra foram adquiridas pelo capital externo também. Em relação à política de salários, por exemplo, cabe ainda salientar que esta

[...] procurava, acima de tudo, propiciar condições atraentes para os investidores estrangeiros e rentabilidade para o grande capital nacional. O achatamento salarial observado nos anos do Regime Militar não teve precedentes da história do país e funcionou como viga-mestra do crescimento capitalista vivido nos anos do passageiro “milagre brasileiro”. Esse arrocho foi, ao mesmo tempo, o principal responsável pela forte deterioração das condições de vida do povo brasileiro: fome, favelas, enfermidades, marginalidade, avançaram em números expressivos. (ARNS, 1985, p. 60).

Enquanto a remessa de lucros ao exterior crescia abruptamente, entre os anos de 1968 e 1974, durante o chamado “milagre brasileiro” – criado a partir de um intenso processo de endividamento externo –, dava-se também o apogeu da tortura, da repressão e da corrupção. O padrão de vida da maior parte da população decaía com o achatamento dos salários, enquanto a concentração de renda aumentava, assim como as disparidades entre as regiões do Brasil no tocante ao desenvolvimento econômico. A partir de 1974, começariam paulatinamente a ser mais evidentes as conseqüências do modelo de desenvolvimento implantado no país sob os auspícios do imperialismo, que ficariam totalmente claras com a crise geral da década de 1980, a década perdida. A dívida externa tornar-se-ia, então, escabrosa, e a inflação, galopante (SODRÉ, 1984, 97-106). A grave crise econômica que se abateria sobre o país a partir da

segunda metade da década de 1970 e a intensificação da oposição pública contra a censura e a repressão minariam a base de sustentação do regime, marcando o ocaso da ditadura militar, que daí passaria a um processo de “distensão lenta e gradual”. Em 1979, a decretação da Lei de Anistia no governo Figueiredo apresentava perfeitamente o caráter extremamente dúbio dessa abertura democrática: ao mesmo tempo que a medida concedia anistia aos perseguidos pela ditadura, anistiava também os responsáveis pela execução do terrorismo de Estado neste período.

Tomando por base os elementos expostos até aqui, resulta claro que o golpe de 1964 corresponde à concretização de todo um aparato ideológico e político civil-militar construído desde o final da década de 1940 no país visando à implantação de um Estado autoritário e terrorista, e de um determinado modelo de desenvolvimento econômico a este atrelado, embasado nas atividades do complexo ESG/IPES/IBAD financiadas por corporações multinacionais e pelo governo estadunidense. Nesse sentido, podemos destacar como “ensaios” do golpe a campanha dirigida contra Getúlio Vargas, que resultou em seu suicídio, a ameaça de impedimento da posse de Juscelino Kubitschek e o veto a que João Goulart assumisse a presidência após a renúncia de Jânio Quadros. Em 1964, no entanto, a consolidação da propaganda anticomunista em meio a sociedade civil e a crise geral do governo Goulart criaram a base social de legitimação indispensável a instauração do novo regime.

O golpe foi saudado pela maior parte da sociedade civil, temerosa em relação à orientação “comunista” do governo Goulart. Logo começaram os expurgos, via Ato Institucional número um (AI-1), contabilizando três ex-presidentes (Jango, Jânio e Juscelino), seis governadores de estado, dois senadores, 63 deputados federais, e mais de três centenas de deputados estaduais e vereadores. Além de terem sido reformados compulsoriamente 77 oficiais do exército, catorze da marinha e 31 da aeronáutica. Mais de dez mil funcionários públicos também foram exonerados (ARNS, 1985, p. 61). Era somente o início da implantação do modelo de Estado autoritário e terrorista preconizado pelos ditames da Doutrina de Segurança Nacional, e justificado pela “ameaça do comunismo”.

Sodré assim diferencia o golpe de 64 dos golpes de Estado que o país já havia experimentado anteriormente:

Não se tratava mais do clássico golpe militar que consistia na tomada do poder e posterior

restabelecimento das condições de normalidade política. Tratava-se, agora, sob forma inédita, pelo massacre dos oponentes, pela destruição física de pessoas e de organizações, de estabelecer uma nova normalidade, de forjar a marteladas um novo regime, o regime adequado às finalidades do imperialismo, a que se associava, tomada de pânico, a burguesia e mesmo parcelas ponderáveis da pequena burguesia. Tratava-se de estabelecer um regime fascista sem aceitar para ele esse nome execrado. (SODRÉ, 1984, p. 33).

Instituído um novo regime com base nas premissas da Doutrina de Segurança Nacional, para sua consolidação foram necessárias, portanto, a adequação da base jurídico-institucional já existente e o desenvolvimento de um complexo processo de organização do aparato repressivo do Estado, com vistas à manutenção do novo *status quo*. Neste processo, destaca-se a importância dos atos institucionais, decretos legais que legitimavam as ações políticas do regime militar no estabelecimento a si próprio de diversos poderes extra-constitucionais. Entre 1964 e 1969, foram decretados 17 atos institucionais, regulamentados por 104 atos complementares, buscando adequar o disposto na Constituição de 1946 à nova realidade política do Estado brasileiro, de derrogação das liberdades democráticas.

O AI-1, de 9 de abril de 1964, marcou o início de fato do novo regime. Dentre outras medidas, o decreto instituía: eleição de novo presidente em vinte e quatro horas; concessão de poderes para que este decretasse estado de sítio por trinta dias; suspensão por seis meses das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade; possibilidade de suspensão de direitos políticos por dez anos, além de cassação de mandatos, sem apreciação judiciária. Apesar de ferir várias garantias democráticas, o AI-1 mantinha a constituição ainda em vigor, bem como os partidos políticos (SODRÉ, 1984, p. 113). Em 11 de abril de 1964, conforme disposto no AI-1, era eleito presidente pelo congresso o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Com a derrota nas eleições estaduais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, o governo decreta o AI-2, e seus mais de trinta atos complementares, em 27 de outubro de 1965, abrindo uma segunda etapa do regime, em meio ao fechamento do congresso por um mês. A medida extinguiu os partidos políticos, permitia fechar o congresso e estabelecer eleições indiretas para presidente, instituía o bipartidarismo – com a Arena (Aliança Renovadora Nacional), governista, e o MDB

(Movimento Democrático Brasileiro), de oposição, mas sem grande contestação –, e autorizava a cassação de mandatos e a decretação de perda de direitos políticos, além de facilitar a intervenção federal nos estados e extinguir o foro especial. O AI-3, de 5 de fevereiro de 1966, regulava o processo de escolha dos governadores dos estados, de forma indireta. O AI-4, de 7 de dezembro de 1966, dava ensejo à aprovação pelo congresso da nova constituição proposta pelo Executivo, em substituição à Carta de 1946 (ARNS, 1985, p. 61; SODRÉ, 1984, p. 114-115).

O crescimento da oposição popular passaria a adquirir dimensões preocupantes ao governo. Aliada a ação dos grupos de guerrilha urbana e rural de esquerda, a morte do estudante secundarista Edson Luís, de 18 anos, no Rio de Janeiro, intensificou o clamor da população pela abertura política. Em 13 de dezembro de 1968, sob a presidência do general Artur da Costa e Silva foi convocado o Conselho Nacional de Segurança para ser editado o Ato Institucional número 5 (AI-5), o qual permitiria o fechamento do Parlamento, caçar políticos e institucionalizar a repressão. Com o AI-5, foi delegado ao Executivo os seguintes poderes: nomear interventores em estados e municípios; suspender direitos políticos de qualquer cidadão; cassar mandatos nas esferas federal, estadual e municipal; suspensão de garantias como o hábeas corpus, vitaliciedade, inamobibilidade e estabilidade; estado de sítio; confisco de bens; dentre outros. O clamor da população é coibido. Como oposição de fato resta apenas a luta clandestina de esquerda. O Estado brasileiro assumia os poderes mais amplos de sua história (ARNS, 1985, p. 62; SODRÉ, 1984, p. 115-116).

Isto posto, inferimos que tais medidas não só possibilitaram a aplicação das diretrizes estabelecidas pela Doutrina de Segurança Nacional, como também institucionalizaram o terror como política de Estado, através da exacerbação do sistema repressivo “legal”. A aplicação ortodoxa desta doutrina resultou na hipertrofia do Estado no que tange aos órgãos de repressão, que dispunham de grande autonomia e liberdade de ação. Dessa forma, surgiram no seio do aparelho estatal uma série de organizações voltadas às funções de segurança, desenvolvidas dentro da lógica do combate à guerra revolucionária, ou seja, ao nível de investigações sigilosas e espionagem e organização e processamento de informações sobre atividades subversivas – desde manifestações sociais e democráticas de reivindicação até a luta armada clandestina. Coube ao Sistema Nacional de Informações (SNI), submetido ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), a tarefa de produzir e operacionalizar as informações obtidas pela máquina de

repressão então estabelecida. Dois dos presidentes militares foram chefes do SNI – Médici e Figueiredo (ARNS, 1985, p. 72). Nesse sentido, cabe também salientar uma das tarefas do complexo ESG/IPES/IBAD, antes do golpe, foi justamente o desenvolvimento de uma ampla rede de informações, aparato vital à implantação de um Estado autoritário e centralizado. Coordenado pelo General Golbery do Couto e Silva, o empreendimento já mantinha dossiês sobre mais de 400 mil cidadãos brasileiros ainda antes da tomada do poder (ALVES, 2005, p. 30).

Empossado em 1969 em plena vigência do AI-5, o governo Médici representa a fase de maior repressão da ditadura, com o desenvolvimento de “órgãos de segurança”, possuidores de um poder autônomo e responsáveis por torturar e assassinar milhares de dissidentes políticos. Neste ano, com o fito de integrar a ação repressiva das Forças Armadas e das polícias federal e estadual foi criada a Operação Bandeirantes (OBAN), mantida também com recursos de empresas multinacionais. A inexistência de estrutura legal e a impunidade que recobria seus métodos de repressão à subversão garantiram o sucesso da OBAN, o que levou à sua ampliação em janeiro de 1970, com a criação, em nível nacional, de um conjunto de organismos oficiais identificados pela sigla DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) (ARNS, 1985, p. 63; 73).

Em cada jurisdição, os CODI comandavam os órgãos de segurança da área nos níveis das Forças Armadas, polícia estadual e federal, ocupando o primeiro posto na repressão política. Era comandado por um oficial do exército e tinha dotações orçamentárias regulares. Ainda assim, os DOPS (Departamento de Ordem Política e Social, de nível estadual) e as delegacias regionais da polícia federal mantiveram ações de investigação e tortura em faixa própria. Em São Paulo, o DOPS chegou a competir com o DOI-CODI pela primazia nas ações de repressão, possuindo ainda uma força conhecida como “Esquadrão da Morte”, focada na eliminação de criminosos comuns, mas acusada de ações de extermínio contra a população comum. Em paralelo a isso, a autoridade sobre as polícias militares saía dos governadores dos estados para o Estado Maior do Exército e os comandos militares regionais (ARNS, 1985, p. 74).

Apesar da decretação do AI-5 e a implantação concreta dos órgãos de segurança, com base no DOI-CODI, estarem relacionadas com o avanço da oposição ao regime militar, Carlos Fico salienta que a estrutura repressiva montada pela ditadura não pode ser considerada

[...] como uma simples reação à chamada ‘luta armada’. Assim como o AI-2 não foi somente uma reação ao resultado das eleições de outubro de 1965, tampouco o AI-5 foi apenas uma resposta à opção de parte da esquerda pela ‘luta armada’. Havia, desde o início do regime militar, a vontade, por parte dos setores mencionados da linha dura, de constituição de um aparato global de controle da sociedade, tanto quanto, aliás, a opção de parte da esquerda pela ‘luta armada’ antecedeu o próprio golpe de 1964. O projeto global de repressão e controle supunha não apenas a espionagem e a polícia política, mas também a censura, a propaganda política e o julgamento sumário de pretensos corruptos. (FICO, 2004, p. 82-83).

Nesse sentido, enquanto anteparo jurídico dos órgãos de repressão, a Lei de Segurança Nacional (LSN), de 13 de março de 1967, condensava os critérios e conceitos pertinentes à Doutrina de Segurança Nacional, juntamente com uma ampla legislação de caráter repressivo, visando à eliminação do dissenso político no país – ou seja, focando a segurança do regime, e não a do Brasil. Sua vigência prevalecia até sobre a constituição federal. Longe de limite legal, seus executores dispunham de poderes ilimitados na execução do terrorismo de Estado. Dessa forma, a LSN possibilitava aos órgãos de repressão

um campo de arbítrio incomensurável, expondo o cidadão brasileiro a mais completa insegurança. Com ela, o regime manteve uma ferramenta de dissuasão e repressão a seus adversários e impingiu autoritariamente à Nação uma ideologia que, além de importada, significa, em última análise, uma tentativa de perpetuação de estruturas sociais injustas. (ARNS, 1985, p. 75-76).

Entre 1975 e 1981, paralelamente à intensificação da oposição popular e à abertura política do regime, ficaram famosos diversos casos de terrorismo praticados pelo Estado brasileiro. O assassinato do jornalista Wladimir Herzog – pretensamente um suicídio –, em 1975, causou grande clamor no meio civil. A oposição que a Igreja Católica passara a fazer contra o regime também a levou a sentir a força de seu

aparato repressivo. Símbolo disso foi o seqüestro do Bispo D. Adriano Hipólito, em 1976, no Rio de Janeiro. O religioso foi espancado em um matagal e abandonado nu, enquanto seu carro era destruído. Ainda em 1976, bombas foram detonadas na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, e no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em São Paulo. Um balanço efetuado dois anos depois, em Minas Gerais, registrava no estado cerca de treze atentados a bomba, além de outras formas de violência e intimidação que somavam 24 ações. Em 1 de maio de 1981, outro atentado ganharia notoriedade, o chamado caso Riocentro, também no Rio de Janeiro, no qual dois membros das forças armadas atirariam uma bomba no local para jogar a responsabilidade aos comunistas. A bomba explodiu em seu próprio automóvel, matando um sargento e ferindo gravemente um capitão (ARNS, 1985, p. 66-67).

Importa salientar ainda que a ação do aparato repressivo desenvolvido no Brasil extrapolou suas fronteiras para agir nos demais países do Cone Sul, mediante a participação de agentes brasileiros nos golpes militares ocorridos na Bolívia (1971) e no Chile (1973), pelo menos, bem como em sessões de tortura e interrogatório levadas a cabo nos países da região, como veremos no capítulo três, com a análise da Operação Condor.

3.2 AS DEMAIS DITADURAS DO CONE SUL – UM BREVE PANORAMA

Como já ressaltado, a ditadura civil-militar brasileira não foi um acontecimento isolado na história política do Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980. Sua emergência e consolidação fizeram parte, portanto, de um processo regional maior, no qual seus vizinhos também estiveram inseridos, sob a coordenação dos interesses estadunidenses e a partir do contexto ideológico da guerra fria.

Posto isto, antes de abordarmos propriamente a Operação Condor, convém apresentar, ainda que de forma sucinta, um breve panorama das ditaduras igualmente constituídas nos demais países do Cone Sul, situando suas principais circunstâncias desencadeadoras, suas semelhanças em relação à implantação da doutrina de segurança nacional e à prática do terrorismo de Estado, conjuntamente, em nível regional.

Apesar das especificidades inerentes a cada regime ditatorial, uma visão global do processo político a que foi submetido o Cone Sul da América Latina, no período referido, nos permite visualizar um

determinado padrão à sua eclosão, estribado em três elementos fundamentais: a busca pela contenção das reivindicações sociais das camadas historicamente marginalizadas, mormente trabalhadores urbanos e rurais, através da supressão das garantias democráticas legitimada pela difusão da ideologia anticomunista, enquanto estratégia de preservação das prerrogativas das classes dominantes de cada país; a reorganização discricionária da estrutura sócio-econômica destes Estados, em aliança com o capital estrangeiro, a partir da ação de um governo de exceção com poderes em hipertrofia; e a aplicação, implícita ou explícita, dos pressupostos atinentes à Doutrina de Segurança Nacional – em consonância com Washington – por meio da execução do terrorismo de Estado, cometido contra a própria população civil submetida a estas ditaduras, em flagrante violação dos direitos humanos.

Dessa forma, em sintética análise, observamos como, no Paraguai, o general Alfredo Stroessner pode se manter no poder por cerca de trinta e cinco anos através de sua aliança com os interesses das classes mandatárias do país, exemplificada no trato da questão agrária. Como, no Chile, a eleição de um governo que propunha a adoção paulatina do socialismo acabou por se contrapor à posição da burguesia nacional, que, associada às forças armadas, passaria a presidência ao general Augusto Pinochet, inaugurando um período no qual o país se tornaria campo de experiência à aplicação dos pressupostos econômicos do neoliberalismo.¹⁵ Como, no Uruguai, uma grave crise econômica e, conseqüentemente, também social acabou fomentando reivindicações populares por melhores condições de vida, sufocadas pela emergência de um governo de exceção num país tido, até algumas décadas atrás, como “a Suíça das Américas”. Como, na Argentina, o movimento peronista, ligado historicamente à organização da classe trabalhadora, serviria de base à aplicação da ideologia anticomunista e do terrorismo de Estado, consoante os interesses das classes mandatárias nacionais, em consórcio com a alta cúpula militar. E, por fim, como no Brasil, a intensificação da ação de movimentos populares de cunho reivindicatório – embasada na proposição de reformas estruturais da sociedade brasileira, em prol de sua democratização de fato – levaria os estratos mais importantes da burguesia a se aliarem às forças armadas

¹⁵ Quanto à discussão sobre o neoliberalismo ver CORRÊA, Valcionir. Cap. 3- A globalização e o neoliberalismo: síntese do poder econômico e político do capital que se configura no *sistema capitalcrático* enquanto um império mundial. *Globalização e crise: o sistema capitalcrático* ultrapassa os limites da exploração (2010).

para levar adiante um projeto de modernização sócio-econômica que preservasse e alargasse as suas próprias prerrogativas de classe.¹⁶

Enquanto instrumento principal para a eliminação de resistências à reordenação social promovida discricionariamente por estes governos ditatoriais, o terrorismo de Estado não se limitou à construção de um aparato repressivo apenas voltado à eliminação da figura do “subversivo” no plano interno. Sua aplicação extrapolaria as fronteiras de cada país para também se dar no contexto supranacional da região, com sua execução concertada entre as ditaduras do Cone Sul, principalmente através da Operação Condor, conforme abordaremos no próximo capítulo.

Em suma, podemos afirmar que, entre os anos 1960-1980, os países do sul da América Latina se caracterizaram pelo enrijecimento de suas estruturas institucionais de poder, através da implantação de ditaduras civil-militares com o fito de propiciarem as transformações estruturais necessárias à reordenação sócio-econômica destes Estados, de acordo com as exigências do contexto político-econômico internacional e os ditames da Guerra Fria. Tais transformações foram secundadas e garantidas a partir da constante aplicação da violência e do terror como instrumentos de governabilidade do próprio Estado. De modo geral, a assunção destas ditaduras nos diferentes países do Cone Sul ocorreu em função – e por meio – da fascistização de algumas de suas estruturas estatais, do que se destaca a institucionalização do terrorismo de Estado como sua característica principal.

3.2.1 O Paraguai de Stroessner

O Paraguai foi o primeiro país do Cone Sul a viver a experiência da implantação de uma ditadura baseada nos ditames da doutrina de segurança nacional, em 1954. O golpe que levou o general Alfredo Stroessner ao poder ocorreu num contexto de instabilidade política da região frente aos interesses estadunidenses, marcado pelas deposições dos presidentes Getúlio Vargas, em 1954, e Juan Domingo Perón, na Argentina, 1955. Nesse ínterim, convém ressaltar que, um mês após o

¹⁶ Não foi possível dar o mesmo enfoque à ditadura na Bolívia, devido à falta de fontes. No entanto, salientamos que se soma a estas ditaduras também o regime estabelecido na Bolívia pelo general Hugo Banzer, em 1971, por meio de um golpe de Estado. Seu governo, que se estendeu até 1978, quando restou derrubado por novo golpe, notabilizou-se, dentre outros aspectos, pelo emprego da violência contra seus opositores e pela participação do país na Operação Condor. De acordo com Fernandes, no governo Banzer “o fascismo assumiu um caráter de nacionalismo revolucionário direitista”, pelo que frisamos sua inserção no contexto político inerente às ditaduras do Cone Sul daquele período (FERNADES, 1981b, p. 29)

golpe, Stroessner firmou um pacto secreto com representantes do Brasil e dos Estados Unidos sob a tutela da embaixada estadunidense no país (PADRÓS, 2008, p. 1-2).

No entanto, foi a partir do final da década de 1950 que a ditadura de Stroessner demonstrou de forma mais clara seu perfil autoritário, frente a uma conjuntura de inflação, deterioração social e repressão a que se somava um forte movimento de contestação a figura do ditador dentro do próprio Partido Colorado. A solução encontrada pelo presidente para superar tal impasse foi fechar o congresso nacional, impor o estado de sítio e exilar centenas de opositores, ao mesmo tempo em que surgiam as primeiras organizações armadas de oposição, algumas de caráter camponês, influenciadas pela Revolução Cubana. De qualquer forma, a esquerda paraguaia, fragilizada por divisões internas e incapaz de amalgamar os movimentos operário, camponês e estudantil, pouco pode fazer para resistir à investida do aparato repressivo estatal, passando a atuar na clandestinidade (PADRÓS, 2008, p. 3).

Em complemento à repressão ao quadro de descontentamento interno do país, Stroessner apresenta a campanha de “Segunda Reconstrução Nacional”. Esta implicava, resumidamente, na desorganização do campesinato militante com um esboço de reforma agrária que deslocava os camponeses das áreas de conflito com os grandes latifundiários para lugares inóspitos e sem infra-estrutura, ao mesmo tempo em que promovia a emergência de uma classe contra-revolucionária de pequenos proprietários, além de conceder uma série de benefícios ao capital estrangeiro em relação à produção agropecuária e petroleira (PADRÓS, 2008, p. 3-4).

No plano internacional, o decorrer da década de 1960 marcou uma maior aproximação do Paraguai com os pressupostos da doutrina de segurança nacional, principalmente a partir do golpe de 1964 no Brasil. Tal processo se intensificou no fim da década, quando ganharam repercussão as denúncias das arbitrariedades perpetradas pelo governo contra os movimentos sociais, urbanos e rurais, principalmente a partir da ação da igreja Católica no acolhimento e divulgação no âmbito internacional. Em contrapartida, o regime intensificou a censura e um conjunto de ações de terror preventivo, que marcam indelevelmente seu caráter de dominação de classe, na busca por garantir os interesses de determinados grupos econômicos hegemônicos (PADRÓS, 2008, p. 4-5).

Durante a década de 1970, o Paraguai estreitou relações com a ditadura brasileira, sob uma perspectiva de subordinação. O carro-chefe deste processo foi a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que

consolidou a influência do Brasil junto aos setores dominantes paraguaios. Os acordos com o vizinho davam ao regime um suporte interno e certo protagonismo modernizador, inerente à construção da usina, ao mesmo tempo em que prosseguia a forte repressão aos grupos opositores, com a execução e prisão de inúmeros cidadãos. Isto se tornaria um problema para o regime no meio internacional a partir da metade da década, em função da postura assumida pelo governo estadunidense de Jimmy Carter em promover os direitos humanos, enquanto o Paraguai ganhava maior evidência regional com as ações organizadas pela Operação Condor. Em território paraguaio, foram seqüestrados e executados diversos cidadãos dos países vizinhos, assim como unidades de seu exército agiram na Argentina e na Bolívia (PADRÓS, 2008, p. 5).

Na década de 1980, enquanto boa parte dos países do Cone Sul passava por um momento de distensão de seus regimes ditatoriais, o Paraguai vivia ainda em meio ao medo e à repressão. Ainda assim, o desgaste e a incapacidade do regime em manter seus instrumentos de administração e controle tornavam-se mais evidentes – a crise afigurava-se como definitiva. Paralelamente a isso, os novos setores empresariais associados ao capital estrangeiro, que se formaram a partir da dinamização econômica promovida na década anterior, mantinham uma posição de menor subordinação a Stroessner e, frente ao quadro regional de abertura política, buscavam saídas confiáveis à ditadura. Por outro lado, a expansão econômica também ocasionara a expansão e organização da classe trabalhadora, enquanto grande parcela dos trabalhadores rurais deixava o campo e era proletarizada tornada “sem-terra” (PADRÓS, 2008, p. 5).

Tal conjuntura de crise levou o regime paulatinamente ao isolamento, mormente pelo receio dos setores dominantes de que a permanência de Stroessner pudesse por em risco a estabilidade das estruturas de dominação da elite paraguaia. Assim, a segunda metade da década marca a busca destes mesmos setores – que antes o haviam sustentado – pelo fim controlado da ditadura, que se daria com a manutenção da estrutura de governo do “stronismo”, baseada na corrupção e no autoritarismo estatal, após o encerramento oficial do regime (PADRÓS, 2008, p. 5-6).

Assim, em 1989, o general Alfredo Stroessner foi destituído do poder. Marcado pela intensa brutalidade, seu governo de cerca de trinta e cinco anos deixava como saldo um longo histórico de violações aos direitos humanos, como a detenção de milhares de cidadãos e o exílio de quase um terço da população do país por motivos políticos, além do

grande número de assassinados pelo regime. Com base no discurso anticomunista em vigor durante a guerra fria, o governo utilizou-se do exército para perpetuar-se no poder e encobrir seus próprios crimes, como o tráfico de armas e drogas, o roubo de carros e o contrabando. Derrubado pelo golpe de Estado comandado pelo general Andrés Rodríguez, Stroessner recebeu asilo político no Brasil, onde viveu até seu falecimento, sem nunca ter respondido pelos crimes cometidos durante sua longa presidência sobre o Paraguai (PADRÓS, 2008, p. 9-10).

Destacam-se no regime paraguaio a sua longa vigência de trinta e cinco anos, marcados pela administração personalista e caudilhesca de Stroessner. Diferentemente do Chile e do Uruguai, no entanto, a ditadura paraguaia não representou uma quebra da ordem democrática e constitucional, e sim apenas uma continuação de uma série de experiências políticas anteriores marcadas pelo autoritarismo e pela inconstitucionalidade, com base no militarismo tão ligado à história do país. Procurando manter certa fachada democrática e institucional, periodicamente eram convocadas eleições, de caráter fraudulento, em que os resultados sempre referendavam a reeleição do presidente e a manutenção do poder sob a chancela do Partido Colorado. Dessa forma, a utilização do aparelho estatal permitia a permanência de uma estrutura de cooptação política e reprodução de quadros por parte do regime, ao mesmo tempo em que mantinha uma imagem fictícia de liberdade democrática (PADRÓS, 2008, p. 2-3).

3.2.2 O Chile de Pinochet

Entre 1830 e 1970, o Chile teve a grande maioria de seus presidentes escolhidos através de eleições diretas, mormente entre os anos de 1938 a 1973, marcados pela evolução da estabilidade política e pela continuidade do regime democrático (SADER, 1991, p. 11; 36).

Contudo, a partir das eleições de 1970 este quadro se transformaria. Em meio a uma campanha eleitoral marcada pela forte polarização político-ideológica entre os principais candidatos, o socialista Salvador Allende sagrou-se vencedor do pleito, com uma plataforma de governo fundamentada na transição gradual e pacífica para o socialismo, a partir da execução da reforma agrária e da estatização dos setores mais importantes da economia nacional – como a indústria e o sistema financeiro – em detrimento dos grandes monopólios privados (SADER, 1991, p. 48-51).

Apesar de eleito democraticamente, em virtude do caráter de suas propostas, Allende teve de enfrentar, desde a posse, uma série de dificuldades para levar adiante seu governo, em função da franca oposição das elites chilenas. Mesmo antes de assumir o mandato, o presidente socialista teve de enfrentar uma campanha de difusão de pânico encetada pela direita. Com a assinatura de um documento chamado “Sobre as Garantias Constitucionais”, em que Allende comprometia-se a cumprir a Constituição – imposição dos setores que mais tarde suprimiriam estas mesmas garantias –, o presidente finalmente teve seu nome aprovado pelo congresso e pode tomar posse (SADER, 1991, p. 51-54).

A estratégia da Unidade Popular de Allende era ocupar o aparelho do Estado burguês, começando pelo Executivo, para transformá-lo com vistas à construção de uma sociedade socialista. Dessa forma, o primeiro ano de governo ficou marcado pelo aumento dos salários, pela nacionalização da indústria e estatização dos bancos, além da intensificação da reforma agrária, medidas até então bem recebidas pela população. No entanto, ainda no fim de 1971, a crise econômica começaria a ser sentida no país, principalmente pela ação concatenada dos setores burgueses contra o congelamento de preços imposto pelo governo. Tal ação acabou por criar uma crise de desabastecimento em função do deslocamento da produção para o mercado negro. Sua consequência imediata foi a guinada da classe média chilena à oposição, enquanto a direita organizava protestos públicos contra o desabastecimento que ela própria produzia. Assim, a burguesia agia ativamente no sentido de sabotar as medidas econômicas do governo (SADER, 1991, p. 54-57).

Apoiada pelos governos brasileiro e estadunidense, a ação concertada da direita intensificou-se ainda mais no segundo ano de Allende: ações paramilitares de sabotagem, travas legislativas e judiciárias, declarações de altos oficiais contra a presidência, campanhas difamatórias veiculadas por meio da imprensa eram os elementos utilizados pela oposição organizada para inviabilizar a governabilidade do presidente. Posteriormente, o governo também enfrentaria greves contra suas políticas, bem como derrotas nas eleições locais. Apesar disso, o empresariado chileno paulatinamente se distanciaria dos partidos de direita para defender a intervenção direta das forças armadas. Contando com recursos financeiros oriundos do governo estadunidense e das empresas multinacionais expropriadas, ou ameaçadas, tais setores puderam consolidar sua direção sobre diversos

setores sociais, como comerciantes e profissionais liberais, bem como ampliar sua ação golpista (SADER, 1991, p. 58- 61).

Com as eleições parlamentares de 1973, a direita esperava conseguir dois terços das cadeiras do congresso para viabilizar o impeachment de Allende – um golpe branco. No entanto, apesar da crise que assolava o país, o governo obteve 44% dos votos, tornando inviável a destituição do presidente através do congresso. Dessa forma, fechava-se um entendimento por parte da ala oposicionista sobre a necessidade de um golpe militar. Após uma tentativa frustrada de golpe em junho de 1973, Allende nomearia Augusto Pinochet como ministro do Exército, numa tentativa de estabelecer um relacionamento direto com os setores oposicionistas. Certo de sua derrota política, intentava ainda convocar um plebiscito para que o povo decidisse pela continuidade ou não do governo. Mesmo ciente de que a consulta popular o retiraria do poder, Allende tencionava impedir que sua destituição ocorresse por meio de um golpe de estado, sendo o poder entregue a civis. Consciente da estratégia do presidente, e contando com a chancela declarada do governo estadunidense, o grupo golpista liderado pelo General Pinochet deu a cartada final sobre o governo instituído – em 11 de setembro de 1973 (SADER, 1991, p. 61-67).

Desde o início, o novo regime deixou explícito seu caráter eminentemente antidemocrático, inspirado no modelo brasileiro e em seu “milagre econômico” – cabe salientar o apoio de autoridades brasileiras, como Sérgio Paranhos Fleury, por exemplo, conhecido chefe policial. Uma vez dado o golpe, coube à ditadura recém empossada envidar esforços para esmagar qualquer possível foco de resistência ao novo regime. Dessa forma, a tortura e o fuzilamento tornaram-se comuns, sendo que o Estádio Nacional, em Santiago, veio a servir como local de concentração de milhares de presos políticos. Consolidada a derrota da oposição, o governo passou a reorganizar a sociedade chilena através da supressão das liberdades democráticas – os salários sofreram arrocho, liberalizou-se a remessa de lucros ao exterior, reduziram-se os impostos à exportação, liberaram-se os preços, em suma, foram tomadas todas as medidas que visassem ao atendimento dos interesses do empresariado chileno, contrariados por Allende (SADER, 1991, p. 68-69).

Durante o período Pinochet, o Chile autoritário tornou-se campo de aplicação dos postulados político-econômicos da chamada Escola de Chicago, dentro dos moldes do neoliberalismo nascente. As relações sociais passaram se reger pela supremacia das leis de mercado: a previdência social, a educação e a saúde foram privatizadas, passando ao

controle do capital financeiro internacional. Como alavanca e sustentáculo deste processo político, em que os partidos foram substituídos pelas forças armadas, um grupo tecnocrata coligado a estas – os *Chicago Boys* – imprimia o consenso necessário à condução econômica nestes moldes. A adoção de tais postulados, por consequência, fez com que a industrialização chilena sofresse duros golpes em função da concorrência com produtos importados. Paralelamente a isso, as empresas nacionalizadas por Allende foram privatizadas, e, no campo, fomentou-se a formação de grandes empresas privadas produzindo para exportação. Como saldo desse processo, intensificou-se a concentração da riqueza em mãos de uma pequena elite econômica – um número insignificante de empresas controlava quase três quartos de todas as sociedades anônimas do país (SADER, 1991, p. 70-72).

Consolidado o regime, em 1980 um plebiscito acabou por aprovar uma nova constituição, como forma de prover uma imagem de lisura institucional a um governo embasado numa mescla de economia de mercado e doutrina de segurança nacional. A consulta também definiu um mandato de oito anos ao presidente, ao final do qual se daria novo plebiscito acerca da renovação ou não de seu mandato (SADER, 1991, p. 72).

Com o esfacelamento da oposição por meio do terror de Estado, acabaria sendo a própria economia o principal obstáculo do regime – no início da década de 1980, a retração internacional atingiu de forma drástica o país em função de sua franca adesão à abertura ao exterior, conforme pressupostos neoliberais. Tal situação redundou no crescimento do desemprego e na queda do nível de vida dos trabalhadores. Obviamente, tal quadro contribuía para o enfraquecimento do regime ditatorial. Fugindo às premissas neoliberais, o governo passou a fortalecer o papel do Estado na economia, a fim de minorar os efeitos negativos oriundos da política de livre mercado. De toda forma, apesar do paulatino reequilíbrio a partir de 1983, a oposição pouco a pouco voltava a se rearticular aproveitando-se dos tropeços do governo. O aumento da repressão ainda daria sobrevida a Pinochet, mas não pode evitar seu enfraquecimento político, em função do grande descontentamento popular e do próprio quadro regional de transições para a democracia nos demais países do Cone Sul. Cada vez mais isolado internacionalmente, Pinochet chamou, em 1988, o plebiscito previsto pela constituição, cujo resultado lhe foi adverso. No ano seguinte, as eleições presidenciais registraram a derrota do candidato do

governo frente ao nome apoiado pelas forças unificadas de oposição (SADER, 1991, p. 73-77).

Convém pontuar, no entanto, que a derrota de Pinochet não significou uma ampla ruptura em relação à condução política do Chile, uma vez que o novo governo não convocou uma assembléia constituinte com fito de reformular os dispositivos institucionais do regime anterior, assentando sua condução econômica na manutenção do sistema neoliberal, agregado de elementos que pudessem reverter as perdas sociais verificadas no tempo da ditadura. Por outro lado, Pinochet permaneceria por mais oito anos como comandante-em-chefe do exército, ainda mantendo, portanto, sua hegemonia sobre as forças armadas (SADER, 1991, p. 78-80).

3.2.3 A “Suíça da América” que se tornou ditadura: o caso uruguaio

O Uruguai não passaria incólume a onda de governos ditatoriais que varreu o Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980. Como no caso chileno, a passagem à direta aplicação da Doutrina de Segurança Nacional também se daria em 1973, só que neste caso pela mão do próprio presidente da república, Juan Maria Bordaberry, em conluio com as forças armadas. No entanto, a eclosão do golpe remonta à crise dos anos 1960, período em que a imagem do Uruguai de “Suíça da América” passaria ao esquecimento (PADRÓS, 2005, p. 227).

Durante a década de 1950, a tradicional economia agro-exportadora do país entraria em crise crescente em função da concorrência com novos competidores internacionais. Por outro lado, a carência de grandes investimentos na área de infra-estrutura técnica – maquinaria e insumos – também acentuava o difícil quadro econômico nacional. Como consequência, paulatinamente se intensificou a pauperização da sociedade ao mesmo tempo em que a falência do Estado minava a prestação dos serviços sociais básicos à população, como educação e saúde. Em reação, a sociedade civil mobilizou-se em prol da manutenção das garantias sociais até então vigentes, num quadro de polarização político-ideológica entre esquerda e direita no qual se destacava o impacto da revolução cubana e das ditaduras argentina e brasileira no país (PADRÓS, 2005).

Ainda no governo do presidente Jorge Pacheco Areco (1967-1972), o Uruguai já experimentava a antecipação da implantação de um regime ditatorial. A principal opção de Areco para enfrentar os problemas sociais decorrentes da crise econômica foi a aplicação de medidas de exceção, conhecidas como *Medidas Prontas de Seguridad*,

embasada nos postulados da Doutrina de Segurança Nacional. Tais medidas consistiam no congelamento dos salários, na repressão à manifestação dos trabalhadores, na censura aos jornais e organizações políticas de oposição, assim como na perseguição às entidades estudantis e docentes. Além disso, o próprio Estado fomentava o desenvolvimento de forças paramilitares de extrema direita (PADRÓS, 2005, p. 228).

Em contraposição, a oposição condensou-se sobretudo no Movimento de Libertação Nacional – Tupamaro (MLN-T) e na coalização política de esquerda conhecida como Frente Ampla. Nas eleições de 1971, as mobilizações da Frente provocaram o temor das classes conservadoras do país, por sua plataforma política socialista, ainda que dentro dos marcos constitucionais. Tal movimento também preocupava aos aliados internacionais do Uruguai, receosos da repetição do processo chileno, com Salvador Allende. Em meio a um clima conturbado, a eleição deu a vitória ao candidato conservador. A oposição por sua vez acusou o governo de ter fraudado as eleições e constrangido o eleitorado a votar em seu candidato, Juan Maria Bordaberry (PADRÓS, 2005, p. 228).

Uma vez empossado, Bordaberry assumiu uma postura de crescente intensificação da ação autoritária do Estado. Enfrentando a ofensiva de guerrilhas de esquerda e a oposição do poder legislativo, o presidente optou por maximizar a repressão e a censura, sob a coordenação do exército. A derrota dos guerrilheiros ante as Forças Armadas acabaram por selar a fusão entre a linha dura da alta cúpula militar e o governo. Em nome de valores democráticos, os movimentos sociais e políticos de oposição, além da imprensa, passaram a figurar na alça de mira do Estado, daí decorrendo a prisão de milhares de pessoas, bem como o desaparecimento de um grande número de “subversivos”. O endurecimento da repressão teve seu ápice com o golpe de Estado realizado em 27 de junho de 1973, apesar da greve geral de quinze dias chamada pela oposição. Os golpistas contavam com a anuência dos Estados Unidos e com o apoio logístico do Brasil, que, além de buscar a afirmação de seu papel de liderança no Cone Sul, inquietava-se com a situação de instabilidade política por que passava o Uruguai, diante da possibilidade de vitória da esquerda nas eleições de 1971. Nesse ínterim, convém pontuar que “o Brasil havia fornecido linhas de financiamento ao governo Bordaberry, colaborara no treinamento antiguerrilheiro e, inclusive, havia planejado – sob conhecimento do EUA – uma intervenção no Uruguai caso a Frente Ampla fosse vencedora”.

conhecida nos meios militares brasileiros e argentinos como Operação Trinta Horas (PADRÓS, 2005, p. 229).

Em 1975, instituiu-se o chamado Conselho da Nação, órgão executivo composto por representantes não eleitos pelo voto popular, como ex-presidentes da república, membros da suprema corte de justiça, figuras de grande relevância nacional e militares de alta patente das Forças Armadas. No ano seguinte, Bordaberry acabou perdendo apoio do exército ao tentar endurecer ainda mais o regime, com a destituição dos partidos e o fim da democracia representativa, medidas que não foram bem recebidas por estes setores. A pressão dos militares culminaria com a substituição de Bordaberry pelo vice-presidente Alberto Demichelli, por ato do Conselho da Nação. O próprio Demichelli seria então substituído por Aparício Mendez, conforme indicação das forças armadas (PADRÓS, 2005).

Em 1980, o governo ditatorial promoveu um plebiscito tentando reformar a constituição e buscar maior respaldo popular, mas acabou derrotado na consulta. O paulatino crescimento do descontentamento da população uruguaia com o regime acabaria redundando no retorno da presidência a um civil em 1985, na pessoa de Julio María Sanguinetti, do Partido Colorado.

3.2.4 O caso argentino: do antiperonismo ao anticomunismo

A história argentina é marcada por constante instabilidade política, devido aos seguidos golpes militares, protagonizados pelo intervencionismo do exército na política interna. Entre 1955 e 1976, as Forças Armadas exerceram o poder praticamente sem interrupções, além de promoverem a deposição de seis presidentes, quatro civis e dois militares, empossados pelo próprio exército (COMBLIN, 1978, p. 187).

Após o golpe de Estado que colocou fim aos dez anos de governo de Juan Domingo Perón, em 1955, o exército estabeleceu uma junta militar chefiada pelo General Eduardo Lonardi, substituído dois meses depois pelo general Pedro Aramburu. Em fevereiro de 1958, o governo permitiu que se realizassem eleições para a presidência, mas vetou a participação dos peronistas – contudo, Arturo Frondizi, radical de tendência liberal, foi eleito com o apoio justamente deste setor. Seu plano de governo se caracterizava pelo nacionalismo e pelo desenvolvimentismo. Nas eleições provinciais e municipais de março de 1962, permitiu-se a participação dos peronistas, que venceram em diversas localidades. Em decorrência disso, Frondizi foi deposto e preso

ainda no mesmo mês. O presidente do Senado, José Maria Guido, assumiu o cargo em seu lugar (COMBLIN, 1978).

Em julho de 1963 foram realizadas novas eleições em que Arturo Illia, sagrou-se vencedor. No entanto, acabaria deposto pelo exército em junho de 1966, com a autodenominada “Revolução Argentina”, sob o comando do general Juan Carlos Onganía. O próprio Onganía entrou em conflito com outros chefes militares e foi substituído posteriormente pelo general Roberto Levingstone. Por sua vez, em março de 1973, o general Alejandro Lanusse assumiu a presidência e passou a organizar as eleições marcadas para aquele mesmo mês. De tendência liberal, Lanusse considerava patente a impossibilidade de se manter a estabilidade política com a exclusão do peronismo do processo eleitoral. No entanto, a volta de Perón à cena era parte de uma estratégia que visava à eliminação de seu grupo político em definitivo, o que se daria três anos depois (COMBLIN, 1978).

De acordo com Comblin, o peronismo não correspondeu apenas à organização da classe operária a partir da figura de um líder carismático, mas representou principalmente a aliança entre povo e exército na Argentina. A crise que levou à sua deposição em 1955, fez com que os militares se deparassem com intensa insatisfação popular – mais da metade da população argentina matinha afinidades com este grupo político. Esse conflito dividia a força militar, que oscilava entre reprimir ou buscar um acordo com o ex-presidente. Perón tornara-se um símbolo para a classe operária, e seu mito contribuiu para que esta se mantivesse unida, atuando como importante força política, o que contrariava os interesses da cúpula das forças armadas. As eleições chamadas por Lanusse deram a vitória ao candidato peronista, Hector Campora, que renunciaria em prol da realização de novo pleito, que culminaria com a volta de Juan Domingo Perón à presidência (COMBLIN, 1978, p. 187-188; 190).

Entretanto, já em idade avançada, o chefe do justicialismo morre em 1974, sendo sucedido por sua esposa, e vice-presidente, Maria Estela de Perón, que governaria em meio a grave crise política e economia e uma série de ameaças de golpe de Estado. Contudo, o exército soube esperar a deterioração da imagem do governo peronista à opinião pública antes de passar à ofensiva, que se daria em 1976, sob a chefia do general Rafael Videla. Neste momento as intervenções militares já eram vistas como normais, ou até necessárias pela população civil (COMBLIN, 1978, p. 188).

Neste íterim, importa ressaltar que os militares não compunham um grupo coeso: de um lado havia os *colorados*, que objetivavam tanto

a emergência de um governo exclusivamente militar como o extermínio do peronismo, através de uma repressão violenta; do outro lado, estavam os *azules*, considerados moderados, partidários de uma legalidade restrita, representada pela Doutrina de Westpoint, do general Onganía, que consistia em as forças armadas resguardarem a democracia até certo limite, de modo a impedir que “[...] o livre jogo das instituições constitucionais” ameaçasse “as instituições fundamentais da nação e de seu estilo de vida tradicional [...] ocidental e cristão”. (COMBLIN, 1978, p. 188-189).

Os moderados lograram maior permanência no poder, porém sempre sujeitos a acatar a política da ala radical, o que acarretava uma grande instabilidade na definição da política de governo, mas que, em contrapartida, contribuía para a assunção de certa unidade no interior das forças armadas. O que se verificaria igualmente após o golpe de Estado de 1976 (COMBLIN, 1978, p. 189).

Mesmo após a morte de Perón, o justicialismo continuou representando a principal preocupação no interior do exército, devido à sobrevivência de organizações sindicais e operárias alinhadas ao movimento, que contava ainda com respaldo popular. Dessa forma, o peronismo continuou agindo como um elemento de perturbação à ordem estabelecida segundo os ditames da Doutrina de Segurança Nacional – na Argentina, portanto, o antiperonismo vinha antes do anticomunismo (COMBLIN, 1978, p. 191).

Muito embora a Argentina tenha mantido desde Perón uma posição de certo distanciamento em relação a Washington, a experiência francesa de guerra contra-revolucionária, consubstanciada na teoria da frente interna e das fronteiras ideológicas, já fazia parte das práticas argentinas contra a subversão desde 1959. O que facilitou a posterior entrada de todo o aparato ideológico anticomunista no país, em simbiose com o nacionalismo de direita, católico e conservador, predominante na Marinha e na Força Aérea (COMBLIN, 1978, p. 193).

A ditadura de segurança nacional na Argentina iniciada em 1976 – com o apoio dos Estados Unidos e dos demais governos ditatoriais do Cone Sul – terminaria em 1983, dentre outros motivos, principalmente em função da derrota na Guerra das Malvinas, contra o Reino Unido, em 1982. Como fruto do terror praticado pelo Estado, o regime ficaria marcado pelo desaparecimento de milhares de opositores políticos.¹⁷

¹⁷ Dentre outros aspectos, a ditadura argentina se notabilizou não só pelo desaparecimento dos opositores políticos, que eram lançados ao mar, como também pelo seqüestro dos filhos dos considerados subversivos e a existência de campos de concentração, como o Campo de *Mayo*, citado na página 84 deste trabalho (PASCUAL, 2004).

4 A ARTICULAÇÃO DOS APARATOS REPRESSIVOS DAS DITADURAS CIVIL-MILITARES NA PROMOÇÃO DO TERROR NA AMÉRICA LATINA (1960-1980)

Nos capítulos anteriores, procuramos salientar a discussão conceitual sobre terrorismo de Estado e sua utilização enquanto categoria explicativa das ditaduras civil-militares da América Latina (1960-1980), destacando a experiência brasileira. Entendemos que este tipo de terrorismo seria a categoria mais adequada para interpretar e descrever os poderes ilimitados do Estado e o alto nível de violência empregado pelo aparato repressivo deste contra sua própria população, naquele período, numa desenfreada transgressão aos direitos humanos, em prol dos interesses de suas classes sociais mandatárias. Na vigência desses regimes, o terror foi convertido no principal instrumento de governabilidade, reflexo de um processo de fascistização de certas estruturas do Estado, manifesto no sistemático emprego da violência para além dos limites legais. Nesse sentido, o fascismo enquanto fenômeno histórico se apresenta como realidade na América Latina de uma forma específica, condizente com as condições de dependência político-econômica da região.

No entanto, sabe-se que a violência ilimitada do aparato repressivo não se limitou às fronteiras nacionais. Sob a justificativa de que o “inimigo” não reconhece fronteiras, o terrorismo de Estado passou a ser empregado em nível supranacional, na cooperação entre as ditaduras do Cone Sul da América Latina, por meio de práticas que dissolveram as barreiras geográficas e políticas da região na busca, traslado e execução daqueles que se opunham a estes regimes. Estas práticas caracterizaram a chamada Operação Condor, organização repressiva clandestina, responsável por elevar à última instância a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional no Cone Sul, desrespeitando acordos internacionais sobre direitos humanos e ignorando tratados que garantiam proteção a refugiados.

A importância da Operação Condor para este trabalho, portanto, concentra-se no fato de esta ter sido um dos instrumentos mais contundentes à efetivação do terrorismo de Estado de forma articulada e integrada entre as ditaduras latinoamericanas, através da fascistização dos aparatos repressivos destas. Poder-se-ia inferir que os governos policial-militares combatiam o que eles classificavam como terrorismo interno, enquanto a Operação Condor encarregava-se das “ameaças” externas – exilados políticos que iam refugiar-se em países vizinhos –

visando impedir que novos ideais “revolucionários” penetrassem na sociedade e colocassem novamente em risco a “ordem nacional”.

Assim sendo, neste capítulo procuramos esboçar uma síntese do funcionamento dessa organização, enquanto mecanismo de controle político-social internacional, para, em seguida, identificar o papel desempenhado pelo governo brasileiro na coordenação da prática repressiva, e conseqüente promoção do terror, na América Latina. Para isso, limitamo-nos à consulta de documentos que compõe o *Centro de Documentación y Archivo para La Defensa de los Derechos Humanos* – também conhecido como *Archivo Del Terror* – a partir do conjunto documental disponibilizado pelo Memorial dos Direitos Humanos e pelo sítio eletrônico do referido centro. Tomamos a obra *Os Anos do Condor* (2005), do jornalista John Dinges, como fio condutor da reconstituição do funcionamento da operação, tendo em vista que esta foi concebida a partir de um grande levantamento de fontes documentais, das quais se destacam: cerca de vinte e quatro mil documentos sobre o Chile e quatro mil sobre a Argentina, desclassificados durante a gestão de Bill Clinton (1993-2001); os arquivos da polícia de inteligência do Paraguai descobertos em 1992, hoje chamados de *Archivos del Terror*; as correspondências secretas entre a Agência de Segurança do Chile (Dina) e um de seus membros secretos em Buenos Aires; e cerca de duas mil páginas de documentos desclassificados pelos Estados Unidos em função de pedidos do próprio autor, respaldados pela Lei de Liberdade de Informação (DINGES, 2005, p. 10-11).

4.1 OPERAÇÃO CONDOR: A ALIANÇA CLANDESTINA DO TERRORISMO DE ESTADO

O condor é um pássaro natural da região da Cordilheira dos Andes, conhecido por ser a ave de maior envergadura do mundo. Embora se nutra de restos de animais, suas habilidades de caçador e suas garras afiadas lhe permitem, quando necessário, que se alimente de pequenas presas vivas. É capaz de atingir grandes altitudes, deslocando-se de um país a outro, perfazendo grandes distâncias. Ele também é o símbolo de vários países da América do Sul, sendo um deles o Chile.

Essa alusão à ave que nomeia a aliança internacional de repressão no Cone Sul – homenagem prestada ao país chileno, sede da operação – nos permite refletir sobre as semelhanças entre o animal tomado como símbolo e a própria organização repressiva. Tais semelhanças se referem à habilidade de caçar, capturar e executar suas vítimas, numa atividade que transcende limites geográficos em sua execução. No entanto, o

pássaro caça e mata suas presas orientado pelo instinto de sobrevivência, em meio às condições inóspitas do altiplano andino. Já a Operação Condor alçou vôo para caçar e executar suas vítimas durante as ditaduras latinoamericanas, orientada por interesses político-econômicos de classe, cujo objetivo compreendia alimentar as bases do sistema capitalista dependente na região.

A operação pode ser considerada um elemento ainda muito recente na história dos “Anos de Chumbo”. Conforme nos relata Dinges, pouco se sabia sobre sua existência até 1996. Até então, tudo se restringia a um único documento do FBI (*Federal Bureau of Investigation* ou “Departamento Federal de Investigação”), em que um de seus agentes, locado em território argentino, relatava o que era a Operação Condor, semanas após a execução de Orlando Letelier – ex-embaixador chileno em Washington. Posteriormente, as investigações decorrentes do assassinato de Letelier levaram à descoberta pública da organização (DINGES, 2005, p. 51-52).

4.1.1 Dina, o embrião do sistema repressivo supranacional

A gestação do Condor iniciou-se em 1973, com o golpe civil-militar no Chile. A necessidade de combater os grupos opositores clandestinos levou o general Augusto Pinochet a criar a Dina (*Dirección de Inteligencia Nacional*), sob a responsabilidade do tenente-coronel Manuel Contreras Sepúlveda. A Dina atuava como uma força de inteligência que prestava contas somente ao ditador chileno, e era responsável por exercer a repressão no país. A aplicação de altos níveis de agressão e brutalidade, como prisões em massa, campos de concentração e execuções sumárias, tornou-se o cotidiano de muitos chilenos imediatamente após o golpe de Estado (DINGES, 2005, p. 32-33).

A postura anticomunista do ditador levou-o a combater com severidade seus opositores não somente dentro das fronteiras nacionais. A unificação de grupos guerrilheiros esquerdistas em torno da *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR)¹⁸ configurou-se na principal justificativa para a aniquilação do comunismo também no exterior. Tal prática se materializou em operações bilaterais entre os países do Cone Sul e o aparato repressivo chileno, o que promoveu uma espécie de

¹⁸ A Junta Coordenadora Revolucionária foi um movimento que promoveu a aliança entre o ERP argentino (*Ejército Revolucionario del Pueblo*), o MIR chileno (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria*), MLN - Tupamaros (*Movimiento de Liberación Nacional*) do Uruguai e o ELN boliviano (*Ejército de Liberación Nacional*). (DINGES, 2005, p. 84-86).

internacionalização da Dina e possibilitou um intercâmbio de informações entre estes governos. Esse movimento de expansão da atividade repressiva chilena em outros países corresponde ao eixo central que originou a Operação Condor posteriormente, em 1975, momento em que o terrorismo de Estado toma outras proporções ao consolidar seu caráter de execução internacionalmente coordenada (DINGES, 2005, p. 167).

Criada oficialmente em 1974, a Dina estava presente no interior dos diferentes ramos das Forças Armadas chilenas. Contava com um aparelho de inteligência próprio e superior ao tradicional, chegando a monopolizar o controle do serviço de inteligência militar e civil. Mantinha estreita relação com a Escola de Inteligência Nacional, criada pelo próprio coronel Contreras. Este órgão era responsável pela formação de oficiais que, posteriormente, integrariam a equipe de investigação da Dina ou contribuiriam com as operações repressivas (DINGES, 2005, p. 158). Somente em seu primeiro ano de funcionamento, ela foi responsável por torturar e executar 421 pessoas, e se estima em quatro mil o número de indivíduos seqüestrados e detidos (DINGES, 2005, p. 156-157). No entanto, a Dina já desempenhava um importante papel ainda em 1973, ao atuar como “[...] centro de estudos interdisciplinar para os oficiais que defendiam os métodos mais afeitos à linha dura na luta que consideravam uma guerra mundial contra o comunismo”. (DINGES, 2005, p. 84).

As análises de Dinges apontam o tenente-coronel Manuel Contreras como o principal responsável pelo movimento de expansão da Dina. Era ele quem realizava as viagens a outros países na tentativa de conectar os serviços de segurança, pedindo colaboração na localização de exilados chilenos em troca de informações que poderiam ser úteis também para a repressão no país colaborador.

Entre os documentos analisados por Dinges, está o depoimento de integrantes do Serviço de Inteligência Venezuelano (Disip) que se reuniram com o chefe da Dina em Caracas, no qual consta o que Manuel Contreras considerava ser a metodologia de ação da nova organização de segurança internacional:

Contreras explicou que a Dina estava sendo expandida como um serviço de Inteligência, que eles teriam agentes estrangeiros nas embaixadas no exterior; que [...] já estavam treinando todos os terceiros-secretários nas embaixadas chilenas – fazendo-os passar por um curso de Inteligência

básico, para que pudessem servir como agentes secretos no exterior.¹⁹ (DINGES, 2005, p. 164-165).

Em outras palavras, a Dina já vinha executando, desde sua criação, práticas de captura e seqüestro de exilados chilenos em outros países, a partir de procedimentos ilegais, que geralmente culminavam na execução de suas vítimas. A ideia de eliminar a “subversão” no Chile e, posteriormente, também no exterior, não era somente compartilhada por regimes de igual estrutura de governo, como as demais ditaduras que vieram a integrar o Plano Condor num segundo momento. Documentos citados por Dinges evidenciam que o oficial chileno também mantinha estreito contato com a CIA e o governo dos Estados Unidos, para executar seus planos (DINGES, 2005, p. 158-162).

O principal exemplo de cooperação desse período, ocorrido alguns meses antes da oficialização da Operação Condor, é o seqüestro de Jorge Fuentes, mensageiro da JCR e membro do MIR (*Movimiento de Izquierda Revolucionaria*). Fuentes foi seqüestrado por agentes chilenos no Paraguai e levado de volta ao Chile, desaparecendo depois. Sobre esse caso, Dinges cita trecho de um documento endereçado ao chefe de investigações da polícia paraguaia, Pastor Coronel, no qual Contreras transmite

[...] os mais sinceros agradecimentos pela cooperação que nos foi dada na missão que meu pessoal tinha de executar na República-irmã do Paraguai, e tenho certeza de que *essa cooperação vai continuar e aumentar para a realização dos objetivos comuns de ambos os serviços*. (DINGES, 2005, p. 169, grifo nosso).

Conforme conclui Dinges,

A promessa de Contreras de cooperação mútua não era vazia. [...] A troca de informações e a cooperação operacional eram os dois elementos desse novo nível de colaboração entre as forças de segurança. O que Contreras tinha em mente era *institucionalizar esse modelo numa organização formal*. (DINGES, 2005, p. 169, grifo nosso).

¹⁹ Depoimento de Rivas Vásquez e Orlando Garcia para o grande júri do Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito de Columbia, 29 de junho de 1978.

Há outros dois casos notórios que confirmam o envolvimento da Dina em operações fora do território chileno, antes que se estabelecesse a Operação Condor. Esteban Cuya (2007) os identifica como o “caso Prats” e o “caso Leighton”.

Carlos Prats Gonzáles foi Ministro de Estado do Chile e exerceu a vice-presidência no governo de Salvador Allende. Ele e a esposa foram assassinados com a detonação de uma bomba de controle remoto, em setembro de 1974, em Buenos Aires, Argentina. Foi uma das primeiras operações da Dina. Entre os responsáveis pelo atentado, foi identificado Michael Towley, estadunidense a serviço desta organização. A primeira etapa para execução de Prats contou com apoio argentino, uma vez que cidadãos chilenos atuaram livremente no território deste país, utilizando-se de placas da Direção Federal da Polícia Argentina, credenciais da Direção de Migração e carros do exército argentino, por exemplo (CUYA, 2007, p. 46). O país, portanto, contribuiu diretamente para que o governo do Chile executasse o plano de captura e assassinato de cidadãos chilenos exilados em seu território, que fugiam da repressão de Pinochet.

A outra vítima, o igualmente chileno Bernardo Leighton, outrora vice-presidente da república, era considerado aberto opositor ao regime de Pinochet. No entanto, Leighton e sua esposa sobreviveram à tentativa de assassinato, em outubro de 1975, em Roma, Itália. A operação foi executada por membros da *Vanguardia Nazionale*, um grupo fascista italiano temporariamente a serviço da Dina. A operação, mal-sucedida, também foi coordenada pelo cidadão estadunidense Michael Towley, com a parceria de sua esposa, a chilena Mariana Inés Callejas, e foi apoiada pela polícia secreta do regime franquista espanhol (CUYA, 2007, p. 46-47).

A execução de Prats e a tentativa de assassinar Leighton são exemplos do grau de coordenação entre os governos pró-Pinochet e da profundidade com a qual o aparato repressivo do Chile já contava para atuar no interior dos mesmos. Dinges considera o assassinato de Prats como a “inauguração da equipe internacional de Contreras”, e acrescenta: “Os agentes da Dina usados nesse assassinato ainda eram uma unidade intacta e continuariam a executar operações semelhantes nos dois anos seguintes. O Departamento do Exterior da Dina seria expandido, treinado e testado em dúzias de viagens no exterior” (DINGES, 2005, p. 192-193).

Além das instituições de inteligência militar que compunham o núcleo duro da organização repressiva chilena, através do Departamento do Exterior, Contreras também logrou a criação de uma rede de civis,

membros de grupos direitistas da Europa e dos Estados Unidos, que contribuiu com espionagem, execuções e propaganda, facilitando a expansão da Dina para além do Cone Sul (DINGES, 2005, p. 193-194). Dentre esses grupos e indivíduos, destacam-se: a *Vanguardia Nazionale*, organização neonazista italiana, chefiada por Stefano Della Chiaie; o príncipe Junio Valerio Borghese, oficial naval do regime de Mussolini; o Movimento Nacionalista Cubano, que visava combater grupos afins a Fidel Castro fora de Cuba; além de dois grupos não-identificados da direita alemã. A Dina contou, ainda, com a contribuição da agência de inteligência da Alemanha Ocidental, o BND (*Bundesnachrichtendienst*) (DINGES, 2005, p. 192-203).

4.1.2 O nascimento da Operação Condor

Conforme mencionamos anteriormente, o sistema repressivo Condor nasceu alguns anos antes de sua oficialização, consubstanciado num conjunto de iniciativas que partiam primeiramente do governo chileno, numa espécie de mão-única, promovido pelo chefe da polícia secreta de Pinochet, Manuel Contreras. A tentativa de assassinato de Bernardo Leighton demonstra a extensão que as operações da Dina já haviam adquirido, ao executar ações em território europeu.

Em 26 de novembro de 1975, iniciou-se o evento que seria responsável pela formalização da Operação Condor. O Primeiro Encontro Interamericano de Inteligência Nacional foi organizado e custeado pela Dina, nas dependências da Academia de Guerra, em Santiago do Chile. O objetivo consistia em reunir os sistemas de inteligência do Cone Sul para discutir as atividades “subversivas” da JCR, que, segundo o Chile, vinham ganhando proporções internacionais. Reuniram-se delegações de oficiais dos diferentes ramos das Forças Armadas, vindas do Paraguai, da Bolívia, da Argentina, do Chile e do Uruguai. Segundo Dinges, o Brasil enviou apenas uma delegação de observadores, cujos nomes não são informados pelas fontes consultadas pelo autor (DINGES, 2005, p. 180-181).

Conforme é apresentado por ele,

[...] documentos, inclusive um relatório da CIA datado de 26 de novembro, [...] fornecem um quadro atual de como as agências de Inteligência percebiam os inimigos, quando lançaram a Operação Condor para combatê-los internacionalmente.

Os documentos confirmam que as forças de segurança tinham informações amplas e elaboradas sobre a estratégia militar da JCR. (DINGES, 2005, p. 181).

Essas informações sobre as atividades da JCR, do MIR e de outros grupos considerados esquerdistas, basicamente colhidas a partir das investidas da Dina em operações que antecederam o encontro, foram socializadas entre os representantes das respectivas nações. Sob o discurso de que “A subversão tem desenvolvido uma estrutura de liderança que é intercontinental, continental, regional e sub-regional [...]”,²⁰ foi criada a Operação Condor. A resolução final foi assinada no último dia do encontro, em 1º de dezembro, pelos cinco países presentes (DINGES, 2005, p. 183-185), sendo que o Brasil passou a participar efetivamente somente após o golpe de Estado na Argentina, em 1976.

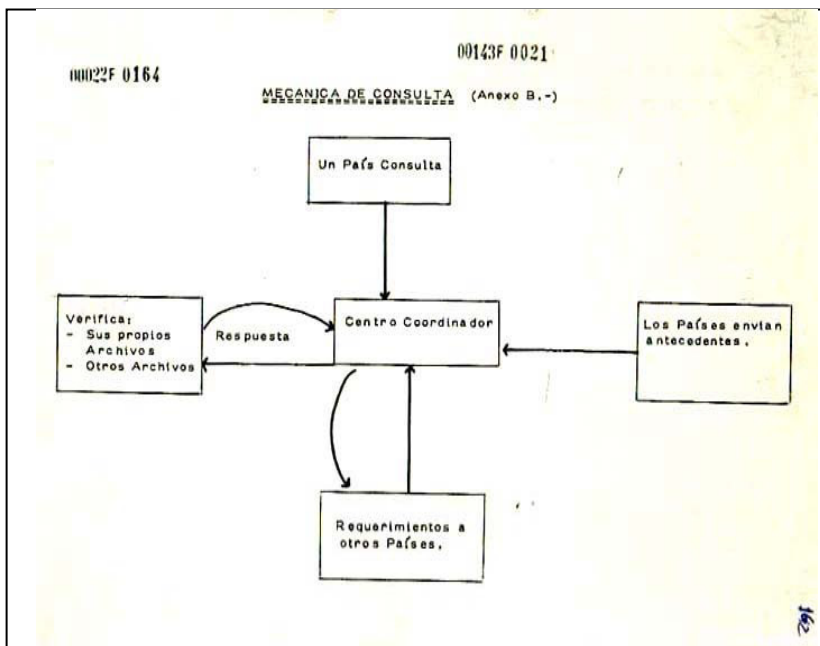
Como o próprio nome acusa, a Operação Condor (ou Sistema Condor) foi uma organização de caráter *operacional*, sob a liderança geopolítica de Pinochet. Sua metodologia de execução consistia em, basicamente, três fases: a primeira resumia-se na construção de um banco de informação/dados sobre pessoas e organizações ligadas ao que era considerado como “subversão”; a segunda e a terceira fases consistiam na etapa operacional, com atividades secretas de seqüestro, assassinato e desaparecimento das vítimas (DINGES, 2005, p. 245-246).

As características mais abertas do Condor, descritas nos documentos de sua fundação e sabidas pelos governantes de outras nacionalidades, faziam alusão apenas à primeira fase. Ou seja, referiam-se somente ao estabelecimento de um banco de dados central para o qual todos os países-membros forneceriam informações. Esse banco de dados localizava-se na sede do Centro Coordenador, no Chile, denominado Condor Um, e objetivava reunir e centralizar em um mesmo lugar as melhores informações de cada nação-membro, e também de não-membros, sobre “as pessoas [...] organizações e outras atividades direta ou indiretamente ligadas à subversão”.²¹ O organograma abaixo nos fornece um esboço do funcionamento do centro de informações:

²⁰ Agenda do Condor. “Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional”: Arquivo Paraguai 22:0155-0165. In: DINGES, 2005, p. 183.

²¹ Documentos desclassificados pela CIA, DIA e do Departamento do Estado. In: DINGES, 2005, p. 185.

FIGURA 01



Organograma do funcionamento da fase Um da Operação Condor
 Fonte: Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos - Paraguai

Como se pode observar, o retângulo central representa o Centro Coordenador, tarefa exercida pelo Chile, responsável pela concentração das informações, enquanto os demais membros, representados pelos outros retângulos, realizavam consultas e contribuíam com mais informações para a atualização do sistema. Não sendo suficiente o intercâmbio de informações entre os países do Cone Sul, o Sistema Condor também exigia que seus membros utilizassem suas conexões com as agências de informação de fora da América Latina para incrementar ainda mais a base de informações.

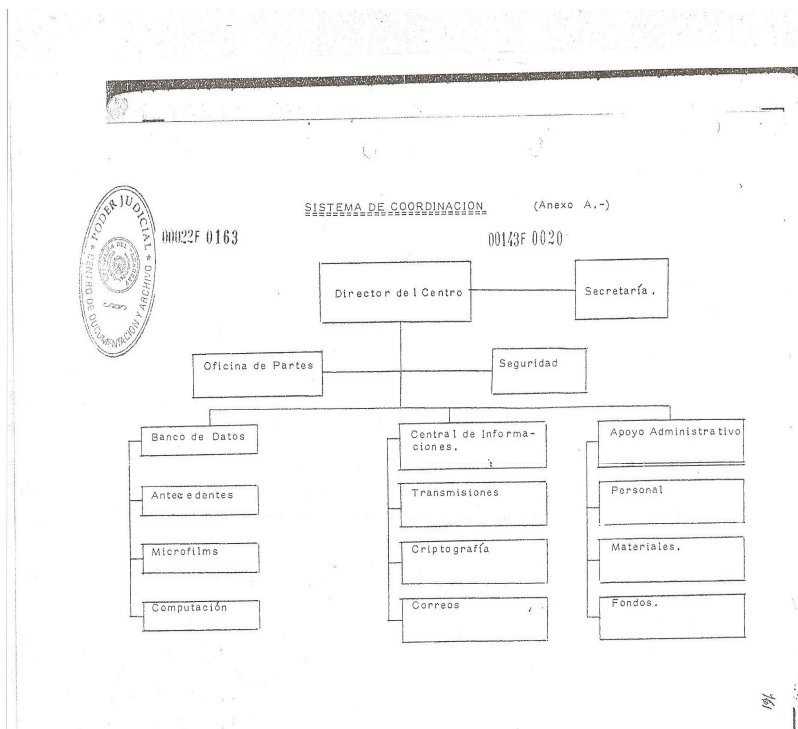
No entanto, um banco de dados só seria eficiente se também contasse com um sistema de comunicação que permitisse agilidade e rapidez no fornecimento das informações. O que se tornaria possível graças ao patrocínio da CIA, que forneceu computadores e treinamento aos países-membros, além de um moderno sistema de comunicação para

a época: o telex e uma rede de rádio continental, que tinha seu transmissor central localizado na Zona do Canal do Panamá (DINGES, 2005, p. 186-188). Assim, era possível um contato rápido entre os membros à medida que os opositores e seus aliados se moviam de país em país.

Além da base de dados, o funcionamento da fase Um do Condor também dependia do seguinte esquema: “[...] o serviço de cada país teria pelo menos um funcionário da Inteligência de cada um dos outros países permanentemente postado e trabalhando junto com o serviço local”. Sendo que “[...] cada país tinha o direito e a obrigação de fornecer uma ‘equipe técnica’ para integrar o Centro Coordenador, o quartel-general e o banco de dados no Chile. O pessoal de outros países que ali trabalhava possuía imunidade diplomática”. (DINGES, 2005, p. 190). Dessa forma, o Condor criou uma elaborada infra-estrutura de inteligência multilateral, centralizada no Chile, com filiais em cada país integrante.

Abaixo reproduzimos um documento que materializa a estrutura de funcionamento interno da Operação Condor descrita acima, apresentando as demais repartições componentes. O esquema foi proposto no encontro em que se oficializou a Operação Condor, em 1975:

FIGURA 02



Sistema de Coordenação da Operação Condor
 Fonte: Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos - Paraguai

Conforme podemos observar, o sistema de coordenação da Operação Condor estava organizado de forma hierárquica, estando todos os setores sob responsabilidade da “Direção Central”, localizada no Chile. Logo após a Direção estão a *Oficina de Partes* ou “Escritório das Partes” e a *Seguridad* ou “Segurança” (tradução nossa). Como base nas informações anteriormente apresentadas, entendemos a *Oficina* como o setor onde se localizavam as diferentes repartições que representavam os países-membros do Condor, enquanto a “Segurança” corresponderia aos grupos encarregados pela execução das operações. O Banco de Dados estava organizado em diferentes setores: antecedentes, microfilmes e computadores; a Central de informação, subdividida em: transmissões,

criptografia e correios; e Apoio Administrativo, em: pessoal, material e fundos.

No que tange à etapa operacional, as áreas de atuação do Condor incluíam a América Latina, durante a fase Dois, e os Estados Unidos e a Europa, na fase Três. Nos seus primeiros meses de existência formal, o objetivo inicial foi eliminar os “subversivos” que residiam em território latinoamericano. Portanto, deu-se prioridade à segunda fase, com especial concentração das operações na Argentina, que em 1975 ainda vivia sob a égide de um governo de estruturas supostamente democráticas – situação que se inverteria no ano seguinte –, convertendo-se, por esse motivo, no refúgio mais seguro para os opositores das ditaduras de todo Cone Sul. Consoante Dinges, a Operação Condor não somente atuou no interior do país realizando a “limpeza política”, como contribuiu diretamente para que fosse deflagrado o golpe de Estado argentino (DINGES, 2005, p. 205-206). É importante lembrar que, conforme o autor, no encontro fundador do Condor, “O acordo [...] foi muito provavelmente firmado às escondidas do governo de Isabel Perón”. (DINGES, 2005, p. 204).

Após o golpe na Argentina, os membros da operação tiveram seu segundo encontro durante a Conferência dos Exércitos Americanos, patrocinada pelos Estados Unidos em junho de 1976, em Santiago do Chile (DINGES, 2005, p. 189). Nesta, as forças de segurança avaliaram que as fases Um e Dois estavam funcionando perfeitamente, e que já haviam eliminado boa parte da liderança política e da infra-estrutura da JCR em território chileno, boliviano, uruguaio e argentino. Tal conclusão levou militares de alguns países a concordarem em expandir as “garras” do Condor, então, para além das fronteiras da América Latina, dando prosseguimento às operações na fase Três (DINGES, 2005, p. 245-246).

Dinges avalia que,

Mais do que uma guerra de tropas irregulares extinguindo levantes ocasionais de guerrilha, o eixo do Cone Sul estava equipado para projetar seu poder no exterior, para criar uma “capacidade extraterritorial”. As forças então unidas a fim de preservar o “modo de vida ocidental” [...] estavam preparadas para ir até as capitais européias e norte-americanas com a o objetivo de extirpar as células subversivas que aqueles governos, suavizados pela democracia, não se mostravam dispostos a erradicar. (DINGES, 2005, p. 191).

Abaixo, o longo trecho citado descreve como se daria a atuação da operação fora do território latinoamericano:

Uma terceira fase muito secreta da “Operação Condor” envolve a formação de equipes especiais dos países-membros, que devem viajar a qualquer país não-membro do mundo, a fim de executar sanções que chegam até o assassinato de terroristas ou defensores de organizações terroristas de países-membros da “Operação Condor”. Por exemplo, se um terrorista ou um defensor de uma organização terrorista de um país-membro da “Operação Condor” fosse localizado num país europeu, uma equipe especial da “Operação Condor” seria despachada para localizar e vigiar o alvo. Quando a operação de localização e vigilância terminasse, seria despachada uma segunda equipe da “Operação Condor” para executar a real sanção [assassinato] contra o alvo. Equipes especiais emitiriam documentação falsa de países-membros da “Operação Condor”, e poderiam ser compostas exclusivamente de indivíduos de uma nação-membro [...] ou de um grupo misto de várias nações-membros da “Operação Condor”.²² (DINGES, 2005, p. 288).

Deste modo, o terrorismo, enquanto política de Estado coordenada entre diferentes governos, foi expandido para além das fronteiras territoriais e políticas do Cone Sul. A formação de um grupo de extermínio com liberdade para atuar em qualquer país europeu, por exemplo, demonstrava que não havia lugar seguro para aqueles que discordavam dos ideais dos regimes civil-militares. O exílio, já inócuo entre os países da América do Sul, também não era mais seguro na Europa.

O caso mais notório, e que deu visibilidade à terceira fase da operação, diz respeito ao assassinato de Orlando Letelier, ex-ministro de Estado no governo de Salvador Allende. Letelier foi executado em Washington, onde estava exilado, por meio da detonação de uma bomba, em junho de 1976 – duas semanas após o segundo encontro do Condor. A trama do atentado envolveu agentes da Argentina, do

²² Entrevista do autor com Robert Scherrer, em 1979.

Paraguai, do Chile e do Uruguai, membros do Condor, e também agentes não-membros, dentre eles o estadunidense Michael Towley e exilados cubanos, antigos colaboradores da Dina (DINGES, 2005, p. 264-293). Dinges salienta que a inteligência dos Estados Unidos tinha conhecimento sobre os planos de assassinato em seu território nacional. No entanto, não interferiu. A execução em Washington expôs a aliança clandestina da operação Condor em nível internacional, deixando em estado de alerta os grupos defensores dos direitos humanos e países que não concordavam com as ditaduras da América Latina (DINGES, 2005, p. 292-293).

Outros dois planos de execução do Condor em território europeu foram cogitados – em Paris e Lisboa –, mas foram abortados devido a vazamento de informação. Segundo Dinges, “O Brasil, [tinha] reservas sobre o plano [Operação Paris]” e por isso “acabou recuando, ao decidir que sua participação no Condor seria limitada a operações dentro da América Latina” (DINGES, 2005, p. 322).

A repercussão do caso Letelier somada ao vazamento de informação dos Planos Paris e Lisboa soaram como investidas mal-sucedidas. A fase Três do Condor foi perdendo força e, ao final de 1976, já estava desmantelada (DINGES, 2005, p. 322-327). No entanto, a operação seguiria atuando no interior da América Latina, executando a fase Dois, com mais força na Argentina. Em 1978, Peru e Equador também se integraram ao Condor (DINGES, 2005, p. 329). O número de vítimas cresceria nos anos seguintes.

Uma operação conjunta entre Peru e Argentina, em julho de 1980, que terminou com a execução de uma *montonera*²³ em Madrid, Espanha, expôs novamente o Condor no cenário internacional, despertando mais uma vez a atenção de organizações dos direitos humanos. Ao que tudo indica, este foi o último episódio de cooperação entre países com a marca da operação. No entanto, antes, em 1978, o Chile já havia deixado de cooperar com os argentinos. Contreras já não era mais o chefe da Dina, dissolvida por Pinochet em 1977, nem líder da aliança repressiva (DINGES, 2005, p. 335). Nos anos 1980, as ditaduras foram sendo substituídas paulatinamente pela abertura democrática, e a Operação Condor foi perdendo força. Cabe salientar que nenhum dos documentos que tivemos acesso ou das outras pesquisas que também

²³ Expressão utilizada para se referir aos integrantes do sexo feminino da organização político-militar argentina denominada Montoneros, caracterizada por empreender a guerrilha urbana no país.

versam sobre a temática, até aqui consultadas, referem-se a uma data oficial para o fim da Operação Condor.

Stella Calloni, no livro *Los Años Del Lobo*, menciona o assassinato de Eugenio Berríos como um indício do retorno das atividades do Condor. Berríos foi ex-agente chileno da Dina. Desapareceu em maio 1991, no Chile, quando teve a prisão decretada por envolvimento no assassinato de Orlando Letelier – seu testemunho era considerado uma importante prova para incriminar o general Augusto Pinochet e Manuel Contreras. Sua ossada foi encontrada em meio às dunas de um balneário perto de Montevidéo, em 1995. A perícia constatou que a execução ocorrera entre fins de 1993 e 1994. Em 1996 a imprensa uruguaia publicou um documento das Forças Armadas chilenas, no qual se confirma que Berríos foi seqüestrado e escondido no Uruguai. A operação foi chamada “Pacto Condor Sul”, e contou com a coordenação clandestina entre militares chilenos e uruguaiois (CALLONI, 1999, p. 200-202).

Para Calloni, o ressurgimento da Operação Condor em 1991, pode ter deslocado o foco da mesma, antes no combate à oposição política, para o estabelecimento de relações de cumplicidade entre os membros-Condor, de modo a proteger seus antigos agentes de processos judiciais. No entanto, esta é apenas uma hipótese.

4.2 BRASIL, UMA SUCURSAL DO TERROR: A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO NA OPERAÇÃO CONDOR

Conforme exposto no capítulo dois, com o golpe de 1964 o Brasil foi um dos primeiros países a decretar um regime civil-militar, adotando rigidamente os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional. No entanto, faz-se importante lembrar que, instaurada a ditadura, o governo brasileiro também foi pioneiro na coordenação internacional da luta anticomunista na América Latina.

Inicialmente, podemos citar a interferência exercida no cenário político da Bolívia, contribuindo diretamente para o golpe de Estado de Hugo Banzer, em 1971. Segundo notícias publicadas no Instituto Humanitas, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), o Brasil forneceu apoio logístico aos opositores do então presidente Juan José Torres, através de “[...] dinheiro, aviões, armas e até mercenários e permissão para instalar áreas de treinamento em território brasileiro perto da fronteira”. (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS).

Já em 1971, o Exército brasileiro se preparou para intervir no Uruguai, no caso de vitória da Frente Ampla, de esquerda, no processo

eleitoral. Mesmo com a vitória dos conservadores, os militares – dentre os quais se destacamos a presença de Sergio Fleury, da Divisão da Ordem Política e Social de São Paulo (Dops) –, permaneceram em território uruguaio para dar assistência à formação do órgão repressivo daquele país, o Serviço de Inteligência da Defesa (SID). Em 1973, o Brasil seria um dos primeiros países a apoiar o golpe que instauraria a ditadura uruguaia de fato (PADRÓS. 2005).

O Brasil também teve participação especial junto aos Estados Unidos na preparação do golpe chileno, em 1973. Segundo a notícia reproduzida pelo Instituto Humanitas, para o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, o Brasil enviou ao Chile “[...] recursos financeiros arrecadados entre empresários brasileiros e, entre 1972 e 1973, vários carregamentos de armas e munições”. (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS). Ou seja, tendo em vista que a ditadura de Pinochet foi a precursora das ações que posteriormente caracterizaram a Operação Condor, podemos inferir que o patrocínio do empresariado brasileiro fornecido ao golpe chileno também contribuiu, mesmo que indiretamente, para o surgimento da Operação Condor, catalisando o processo que a originou.

Esses três casos citados são exemplos de que, sob a justificativa de uma possível desestabilização desses países, o Brasil poderia intervir para salvaguardar as barreiras ideológicas da região, na luta contra o comunismo. Esses foram os primeiros passos do país em direção à Operação Condor, no sentido de que as jurisdições nacionais dos diferentes Estados do Cone Sul não se apresentassem como barreiras diante do combate à oposição, que poderia se organizar a partir do exílio e constituir-se em nova ameaça à ditadura brasileira e à “ordem nacional”.

No que tange à participação efetiva do governo brasileiro na Operação Condor, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Dinges concorda que João Baptista Figueiredo – então chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), à época da oficialização da operação – era o “homem-Condor” no Brasil:

Folha - Como o Brasil pode ajudar a compreender melhor a operação?

Dinges - A pessoa chave é João Baptista Figueiredo.

Folha - Ele foi o ‘homem Condor’ no Brasil?

Dinges - Sim. Confirmei isso depois que a versão em inglês do meu livro já tinha saído, e adicionei

a informação posteriormente. Essa é uma nova informação sobre Figueiredo. Descobri que o convite para a reunião de fundação da Operação Condor foi entregue diretamente a ele.

Folha - Você quer dizer a reunião em 1975, em Santiago?

Dinges - Exatamente. (COLOMBO; MARREIRO, 2005).

O entrevistado ainda acrescenta que, embora o convite tenha sido enviado diretamente a Figueiredo, um grupo de observadores foi recrutado para comparecer ao primeiro encontro do Condor. O Brasil somente oficializou sua integração à operação em junho de 1976, à época do segundo encontro dos países-membros, mas não apoiava operações fora da América Latina, conforme afirma Dinges em entrevista:

É muito interessante, ao analisar os documentos americanos sobre o Brasil, que o país sempre aparece como relutante, negando-se mesmo a participar das operações do Condor fora da América Latina. É possível afirmar que o Brasil participava do Condor em suas fases um e dois. Mas está claro que ficou de fora da fase três. (COLOMBO; MARREIRO, 2005; DINGES, 2005, p. 322).

Na mesma entrevista, o autor também concorda que o fato de não apoiar a fase Três do Condor possa ter levado o Brasil a atuar como um agente duplo, informando à CIA os planos de operação fora da América Latina. Um dos entrevistados de Dinges, membro da daquela agência, também suspeita que o país fosse responsável pelo repasse de informações à inteligência estadunidense. Entretanto, não há documentos que indiquem se foi o próprio Figueiredo o responsável pelo vazamento de informações (COLOMBO; MARREIRO, 2005).

Dentre as vítimas do Condor Seis,²⁴ na obra *As garras do Condor*, Nilson Mariano cita o desaparecimento de seis argentinos em território brasileiro. O primeiro caso é de Enrique Nestor Ruggia,

²⁴ Código utilizado pelas organizações-membros para comunicarem-se umas com as outras, através do sistema telex: Condor Um (Chile, sede do Condor), Condor Dois (Argentina), Condor Três (Uruguai), Condor Quatro (Paraguai), Condor Cinco (Bolívia), Condor Seis (Brasil). O Equador e Peru, que se juntaram à organização anos mais tarde, seriam Condor Sete e Oito, respectivamente. (DINGES, 2005, p. 187).

estudante universitário de dezoito anos que desapareceu na cidade de Medianeira, Paraná, entre 08 e 11 de julho de 1974. Ruggia tentava atravessar a tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, por Foz do Iguaçu, na companhia de membros do grupo guerrilheiro Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O grupo pretendia matar o delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS de São Paulo. Não há informações que detalhem o número de pessoas que integravam o grupo. Especula-se que Enrique Ruggia, Onofre Pinto, os irmãos Joel e Daniel de Carvalho e os demais tenham sido fuzilados por um grupo antiguerrilheiro do Centro de Informações do Exército (CIEEx), liderado por Paulo Magalhães (MARIANO, 2003, p. 67-70).

Norberto Armando Habegger, jornalista, foi a segunda vítima, após ser detido por oficiais que falavam espanhol nos primeiros dias de agosto de 1978, num hotel no Rio de Janeiro. Norberto havia saído do México, onde sua família estava exilada, com destino ao Brasil para se encontrar com exilados argentinos. Segundo Mariano, ele foi trasladado para Buenos Aires, provavelmente para o *Campo de Mayo*,²⁵ e desapareceu (MARIANO, 2003, p. 70-71).

O terceiro seqüestro envolveu dois argentinos, em 12 de março de 1980, Horácio Domingos Campiglia e Monica Susana Pinus de Binstock, estudantes de sociologia. Os dois líderes *montoneros* haviam saído do Panamá para o México, onde tomaram um vôo para o Brasil, no intuito de se juntarem a um grupo de exilados argentinos no Rio de Janeiro (MARIANO, 2003, p. 71-74). No que se refere a esse caso, Dinges acrescenta que as vítimas eram membros da “Tropa de Infantaria Especial” (TEI).²⁶ Abaixo, reproduzimos um trecho da fonte citada por Dinges sobre os procedimentos que viabilizaram o seqüestro:

A Inteligência militar argentina [601] entrou em contato com seus colegas da Inteligência militar brasileira para obter a permissão de realizar uma operação no Rio a fim de capturar dois *montoneros* que chegavam do México. Os brasileiros deram a permissão, e uma equipe especial de argentinos seguiu para o Rio a bordo de um C130 da Força Aérea argentina. Os dois *montoneros* foram capturados vivos e retornaram

²⁵ Centro clandestino de detenção dos considerados subversivos políticos, localizado na cidade de Buenos Aires, Argentina.

²⁶ A TEI era formada por um grupo de exilados, liderados pelo *montonero* Mario Firmenich, treinados nos países árabes e organizados clandestinamente para retomar a resistência contra os militares na Argentina. (DINGES, 2005, p. 332).

para a Argentina a bordo do C130. (DINGES, 2005, p. 332).

Em seguida, os agentes do Batalhão 601, argentino, teriam criado informações falsas para acobertar o seqüestro. Na versão oficial, as vítimas teriam se hospedado num hotel no Rio de Janeiro, pago a conta e partido do Brasil num outro vôo. Segundo Dinges, os líderes dos *montoneros* teriam sido levados para uma prisão secreta do Exército no *Campo de Mayo*, em Buenos Aires.

A lista de Mariano com seis argentinos seqüestrados em solo brasileiro se encerra em 26 de junho de 1980, quando o padre Jorge Oscar Adur e o estudante universitário Lorenzo Ismael Viñas foram detidos em ônibus diferentes, cruzando a fronteira entre Paso de los Libres e Uruguaiana (DINGES, 2005, p. 333). Ambos eram ligados ao grupo guerrilheiro *Montoneros* e viajavam com documentação falsa. Mariano acredita que as vítimas tenham sido enviadas para a Argentina, baseado no depoimento de uma presa política, que diz ter encontrado Lorenzo nas dependências do Batalhão 601, e suspeitava ter visto também o padre Adur (MARIANO, 2003, p. 74-78).

Brasileiros também foram seqüestrados em território argentino entre 1973 e 1980. Entre as vítimas podemos citar Edmur Péricles de Carvalho, membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e atuante em grupos guerrilheiros como VPR e ALN (Aliança Libertadora Nacional). Foi banido para o Chile e depois migrou para Argentina, onde desapareceu em dezembro de 1973.

Na mesma data, a Operação Condor – embora ainda não oficializada – também projetou sua sombra sobre Santa Catarina ao capturar o catarinense João Batista Rita, militante do M3-G (Organização Marx, Mao, Marighella e Guevara). Junto a ele, a polícia brasileira, comandada pelo delegado Fleury, também capturou o Major Joaquim Pires Cerveira, da Frente de Libertação Nacional (FLN). João Batista e Cerveira teriam sido seqüestrados em Buenos Aires e transportados para o DOI-CODI do Rio de Janeiro, e nunca mais vistos. Também se somam à lista de desaparecidos: Sidney Fix Marques dos Santos, militante do Partido Operário Revolucionário Trotskysta (Port), desaparecido desde fevereiro de 1976; e Francisco Tenório Júnior, pianista que acompanhava Vinícius de Moraes e Toquinho em uma excursão, desaparecido a partir de março de 1976. Após o golpe de Estado argentino, a cooperação entre Brasil e Argentina foi intensificada, fazendo mais vítimas: Sérgio Fernando Tula, Maria Regina Marcondes Pinto e Jorge Alberto Basso desapareceram em abril

de 1976; Wálter Kenneth Nelson Fleury foi seqüestrado em agosto de 1976; Roberto Rascardo Rodrigues sumiu em fevereiro de 1977 e Luís Renato do Lago Faria foi seqüestrado em fevereiro de 1980. Todos residiam em Buenos Aires (MARIANO, 2003, p. 79-83).

Mariano registra também o desaparecimento do gaúcho Luiz Renato Pires de Almeida, em setembro de 1970, na região de Mapiiri, Bolívia. Ele era integrante do Exército de Libertação Nacional (ELN), organização da qual participou Che Guevara, antes de ser assassinado em 1967, que vinha sendo reorganizada para enfrentar a repressão boliviana (MARIANO, 2003, p. 89).

Em 1978, agentes do Dops de Porto Alegre ajudaram a repressão uruguaia a montar uma operação em território brasileiro. O objetivo era seqüestrar os membros da PVP (*Partido por La Victoria del Pueblo*) Universindo Diaz e Lilian Celiberti, com seus dois filhos, todos exilados na capital gaúcha. Conforme descreve Mariano, os militares uruguaios foram recepcionados pelos agentes gaúchos na fronteira do Chuí: “Entraram no Rio Grande do Sul os capitães Eduardo Ferro e Glauco Yannone. Em 12 de novembro de 1978, com o apoio da equipe do delegado do Dops gaúcho, Pedro Seelig”. As vítimas foram levadas inicialmente para o interior do Dops, onde foram interrogadas também por oficiais militares brasileiros. Posteriormente, foram levados para o Uruguai, onde ficaram presos por cinco anos. As crianças foram entregues à avó materna. O caso foi denunciado por dois jornalistas brasileiros, Luís Cláudio Cunha e João Batista Scalco, e ganhou repercussão internacional (MARIANO, 2003, p. 149-150).

No entanto, o início da cooperação entre Brasil e Uruguai data de antes do golpe no país oriental. Em 1969, oficiais de Porto Alegre viajaram a Montevideu em busca de “subversivos” brasileiros que foram buscar refúgio político no país vizinho. Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez e Euclides Garcia Paes, ambos estudantes, foram capturados pela polícia do Uruguai a serviço das autoridades gaúchas. O plano era extraditá-los para o Brasil. No entanto, a estratégia foi descoberta pela imprensa, que pressionou as autoridades daquele país a favor da libertação dos estudantes (MARIANO, 2003, p. 152).

A repressão brasileira também atuou no Chile, fazendo pelo menos sete vítimas. Segundo Mariano, a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação informou que “[...] agentes da repressão falando português atuaram no Estádio Nacional de Santiago, interrogando e torturando”. (MARIANO, 2003, p. 188). Transformado em campo de concentração por Pinochet, o Estádio Nacional abrigou também brasileiros. Entre as vítimas estão: Vânio José de Matos, membro da

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que morreu por falta de assistência médica no local; e Luiz Carlos Almeida, integrante do Partido Operário Comunista (POC), interrogado por oficiais cariocas e em seguida fuzilado às margens do Rio Mapocho (MARIANO, 2003).

Túlio Roberto Cardoso Quintiliano e esposa foram detidos em casa, em setembro de 1973, e levados para a Escola Militar. Narcisa Beatriz Verri Whitakeer foi libertada e Túlio, fuzilado. Segundo Mariano, dois dias depois, soldados da aeronáutica chilena prenderam Nelson de Souza Kohl. Hoje seu nome consta na lista dos desaparecidos. Em dezembro do mesmo ano, Jane Vanine, membro do MIR, foi morta com um tiro na cabeça (MARIANO, 2003, p. 189).

Os dois últimos casos de brasileiros desaparecidos em território chileno ocorreram antes do golpe, por isso não são reconhecidos oficialmente: Nilton Rosa da Silva foi executado um dia antes do golpe de Pinochet, e Antenor Machado dos Santos morreu durante uma manifestação de apoio a Allende (MARIANO, 2003, p. 190).

Outra vítima das “garras” do Condor foi o paraguaio Remigio Giménez Gamarra, preso em dezembro de 1978 pela Polícia Federal brasileira, em Foz do Iguaçu. Foi trasladado ao Paraguai, onde ficou preso até a queda de Stroessner, em 1989 (MARIANO, 2003, p. 233). No entanto, Gamarra foi apenas uma dentre inúmeras vítimas da cooperação entre a repressão brasileira e a paraguaia, que, além da troca de prisioneiros e de informações sobre espionagem, também incluía reuniões entre os serviços secretos e a realização de operações conjuntas. Mariano cita quatro conferências bilaterais, das quais se sabe que a terceira ocorreu em Brasília, entre 04 e 09 de novembro de 1974, e a quarta, em Assunção, entre 03 e 07 de maio de 1976. Esta última versava sobre “Atividades subversivas internas e suas conexões com o Exterior”. Um aspecto interessante é que, segundo Mariano, o então presidente do Serviço Nacional de Informações (SNI), general João Baptista Figueiredo, era convidado constantemente para palestrar e instruir oficiais paraguaios (MARIANO, 2003, p. 246).

A hidrelétrica Itaipu Binacional, construída em parceria por Brasil e Paraguai em 1973, também desempenhou um importante papel na conexão Condor. Segundo Aluísio Palmar, a Assessoria Especial de Segurança e Informações (ASESI) – órgão federal que visava contribuir para a administração pública – atuava no interior da binacional emitindo relatórios que eram compartilhados entre os demais países da operação. Havia uma estrutura similar de espionagem atuante em terras paraguaias. Palmar teve acesso aos documentos da Polícia Federal de Foz do Iguaçu que comprovam a “[...] participação dos militares que

operavam no Centro de Informações do Exército (Ciex) e na Assessoria Especial de Informações de Itaipu, no seqüestro e morte de Agostín Goiburú”, médico paraguaio dirigente do Movimento Popular Colorado (Mocopo) (PALMAR, 2008).

Em 1974, quatro militantes paraguaios foram seqüestrados em Foz do Iguaçu. Uma das vítimas identificou pelo menos seis militares brasileiros do SNI envolvidos na operação. Os militantes foram libertados um mês depois, após permanecerem presos na Polícia Federal da cidade. Militares paraguaios também contribuíram na busca de exilados brasileiros: Sidney Gonçalves foi preso na década de 1970; a antropóloga brasileira Noemi Martines também estava sendo procurada, acusada de promover propaganda comunista em território paraguaio (MARIANO, 2003, p. 247).

Não obstante, segundo Caroline Bauer, as mortes dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart e do ex-deputado Carlos Lamarca também “[...] assemelham-se aos atentados realizados pela Operação Condor para o assassinato de políticos e outras personalidades opositoras às ditaduras do Cone Sul”. (BAUER, 2010, p. 241). Os três eram integrantes da Frente Ampla, movimento de oposição à ditadura, e morreram em situações mal esclarecidas. Bauer infere que eles podem ser sido vítimas de uma “[...] operação código doze [que] refere-se a um atentado do tipo ‘acidente’” (20-C-43 apud BAUER, 2010, p. 242), seguindo a mesma metodologia descrita no telex enviado pelo Serviço Nacional de Informação ao embaixador do Brasil em Portugal, datado de 24 de setembro de 1975 e assinado pelo general João Baptista Figueiredo:

Informo a V. Exa. que, em cumprimento a uma ordem secreta de S. Exa. o presidente da República quem, em uso de suas atribuições e, prévio parecer favorável do CONSUSENA, o CONOPESNI, determino a execução de uma operação código 12, contra os seguintes indivíduos:

- Cândido da Costa Aragão, brasileiro, ex-militar, atualmente domiciliado em Lisboa, e
- Carlos Sá, brasileiro, advogado, também domiciliado em Lisboa.

Os indivíduos acima citados foram considerados "grave risco" para a segurança nacional; (20-C-43 apud BAUER, 2010, p. 242).

No que tange ao caso de Jango, Bauer cita testemunhas cujos depoimentos negam a versão oficial de que Goulart fora vítima de um ataque cardíaco, em 06 de dezembro de 1976, na cidade argentina Mercedes, onde estava exilado. Desde seu primeiro exílio, no Uruguai, Jango foi sistematicamente espionado pela inteligência brasileira, através de seus representantes do Uruguai. Alguns depoimentos afirmam o envolvimento de Sérgio Paranhos Fleury na conexão entre os aparatos repressivos. As investigações mais recentes apontam que Jango foi envenenado, através da adulteração de alguns de seus remédios e, ainda de acordo com Bauer, “[...] existe a informação de que um agente norte-americano – Frederick Latrash – teria sido o responsável pela entrega de substâncias químicas a agentes da repressão uruguaia”. (BAUER, 2010, p. 240-245).

De maneira geral, com a lista de vítimas citadas acima procuramos dar visibilidade ao fato de que indivíduos tiveram suas vidas sob responsabilidade direta do aparato repressivo brasileiro. As autoridades brasileiras contribuíram com o repasse de informações para identificação, localização e seqüestro de pessoas das mais variadas nacionalidades no exílio, bem como permitiram a captura de estrangeiros em território nacional, conforme podemos observar em seguida:

A.-Información provenientes del Brasil indican que estarían formando una Organización compuesta por Brasileños, Argentinos Paraguayos y Cubanos, llamada “Frente Unido Amplio” (FUE). El objeto principal del FUE, sería El de realizar un movimiento simultáneo contra los Gobiernos Del Brasil, Argentina y Paraguay, para eliminar mediante asesinatos a personalidades importantes de esos países [...]. El movimiento en lo referente al brasil sería coordinado por Paulo Melo, contando con la participación de Jeferson Cardin Osorio, ex-Oficial del Ejército Brasileño y del Ex-Almirante Candido Aragao. Este grupo habría efectuado ligaciones con el grupo Terrorista de Carlos Marighela; con el objeto de coordinar sus acciones y actuar simultáneamente.

B. En el transcurso de las diligencias realizadas para investigar las actividades de elementos subversivos y actos de terrorismo practicados en el país, habría sido descubierto en Foz Iguazú, la existencia de una Cuadrilla de elementos paraguayos. (DOC 54, [1992], p. 2).

O trecho acima foi retirado de uma correspondência paraguaia entre o Ministério do Interior e diretor da Secretaria Nacional de Assuntos Técnicos, datada de 17 de junho de 1969. Nele, o governo brasileiro repassa informações sobre uma nova organização supostamente subversiva, composta por paraguaios, brasileiros e argentinos, ao mesmo tempo em que comunica a descoberta de uma quadrilha de paraguaios em Foz do Iguaçu, cidade paranaense. Considerando a categorização de Dinges (2005), entendemos este documento como sendo um exemplo da atividade do Brasil dentro da fase Um do esquema Condor.

Em linhas gerais – a partir das fontes que nos permitiram identificar os casos envolvendo o Brasil nas atividades do Condor – entendemos que o governo brasileiro teve uma participação mais modesta no “manejo das garras do Condor”, se comparado ao exemplo do Chile. No entanto, ele não deixou de participar. O regime civil-ditatorial contribuiu mobilizando amplos setores da estrutura estatal, em especial as instituições com função de vigília e repressão, atuantes dentro e fora das fronteiras nacionais. Dentre elas podemos citar: o Serviço Nacional de Informação (SNI); o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), vinculado ao Ministério do Exterior, que tinha a especial função de espionar os brasileiros exilados; as Divisões de Segurança e Informação (DSIs) nas embaixadas brasileiras no exterior; o Comando Operacional do Serviço Nacional de Informações (COPEsNI), responsável por executar operações além das fronteiras; o Centro de Informações do Exército (CIE); o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA); o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); e os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) (BAUER, 2010, p. 231-232).

Dessa forma, e consoante o exposto ao longo do capítulo, o enrijecimento do aparato repressivo brasileiro não afetou somente a população no interior das fronteiras nacionais. O Brasil lançou mão do terror também para capturar aqueles que buscaram asilo nos demais países do Cone Sul, na esperança de escapar da perseguição política. Enquanto membro da Operação Condor, portanto, o país pôde exportar o

terrorismo para o interior de outros Estados latinoamericanos e contou com a solidariedade destes de forma organizada e clandestina para combater a oposição política em toda região.

Em síntese, entendemos que a Operação Condor, expressão máxima da cooperação entre as ditaduras civil-militares do Cone Sul, atuou como importante instrumento para aplicação do terrorismo, a partir da fascistização das estruturas repressivas daqueles Estados, cada qual na sua intensidade. Através de seu caráter operacional para aniquilação física da oposição política, seqüestros, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, a Operação Condor disseminou o terror por toda América Latina, incluso nos Estados Unidos e Europa. Seus objetivos relacionavam-se com a busca pela manutenção da estabilidade política, econômica e social do Cone Sul, de modo a gerar condições para a implementação de novas diretrizes político-econômicas, associadas às necessidades dos países imperialistas. A “limpeza política”, iniciada pelos regimes ditatoriais e intensificada pela Operação Condor, contribuiu para a consolidação do capitalismo dependente e de uma economia subdesenvolvida na América Latina, através da utilização do terror como instrumento para governar os países da região na luta contra-revolucionária.

Dessa forma, o Brasil enquanto “membro-condor” colaborou não somente na coerção das manifestações sociais das mais distintas ordens, entre as décadas de 1960-1980. Mas, sobretudo, auxiliou na readequação do sistema capitalista na América Latina, frente à necessidade de incorporação desta região à dinâmica do mercado internacional, atrelando os interesses dos setores burgueses nacionais conservadores aos da burguesia internacional.

4.3 A ABERTURA DOS ARQUIVOS: UM IMPASSE HISTÓRICO E TEÓRICO

Embora o foco do trabalho esteja na participação do Brasil na Operação Condor, faz-se imprescindível mencionar um ponto que perpassa toda nossa pesquisa. Trata-se do contexto em que se inserem as investigações sobre a temática, marcado pela dificuldade de acesso aos documentos do período em questão. Isto porque, no Brasil, não é permitido o acesso público aos arquivos sobre a ditadura civil-militar. Atualmente, esses arquivos são classificados como sigilosos e ultra-secretos, a serem mantidos sob a tutela do Estado, conforme o disposto pela Lei Federal n.º 8.159, de 08 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991), sob a justificativa de que

São passíveis de classificação como ultra-secretos, dentre outros, dados ou informações referentes à soberania e à integridade territorial nacionais, a planos e operações militares, às relações internacionais do País, a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da defesa nacional e a programas econômicos, cujo conhecimento não-autorizado possa acarretar dano excepcionalmente grave à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 2002).

Acrescente-se que, consoante o art. 7º, inciso I, do referido decreto, está previsto que os documentos ultra-secretos sejam assim classificados por trinta anos, sendo prorrogáveis por mais trinta, indefinidamente. Ou seja, em síntese, o mesmo Estado que antes perpetrava o terror numa ditadura civil-militar, hoje, sob os auspícios de um regime que se propõe democrático, impede legalmente que sua população tenha acesso a outras versões do ocorrido entre 1964 e 1985, em nome da “soberania nacional”.

A partir dos aportes de Sousa, em sua tese de pós-doutoramento *Política de Memória Histórica* (2010), entendemos a importância da abertura dos arquivos nacionais como condição de um país que se propõe democrático, conforme expõe o autor:

[...] o direito à informação pode ser considerado fundamental ao exercício das liberdades públicas e ao desenvolvimento das democracias do mundo. A qualificação política de democracia considerando os valores mais reconhecidos, passa então pela existência ou não da memória histórica como amplo e livre acesso às informações, incluindo as geradas nos conflitos, nas guerras e nas ditaduras. (SOUSA, 2010, p. 6).

Nesse bojo, a memória histórica pode ser sintetizada conceitualmente como “[...] aquela parte do passado que, devido a uma conjuntura concreta, tem capacidade de influir sobre o presente, tanto em sentido positivo [...] como negativo”. (AGUILAR, 2006, p. 35-36 apud SOUSA, 2010, p. 8) Ou seja, ela relaciona-se com o modo pelo qual o passado é reproduzido para as gerações futuras, não apenas como fato pretérito, mas como elemento constituinte do presente e do futuro, numa relação dialógica. Dessa forma, dentre as diferentes dimensões em

que se pode construir uma política para memória histórica, Sousa cita a importância do âmbito escolar – na informação e formação de sujeitos, reproduzindo ou criando uma reflexão crítica sobre os fatos históricos – e da pesquisa, que pode adquirir a função de “[...] subsidiar as orientações que busquem a reflexão crítica da formação das novas gerações”. (SOUSA, 2010, p. 31).

Nesse sentido, entendemos o acesso à informação, por meio da abertura dos arquivos sobre a ditadura civil-militar brasileira, como um elemento ímpar para a construção de uma política para a memória histórica sobre esse período no Brasil. Pois, de acordo com Sousa, não há nenhuma política institucional com esse objetivo, embora haja setores dos movimentos sociais engajados no contraponto, pressionando para que os arquivos nacionais sejam de acesso público (SOUSA, 2010).

O sigilo de tais documentos – em especial os dos órgãos pertencentes às Forças Armadas –, estabelecido através da lei federal anteriormente citada, expressa o silêncio que o Estado brasileiro busca impor à sua população. Tal postura, além de situar-se na contracorrente da luta em prol dos direitos humanos, também deflagra, nas entrelinhas, um posicionamento contrário às políticas de construção de uma memória histórica sobre o período de 1964-1985 potencialmente crítica e reflexiva. Em síntese, se considerarmos o processo de redemocratização como sendo uma transição ainda não concluída, o encarceramento das informações sobre a ditadura, proposto pelo Estado através da Lei n.º 8.159, denota antes uma preocupação com a estabilidade dos interesses e prerrogativas de setores dirigentes, remanescentes do antigo regime, do que real preocupação com a segurança da sociedade e estabilidade da democracia.

Conforme observado por Sousa, o silêncio atua como um obstáculo para a sociedade democrática (SOUSA, 2010, p. 5) e, no caso do Brasil, desvenda as limitações do processo de redemocratização e ruptura com o período ditatorial, expressos na formulação de uma Lei de Anistia, ampla e irrestrita, mas que mantém impunes, até hoje, crimes de lesa-humanidade. Como desdobramentos, tem-se uma sociedade com atores sociais construídos de forma fragmentada e reprodutores de uma ideologia conservadora de valores e aspectos sociais vigentes nas décadas de 1964 e 1985, bem como se verifica a perenidade de um Estado protetor de agentes – militares e civis – que cooperaram com a repressão.

Se considerarmos o envolvimento do governo brasileiro na coordenação clandestina dos aparatos repressivos das ditaduras do Cone Sul, na atuação da Operação Condor, a abertura dos arquivos se

apresenta não somente como responsabilidade do Estado para com sua própria população, mas também como condição para que fatos componentes da história de outros países envolvidos sejam esclarecidos. Basta atentar para a importância do descobrimento dos arquivos paraguaios, hoje acervo do *Centro de Documentación y Archivo para La Defensa de los Derechos Humanos*, que confirmaram a existência da Operação Condor e viabilizaram o julgamento de muitos de seus integrantes – dentre eles Pinochet e Manuel Contreras –, ao passo em que também confirmaram a participação do Brasil na referida articulação terrorista. Desse modo, a democratização do acesso aos arquivos brasileiros impõe-se igualmente como necessidade para que se estabeleçam políticas de memória histórica, processos judiciais contra agentes da repressão e reparações das vítimas das ditaduras dos demais países da América Latina.

Não obstante, tal posicionamento do governo brasileiro representa também um impasse do ponto de vista teórico. Isto porque o acesso livre às fontes estatais permitiria a construção de outras versões sobre o período pós-1964, a partir de registros dos próprios órgãos de repressão do governo. O que acarretaria um potencial aprofundamento das análises e categorias interpretativas já existentes sobre a ditadura civil-militar brasileira, ou a criação de novas, no âmbito da esfera das ciências humanas e sociais. Poder-se-ia estimar com maior precisão os níveis de violência perpetrados pelo aparato estatal contra sua própria população, no que tange ao debate conceitual sobre terrorismo de Estado, por exemplo.

Enfim, entendemos que a abertura dos arquivos nacionais representa uma possibilidade para que se amadureçam questões interdisciplinares, históricas e teóricas, bem como para a superação de tensões nos mais diversos âmbitos da esfera social, enquanto uma das condições de um país que se propõe democrático – a começar pela responsabilização dos agentes públicos que contribuíram para a organização e institucionalização da violência como instrumento de governabilidade, regulamentando uma contínua e sistemática violação dos direitos humanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finda nossa exposição, cabe salientar, antes de tudo, as reais proporções destas considerações, uma vez que não nos foi possível desenvolver uma análise mais aprofundada de nosso objeto de investigação. Isto porque, em primeiro lugar, a temática da Operação Condor conta com poucas referências bibliográficas e fontes documentais com acesso disponível. Em segundo lugar, esta ainda é algo muito recente no debate historiográfico, e possivelmente se apresenta como um objeto inédito no âmbito sociológico. No entanto, sabemos que as limitações dessa e de outras pesquisas que também procuram se aprofundar nos enredos do regime civil-militar brasileiro devem-se à postura do próprio Estado, que mantém uma política de não abertura dos arquivos referentes ao período.

Nesse sentido, enquanto estudo pioneiro, nosso real propósito foi o de contribuir para uma análise crítica da ditadura civil-militar brasileira, tendo em vista sua participação na Operação Condor. Ao mesmo tempo, visamos trazer ao interior das Ciências Sociais o debate em torno da mesma, a qual representou um importante instrumento à viabilização de um conjunto de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais na América Latina por meio da intensificação da repressão e da violência, consubstanciadas na aplicação do terror coordenado entre diferentes Estados do Cone Sul. Nesse caso, o Condor se apresenta como a efetivação de uma aliança de classes, pautada pela manutenção de valores conservadores de setores ultradireitistas da burguesia latinoamericana e internacional.

Tomamos como eixo teórico o terrorismo de Estado, entendendo-o como uma das maneiras pelas quais se manifesta um tipo específico de fascismo, atinente à realidade latinoamericana, para interpretar a exacerbação do aparato repressivo estatal contra a sociedade. Para tanto, além dos desdobramentos circunscritos ao nosso objetivo, realizamos uma contextualização sócio-histórica da ditadura civil-militar brasileira, de modo a considerar aspectos nacionais e internacionais anteriores ao golpe de 1964, com fito de compreendê-la em sua totalidade. Desse modo, ao longo de nossa exposição, abordamos o regime ditatorial brasileiro relacionando-o aos demais do Cone Sul, salientando que a origem destes remonta, antes, às condições estruturais da América Latina, dentre as quais destacamos a formação de uma classe burguesa não-revolucionária e o desenvolvimento de um capitalismo dependente, associado ao capital externo.

Assim sendo, tomamos a Operação Condor como expressão máxima da cooperação entre as ditaduras civil-militares do Cone Sul, atuando como um importante instrumento para aplicação do terrorismo em escala transnacional a partir da fascistização das estruturas repressivas daqueles Estados, cada qual em sua intensidade. A partir de seu caráter operacional de aniquilação da oposição política, o Condor disseminou o terror por toda a América Latina, além dos Estados Unidos e países europeus. Seus objetivos relacionavam-se com a busca pela manutenção da estabilidade política, econômica e social do Cone Sul, de modo a gerar condições à implementação de novas diretrizes político-econômicas, associadas às necessidades dos países imperialistas. A “limpeza política”, iniciada pelos regimes ditatoriais e intensificada pela Operação Condor, contribuiu para a consolidação do capitalismo dependente e de uma economia subdesenvolvida na América Latina.

Procuramos demonstrar que o enrijecimento do aparato repressivo brasileiro não afetou sua população somente no interior de suas fronteiras nacionais. Com a Operação Condor, o governo brasileiro também lançou mão do terror para capturar aqueles que buscavam asilo nos países próximos, como forma de escapar da perseguição política, ao passo em que também contribuiu para a captura de estrangeiros dentro de suas fronteiras nacionais. Enquanto membro-Cordor, portanto, o Brasil pôde exportar o terrorismo de Estado para o interior de outros Estados latinoamericanos, contando com a solidariedade destes, de forma organizada e clandestina, para o combate à oposição política em toda a região.

Em um primeiro momento, as fontes nos permitem afirmar que o Brasil atuou exclusivamente nas fases Um e Dois da Operação Condor: em relação à primeira, contribuiu com intercâmbio de informações desde antes da oficialização da organização; e, no que tange à segunda, os indícios demonstram que as operações envolvendo o aparato repressivo brasileiro concentraram-se no fim dos anos 1970 e início dos 1980.

Todavia, para uma interpretação que visa além dos dados imediatos, o envolvimento da ditadura brasileira na organização clandestina não se restringiu somente à repressão das manifestações sociais das mais distintas ordens. Buscando garantir a estabilidade política, o país colaborou, sobretudo, com a consolidação de um processo mais amplo de transformação social, marcado pela reestruturação do sistema de produção capitalista na América Latina, frente à necessidade de incorporação desta região à dinâmica do

mercado internacional, de modo a atrelar interesses dos setores burgueses nacionais conservadores aos da burguesia internacional.

Nesse sentido, a indagação central que perpassa todo o trabalho concentra-se no real motivo que levou o governo brasileiro a participar da Operação Condor, após sua oficialização em 1975, num período em que já se discutia a reabertura do regime. Contudo, identificar tais motivações se apresenta como uma tarefa muito ousada para as proporções desta monografia. As fontes consultadas nos permitem apenas inferir suposições. Compartilhamos das suspeitas de Dinges de que o Brasil possa ter atuado como um agente duplo, informando as atividades do Condor à inteligência dos Estados Unidos, conforme colocado no terceiro capítulo. No entanto, enquanto o acesso aos arquivos nacionais se mantiver restrito, o questionamento citado acima seguirá sendo apenas uma questão hipotética.

A abertura dos arquivos no Brasil representa um importante elemento para a reconstrução reflexiva e crítica da história dos anos 1960-1980. Um período do qual se têm poucos registros tornados públicos. Embora não signifique afirmar que esses documentos representam a verdadeira história do período em questão, eles se apresentam como mais uma forma de representação do discurso dos militares, e guardam importante argumento jurídico para criminalizar e condenar aqueles que contribuíram para a execução do terror de Estado.

Entendemos que o silêncio, como obra dos opressores, quando tornado estratégia da relação Estado-sociedade civil, tem profunda influência na elaboração subjetiva de cada indivíduo e na construção das representações sociais, de modo a permitir a perenidade de antigos valores e aspectos da estrutura ditatorial nos dias de hoje. O livre acesso às informações dos órgãos de repressão deve ser interpretado, portanto, como uma das premissas fundamentais de um país que, em seu processo histórico, teve a reconstrução da democracia a partir da superação das estruturas do regime anterior.

FONTES E REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1985)**. 2. ed. (atualizada e ampliada). Bauru: EDUSC, 2005.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BAUER, Caroline Silveira. De "Jango", de Silvio Tendler, aos dias de hoje: uma atualização do debate sobre a morte do ex-presidente João Goulart. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (Orgs). **A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória - Volume 3: Conexão repressiva e Operação Condor**. 2 ed. Porto Alegre: Corag, 2010, v. 3.

BRASIL. Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**.

Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2002/D4553.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

_____. Lei n. 8159, 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 28 abr. 2011.

_____. Presidência da República, Secretaria de Direitos Humanos. Mortos e Desaparecidos políticos. Disponível em:

<<http://www1.direitoshumanos.gov.br/mortosedesap>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

CALLONI, Stella. **Los años Del lobo**. Operación Cóndor. Buenos Aires: Ediciones Continente, 1999.

CENTRO DE DOCUMENTACIÓN Y ARCHIVO PARA LA DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS. PDF. Disponível em: <<http://www.aladin0.wrlc.org/gsdll/cgi-bin/library?c=terror&a=d&cl=CL6&l=es>>. Acesso em: 13 mar. 2009.

COLOMBO, Sylvia; MARREIRO, Flávia. **Ecos da Ditadura**. 31 mai. 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=331ASP003>>. Acesso em: 27 de mai. 2011.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia de Segurança Nacional**. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORREA, Valcionir. **Globalização e crise: o sistema capitalcrático ultrapassa o limite da exploração do trabalho**. 2010. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2010.

CORTE INTERAMERICANA DOS DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) VS. Brasil**. Sentença de 24 de novembro de 2010, p 114. Disponível em: <www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2011.

CUYA, Esteban. La “Operación Condor”: El terrorismo de Estado de alcance transnacional. In: **Em Debate**, n. 03, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.incubadora.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/370/410>>. Acesso em: 19 ago. 2010.

DINGES, John. **Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Doc 54. Acervo **Arquivos do Terror**. Memorial dos Direitos Humanos. Florianópolis, [1992].

Doc 03. Acervo **Arquivos do Terror**. Memorial dos Direitos Humanos. Florianópolis, [1992].

ESCUADRONES de La muerte: La Escuela Francesa. Documentário dirigido por Marie-Monique Robin (França). Mídia (60 min). (SATRip), 2003 (documentário). Disponível em: <http://video.google.com/videoplay?docid=-3586837427864517774>. Acesso em: 07 mai. 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981A.

_____. **Poder e Contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981B.

_____. **Sociedade de classe e Subdesenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981C.

_____. **A ditadura em questão**. São Paulo: TAQ, 1982.

_____. O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, Caio de Navarro(Org.). **1964: Visões críticas do Golpe**. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1997.

FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Saraiva, 1999.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Notícias. **Operação Condor eliminou fronteiras da repressão política**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=2214> Acesso em: 19 set. 2010.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

MARX, K. A Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: _____. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos na conjuntura do pré-64: a experiência carioca. In: **Revista Lutas Sociais**. São Paulo: NEILS, v.5. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v6_artigo_marcelo.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 29 abr. 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional. In: Encontro Estadual de História, Associação Estadual de História, Seção Rio Grande do Sul – ANPUH-RS, 9. 2008, Porto Alegre. **Vestígios do Passado: a história e suas fontes (Anais...)**. Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212375776_ARQUIVO_ANPUHtextoEnriqueSerraPadros.pdf>.

_____. **A ditadura brasileira de Segurança Nacional e a Operação 30 horas: intervencionismo ou neocisplatinação do Uruguai**. Ciências e Letras (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 37, p. 227-249, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www1.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista37/cap11.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

_____. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. 2005. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/bibliomdh.nsf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PALMAR, Aluísio. **Documentos revelam a participação de Itaipu na Operação Condor**. Grupo Tortura Nunca Mais, 28 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigos.asp?Codartigo=32&ecg=0>>. Acesso em 07 set. 2010.

PASCUAL, Alejandra Leonor. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

SADER, Emir. **Chile (1818-1990): da independência à redemocratização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. Coleção Tudo é História.

SCHULTZ, Sabrina; Et alii. Terrorismo de Estado. **Em Debate**, n. 3, 2. sem. 2007. Disponível em:

<<http://periodicos.incubadora.ufsc.br/index.php/emdebate>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.p. 16-17.

SOUSA, Fernando Ponte de. **Política de Memória Histórica: Espanha e Brasil – histórias distintas, embora não tão incomuns**. Relatório de pesquisa de pós-doutorado na Universidad Complutense de Madrid, Departamento de Historia del Pensamiento y de los Movimientos Sociales y Políticos - Facultad de Ciencias Políticas y Sociología. 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. Coleção Tudo é História.

UNIVERSO ON LINE. UOL Notícias. **Por 7 votos a 2, STF decide pela manutenção da Lei de Anistia**, 29 abr. 2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/2010/04/29/por-7-votos-a-2-stf-decide-pela-manutencao-da-lei-de-anistia.jhtm>>. Acesso em: 29 abr. 2010.

VIOTTI DA COSTA, Emília. A Revolução Burguesa no Brasil. In: FÉLIX, Moacir (Org.). **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

VIZ QUADRAT, Samantha. Golpe e ditaduras civis-militares na América Latina. **Material de apoio didático ao Ensino de História da América**, Bloco América Independente, Associação Nacional de Pesquisadores e Professores em História das Américas - ANPLHAC, 2008. Disponível em: <www.anphlac.org/gts/ehmf/bloco3/tema37/apresentacao.doc>. Acesso em: 19 ago. 2010.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; MILMAN, Luis. (Orgs.). **Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político**. 1 ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 19-50. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/neonazis/cap4.html>>. Acesso em: 18 jun.2009.